

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**DESENCANTAMENTO DO MUNDO, BUROCRACIA E EDUCAÇÃO**

Autora: Maria da Anunciação Pinheiro Barros Neta

Orientador: Prof. Dr. Pedro Laudinor Goergen

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Maria da Anunciação Pinheiro Barros Neta e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 29/09/2006

Orientador	Prof. Dr. Pedro Laudinor Goergen
Comissão julgadora	Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Raquel Pereira Chainho Gandini
	Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Heloísa de Mattos Hofling
	Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho
	Prof. Dr. César Aparecido Nunes

Campinas  
2006

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

B278d	Barros Neta, Maria da Anunciação Pinheiro. Desencantamento do mundo, burocracia e educação / Maria da Anunciação Pinheiro Barros Neta. – Campinas, SP: [s.n.], 2006.
	Orientador : Pedro Laudinor Goergen. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
	1. Weber, Max, 1864-1920. 2. Racionalização. 3. Burocracia. 4. Educação - Europa. I. Goergen, Pedro Laudinor. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	06-332-BFE

**Título em inglês** : Disenchantment of the world, bureaucracy and education

**Keywords** : Bureaucracy ; Education

**Área de concentração** : História, Filosofia e Educação

**Titulação** : Doutora em Educação

**Banca examinadora** : Prof. Dr. Pedro Laudinor Goergen  
Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho  
Prof. Dr. César Aparecido Nunes  
Profa. Dra. Heloísa de Mattos Hoffing  
Profa. Dra. Raquel Pereira Chainho Gandini

**Data da defesa**: 2006

**Programa de Pós-Graduação** : Educação

**e-mail** : neta@ufmt.br

# **DESENCANTAMENTO DO MUNDO, BUROCRACIA E EDUCAÇÃO**

Maria da Anunciação Pinheiro Barros Neta

Orientador: Prof. Dr. Pedro Laudinor Goergen

Tese apresentada como exigência final para obtenção do grau de Doutora em Educação (História, Filosofia e Educação) junto à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Laudinor Goergen.

Campinas  
2006

Para Rena, meu esposo, presença amorosa e solidária em todos os momentos de nossa vida conjunta.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido com a colaboração de várias pessoas, às quais a autora manifesta seus agradecimentos.

Ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Pedro Goergen que, com atenção e seriedade, acompanhou, orientou e muito contribuiu para a realização deste trabalho.

Às Prof<sup>as</sup>. Dr<sup>as</sup>. Raquel Pereira Chainho Gandini e Heloísa de Mattos Höfling, pelas observações e sugestões pertinentes para melhorar este trabalho durante o Exame de Qualificação.

À amiga Margarita Rosa Sgro, pela leitura constante e sugestões valiosas durante a efetivação desta pesquisa e aos demais amigos do GEFIME: Armindo José Longhi, Larissa Michelle Lara, Luiz Roberto Gomes, Nelson Palanca e Vanderlei Barbosa pelas considerações e questionamentos durante a apreciação conjunta deste estudo.

Às amigas Isabela Ruberti e Judith Guimarães Cardoso pela atenção constante e incentivo para concretizar este trabalho.

Ao DTFE-Dept<sup>o</sup>. de Teoria e Fundamentos da Educação pelo apoio solidário para efetivar este trabalho

À Ana Maria Arantes, secretária do Departamento de História, Filosofia e Educação e Nadir Aparecida Camacho, secretária de Pós-Graduação da FEUNICAMP pela ajuda contínua na resolução dos problemas concernentes ao curso.

À todos que me ajudaram, de algum modo, a levar a efeito este projeto.

À CAPES pelo apoio financeiro, que se fez oportuno para tornar possível esta pesquisa.

# ÍNDICE

<b>Dedicatória.....</b>	<b>IV</b>
<b>Agradecimentos.....</b>	<b>V</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>VII</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>IX</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
O desencantamento do mundo e sua relação com a educação na Reforma protestante..	11
1 Conceito de desencantamento do mundo.....	11
2 A relação entre desencantamento do mundo e a educação na Reforma protestante....	41
<b>CAPÍTULO II</b>	
A burocracia racional moderna e sua relação com a educação.....	53
1 Conceito de burocracia racional moderna.....	53
2 A relação entre burocracia e a educação.....	84
<b>CAPÍTULO III</b>	
Desencantamento do mundo, Burocracia e a Educação no Século das Luzes e na Revolução Industrial.....	91
1 O Século das Luzes: características principais.....	91
1.1 A relação entre desencantamento do mundo e a educação no Século das Luzes.....	98
2 A Revolução Industrial: características principais.....	105
2.1 A relação entre burocracia e a educação na Revolução Industrial.....	107
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>119</b>

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo examinar a relação entre o pensamento de Max Weber sobre desencantamento do mundo, burocracia e a educação ocidental moderna da Europa, no período da Reforma protestante, Século das Luzes e da Revolução Industrial. A análise dos conceitos weberianos e de suas relações com a educação moderna européia, no período da Reforma protestante, Século das Luzes e da Revolução Industrial, permitiu as seguintes conclusões: Constatou-se que o desencantamento do mundo, no início de seu processo de racionalização, mostra-se relacionado, em boa medida, com a educação orientada pela Reforma, uma vez que a educação protestante, além de priorizar a razão humana para interpretar os princípios divinos, sem a ingerência do clero, repudia qualquer conhecimento ou atitude que se fundamente, ou mesmo lembre, a magia, a feitiçaria, a bruxaria, as superstições, as crenças, o dogmatismo e as tradições da Igreja Católica. Constatou-se também, boa vinculação entre a burocracia racional moderna e a educação, na medida em que esta se caracteriza pelo sistema de exames especiais, pelo ensino especializado e, portanto, demanda a formação de profissionais especialistas e técnicos administrativos. Por isso, a generalização mundial, sobretudo na Europa, do sistema de exames especiais. As instituições de ensino superior são marcadas por uma educação que determina etapas metódicas de exames, avaliações e especializações indispensáveis à burocracia moderna. Constatou-se ainda, que o desencantamento do mundo, num estágio mais secular, manifesta-se bem relacionado com a educação européia iluminista, principalmente nos seguintes aspectos: primeiro, a educação iluminista, em nome da racionalidade que determina o pensamento e a ação do homem moderno, promove a ruptura com a Idade Média e a emancipação de toda escravidão tradicional. Nesse sentido, a educação contesta todo conhecimento alicerçado na metafísica, nas religiões reveladas (católica e protestante), e rejeita todos os valores espirituais e eternos, referentes ao obscurantismo medieval; segundo, a educação iluminista passou a priorizar, não o ensino literário (valorizado pela tradição), mas o ensino fundamentado pela filosofia, pelas ciências naturais e sociais e pelas belas-artes; e terceiro, a educação é caracterizada pelo

laicismo e totalmente controlada pelo Estado. Constatou-se, por fim, que a burocracia revela estreita ligação com a educação na Revolução Industrial, na medida em que o sistema escolar passa a desempenhar uma função indispensável no tocante à formação de indivíduos técnicos e profissionais em várias e diferentes especialidades visando suprir a demanda exigida pelo mercado de trabalho moderno. Por essa razão, foram construídas numerosas escolas: dentre outras, escolas práticas, escolas de comércio e de indústria, escolas profissionais e escolas de ensino técnico. Todas com o fim de qualificar o trabalhador (de todas as classes produtoras) em distintos campos de conhecimento, transformando, inclusive, a população formada por mulheres e crianças em mão-de-obra disponível para as necessidades do mercado.

Palavras-chaves: Desencantamento do mundo, burocracia e educação.

## ABSTRACT

The main objective of this research was investigate the Max Weber`s thought and its connection with the world disillusion, the bureaucracy and the modern occidental european educational system during the Reformation, the Age of Enligtenment and the industrial Revolution. The analysis of Weber`s concepts and their relationship with the european modern educational system, during the Reformation, the Age of Enligtenment and the Industrial Revolution, allowed to reach some conclusions: It was werified that the world disillusion at the begging of its process of rationalization is closely related to the education carried out by the Reformation, once the Protestant educational system had as priority the human rationalism to explain the divine principles, without regarding the influence of clergy. It was rejected any knowledge or attitude supported, or even that one which suggested any kind of relation to magic, sorcery, witchcraft, superstitions, dogmatism and the Christianity traditions. It was evident the straight relationship between the modern rational bureaucracy and the education, at the time this one is characterized for a specific examination system, a specialized teaching and, therefore, the requirement to graduate professional specialists and administrative technician workers. Consequently, it happened, specially in Europe, the world generalization of the specific examination system. The institutions responsible of the graduate education are organized based on an education determined for systematic levels of exams, evaluations and the indispensable specialization required for the modern bureaucracy. The world disillusion is still noticed, in a secularized stage, in relation to the encyclopedic European education: firstly, at the name rationalism, which determines the thought and the modern human action, a rupture with the Middle Age and liberation from the whole traditional slavery. As a result, the education refutes the knowledge based on the metaphysics, in the reveled religions (catholic and protestant), and refuses the whole eternal and spiritual values, related to the medieval obscurantism; secondly, the encyclopedic education gave priority to the teaching based on philosophy, natural and social sciences and belles-lettres, instead of the literary one (traditionally valued) and thirdly, the education is characterized by the laity and totally controlled by the

State. In summary, it was verified the bureaucracy shows a straight connection to the education of the Industrial Revolution, as soon as the educational system provides training and degrees for people in different and several areas of specialization, aiming to respond to the modern marketing demand. For that, numerous polytechnic schools were built to the aim of providing technical qualification to workers (from producer class) in different fields of knowledge, and even becoming women and children available working-class person to the market necessities.

**Keywords:** Disenchantment of the world, bureaucracy and education.

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo examinar a relação entre o pensamento de Weber sobre desencantamento do mundo, burocracia e a educação ocidental moderna da Europa, no período da Reforma protestante, Século das Luzes e da Revolução Industrial.

Parte-se da idéia que esses conceitos de Max Weber explicam, em larga escala, as características do processo de racionalização da sociedade ocidental moderna, e por conseguinte, explicam também as transformações na esfera da educação que se desenvolveu como sistema organizado burocraticamente, preocupado, fundamentalmente, em transmitir o conhecimento científico e técnico, no momento em que desapareceu o ideal de uma formação humanista, culta e integral e apareceu o ideal do técnico, do especialista.

Este trabalho será, portanto, desenvolvido à luz da teoria de Max Weber, um dos pensadores mais significativos para as ciências sociais modernas e de maior influência e importância no tocante à análise do racionalismo ocidental, que se estendeu por todas as dimensões da vida social moderna.

Karl Emil Maximilian Weber (1864-1920) nasceu em uma família liberal e pietista<sup>1</sup>. É considerado, junto com Marx e Durkheim, um dos pais da Sociologia moderna. Estudou história, economia e direito em Heidelberg e ensinou direito em Berlim, economia política em Friburgo e economia em Heidelberg. Casou-se com Marianne Schnitger, em 1893, e no outono de 1894 tornou-se professor catedrático de Economia da Universidade de Freiburg onde, em 1895 pronunciou sua aula inaugural sobre 'O Estado Nacional e a Política Econômica'. Transferiu-se da Universidade de Freiburg para a Universidade de Heidelberg, em 1896. Em 1897, uma crise mental o afastou dos trabalhos docentes, só voltando à atividade em 1903, na condição de co-editor do *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivos para Ciência Social e Política Social), publicação

---

<sup>1</sup> Nome dado aos membros do Movimento religioso protestante denominado Pietismo, iniciado na Alemanha no século XVII, principalmente por Phillip Jacob Spener (1634-1705), como reação evangélica contra o intelectualismo e o formalismo dominantes nas Igrejas luterana e calvinista.

extremamente importante no desenvolvimento dos estudos sociológicos na Alemanha. Durante a Primeira Guerra Mundial defende intelectualmente sua pátria e, uma vez acabada a guerra, participa como delegado da Conferência de Versalhes, na qual foi realizado o acordo com os aliados. Em 1918, assumiu cátedra de Sociologia em Viena e, em 1919, aceitou uma cátedra na Universidade de Munique. Faleceu em 1920 com cinquenta e seis anos, vítima de pneumonia.

Segundo Bendix, sua intensa vida acadêmica foi consagrada à elaboração de um sólido fundamento metodológico para as ciências sociais, a definição de conceitos fundamentais da Sociologia e a investigação das origens da sociedade industrial moderna. Suas obras principais são *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904-05)<sup>2</sup>, *Ensayos sobre sociologia de la religión* (3 vols, 1984) e *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (2 vols. 1991, 1999).

Weber escolheu a carreira acadêmica, mas em face às suas constantes crises psicopatológicas, permaneceu no cargo regular por apenas cinco anos. Tinha necessidade de exercer atividades práticas, mas era incapaz de realizá-las. Não era afeito à rotina acadêmica, o que não o impediu de cultivar uma intensa e excepcional relação ética e pedagógica com seus alunos. Embora tenha se revelado bastante sensível em suas relações sociais, sua perspectiva de vida sempre esteve orientada ao exercício de funções vinculadas ao poder. Sem aptidão para realizar determinadas tarefas práticas e incapacitado para servir no Exército alemão na época da Primeira Guerra Mundial, Weber, entretanto, julgava-se destinado, de antemão, à vida política e às virtudes militares (BENDIX, 1986, p. 33-4).

Segundo Bendix, nesse esforço pode-se ver uma reprodução de tendências bastante disseminadas na sociedade da Alemanha daquela época. Weber, nascido numa família de classe média liberal na Alemanha do fim do século XIX, presenciou tanto o declínio do liberalismo de Bismarck e o surgimento de um Estado cada vez mais poderoso, quanto a crescente burocratização da sociedade moderna que representava uma ameaça

---

<sup>2</sup> Weber passou a usar por escrito a expressão *Entzauberung der Welt* (desencantamento do mundo) somente em 1913 ou pouco antes, no ensaio metodológico “Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva”, sendo possível, portanto, achar-se o termo apenas na segunda edição, de 1920.

para o indivíduo. Weber viveu a unificação da Alemanha realizada por Bismarck<sup>3</sup> e a exclusão dos movimentos da classe média liberal das posições de influência política e certificou-se de que grandes objetivos somente poderiam ser alcançados por meio da política de poder. Provavelmente esse modo de pensar foi estimulado pela nova orientação para o poder que Bismarck imprimiu ao liberalismo alemão. Como todo o liberalismo, também o liberalismo alemão enfatizava o valor do indivíduo. Essa tendência manifestou-se mais intensamente na literatura clássica alemã do final do século XVIII, na qual a preocupação com a cultura humanística e a formação da personalidade prevaleceram como características da classe média instruída. A derrota política dessa classe, principalmente no *Reich* de Bismarck, deu maior ênfase a essas preocupações culturais. Com a unificação da Alemanha e a supremacia da burocracia, tanto do exército quanto dos *Junkers*<sup>4</sup>, percebia-se também um certo obscurecimento humanístico do código de conduta entre a classe hegemônica prussiana (1986, p. 35).

De acordo com Tragtenberg, as convicções políticas de Max Weber, na sua origem, constituíram-se num amálgama de nacionalismo alemão orientado para uma política de poder, como se manifestara nos fins do século XVIII, e de fidelidade ao liberalismo democrático. Weber manteve-se fiel à sua concepção dos direitos inalienáveis do homem e da dignidade humana e aos princípios democráticos, bem como às suas convicções nacionalistas. Por isso, declara em 1916, que sempre considerou a política tanto do ponto de vista interno quanto externo, ou seja, a política em sua totalidade. Suas últimas funções foram as de delegado alemão em Versalhes e de membro da comissão que elaboraria em 1919/1920 a Constituição de Weimar<sup>5</sup>. Foi um quarto de século de estreita identificação pessoal com a política alemã. Durante este período, embora severo com o regime dos Hohenzollern, Weber jamais abandonou seu país, mesmo que a ação alemã violasse suas mais profundas convicções humanitárias. Eram sentimentos contraditórios, mas não de todo incompatíveis. Na verdade, tratava-se de um reflexo da ambigüidade do

---

<sup>3</sup> Otto von Bismarck (1815-1898) foi o estadista mais importante da Alemanha do século XIX. Coube a ele lançar as bases do II *Reich* (1871-1918), que fizeram com que o país conhecesse a existência de um Estado-nacional único.

<sup>4</sup> Proprietários rurais nacionalistas que defendiam o protecionismo e se opunham à “colonização interna”, mas foram os causadores da substituição dos trabalhadores rurais alemães por trabalhadores estrangeiros, migrantes em suas próprias terras. O poder dos *junkers*, apoiava-se na manutenção do exército mercenário e na aquisição de terras extorquidas aos camponeses.

<sup>5</sup> A Constituição alemã de 1919, instituidora da Primeira República, surgiu como um produto da Grande Guerra de 1914-1918, que encerrou o século XIX.

próprio liberalismo alemão que, durante o transcorrer do século XIX, ficou dramaticamente dividido entre suas aspirações nacionalistas, que o levaram a colaborar com a *Realpolitik* de Bismark e os ideais liberais no plano da política interna e da economia, que o levaram à oposição (2005, p. 8).

Ainda segundo Tragtenberg, Weber fora crítico de Bismark (principalmente pela sua intolerância para com líderes políticos independentes e pelo fato de se ter cercado de burocratas dóceis e obedientes), embora tivesse sido iniciado na política numa atmosfera profundamente condicionada pelas idéias e pela personalidade do 'chanceler de ferro'. A desilusão de Weber está centrada em seus companheiros de classe burguesa que nunca demonstraram a coragem política necessária para fornecer uma alternativa liberal ao regime conservador dos *Junkers*. Paralisados pelo que Weber acusava de 'espírito de segurança', os políticos burgueses pareciam preferir aproveitar as vantagens advindas do desenvolvimento industrial do final do século passado, protegendo-se numa aristocracia agrária enfraquecida contra a 'ameaça' do movimento operário e de seu representante político no Parlamento, a social-democracia. Nos dois últimos anos de vida tudo o que Weber pensou ou escreveu, tinha a ver, de um modo ou de outro, com as conseqüências da derrota alemã na Grande Guerra, e com a vontade de contribuir para a reconstrução das instituições políticas no país a partir das ruínas do regime monárquico (2005, p. 10-12).

De acordo com Bendix, durante toda a sua carreira, Weber se preocupou com o desenvolvimento da racionalização na civilização ocidental e demonstra seu profundo compromisso pessoal com a causa da razão e da liberdade. Sua pesquisa reafirma que a razão e a liberdade no mundo ocidental estavam ameaçadas. Weber era contemporâneo de Freud, que após compreender a dimensão da irracionalidade humana, dedicou toda a sua obra à proteção da razão. De igual maneira, Weber procurou defender os valores do Iluminismo, após estudar minuciosamente as condições prévias desse legado. Essa descoberta lhe causou uma trágica consciência sobre os perigos que ameaçam a liberdade na moderna sociedade racionalizada. Dessa posição estratégica, seu nacionalismo alemão, muitas vezes descortês, pode ser visto, não só como uma aceitação das opiniões convencionais da época, mas também como uma aceitação da missão histórica da Alemanha de defender a civilização ocidental contra a ameaça russa` (1986, p. 37).

Conforme Tragtenberg, o nacionalismo de Weber foi uma das razões de seu interesse pelos problemas políticos russos. A Rússia preocupava-o por ser o vizinho mais forte e concorrente da Alemanha, cujo desenvolvimento interno poderia afetar o destino político de seu país. Outra razão estava na sua visão do processo histórico, notadamente sua visão a respeito dos rumos políticos do Ocidente (2005, p. 9).

Weber estudou o processo de racionalização subjacente à formação da sociedade capitalista e chegou à conclusão de que a diferença entre a sociedade industrial moderna e qualquer outra sociedade anterior é seu objetivo de acumular mais e mais riqueza; é seu objetivo de aumentar indefinidamente seus bens, por meio da racionalização do trabalho profissional. Na formação deste 'espírito capitalista', diversos fatores interferem: em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1989, p. 119), Weber analisa apenas um desses fatores, a saber, a concepção de mundo e a ética do trabalho, próprios do calvinismo<sup>6</sup>. Posteriormente, dedica-se a um estudo comparativo a respeito da possível influência da religião sobre o desenvolvimento do capitalismo em várias sociedades, culturalmente passíveis de desenvolver o capitalismo, como a sociedade européia, a sociedade chinesa e a sociedade indiana. Após o desenvolvimento dessa cuidadosa análise, Weber chegou à conclusão de que a religião tem sido um fator que favoreceu o nascimento e desenvolvimento do capitalismo apenas nas civilizações ocidentais devido à sua estreita ligação com o protestantismo. Weber, então, procura explicar e ressaltar o impacto de fatores individuais em civilizações específicas e constata a existência de um sistema de valores partilhados que foram determinantes para a emergência do capitalismo do Ocidente. As seitas puritanas<sup>7</sup> são as principais representantes das religiões éticas na primeira etapa da moderna civilização do trabalho. Elas entendem que o trabalho deve ser concebido e assumido pelo homem como vocação contínua, dever absoluto, um imperativo racional, organizado, metódico, sistemático e persistente, como instrumento de ascese<sup>8</sup> voltado para o cumprimento do dever, para o cumprimento do trabalho como uma forma de agradar a Deus (1989, p. 130-1).

---

<sup>6</sup> Doutrina criada por João Calvino (1509-1564), um dos principais reformadores protestantes.

<sup>7</sup> Doutrinas reformistas mais rigorosas que as demais seitas protestantes, que pretendiam interpretar melhor que ninguém o sentido literal das Escrituras e eram muito rígidas na aplicação dos princípios morais metodicamente racionalizados.

<sup>8</sup> Exercício prático que leva à efetiva realização da virtude, à plenitude da vida moral.

Para Weber, esse conjunto de normas sociais e morais, representado pelo trabalho ascético, intenso e árduo, com privação do prazer e estímulo à poupança, possibilitou a reaplicação das rendas excedentes, ao invés de seu gasto e consumo em objetos materiais frívolos que remetem à vaidade e ao prestígio. Ou seja, o trabalho deve ser entendido como um meio para acumular progressivamente o capital, não visando o consumo perdulário, prazeroso, mas tão-somente como um meio para agradar a Deus. Foi exatamente este ethos particular, isto é, essa maneira peculiar de organização racional do capital e de entender e praticar o trabalho, que, segundo Weber, inspirou e contribuiu decisivamente para o surgimento do capitalismo. O capitalismo nasceu com base nos impulsos psicológicos e na postura ética individual rígida do puritano no que concerne à busca de fins práticos. É nesse sentido que Weber diz que o puritanismo propiciou o ethos do ascetismo próprio ao Ocidente moderno e sua função de ponte para uma era pós-tradicional, para a Modernidade (1989, p. 132).

Segundo Weber, esse processo específico de racionalização religiosa estabelecido pela ética puritana contribuiu para o despontar da ciência e estimulou o sistema de produção racional do capital que, por meio da racionalização do trabalho, desencadeou o nascimento da sociedade capitalista. Posteriormente, esta ética separa-se da teologia e se transforma numa força secular<sup>9</sup> autônoma, apropriada ao início da estruturação do capitalismo moderno, que se legitimou mediante a organização burocrática racional (WEBER, 2001, p.139).

Para Weber, este é o fator essencial que determina não só a conversão de uma sociedade primitiva numa sociedade industrial, mas também todo o processo de transformação das instituições sociais, políticas, jurídicas e econômicas nas sociedades ocidentais modernas, mediante os mecanismos das formas de cálculo e da burocracia.

No capitalismo moderno, o homem acredita que, em princípio, não existe poder enigmático que possa intervir no rumo de nossas vidas, pois o homem racional é capaz de dominar tudo mediante o conhecimento e a previsão. Para o homem moderno, não existe mais apelação a meios mágicos para dominar ou esconjurar os espíritos. Ao homem moderno cabe, agora, recorrer à técnica e à previsão (WEBER, 2004, p. 30-31).

---

<sup>9</sup> Fenômeno histórico dos últimos anos pertencente ao século profano, leigo, temporal.

A burocracia, de acordo com Weber, expressa o mais alto grau desse processo de desencantamento provocado pelo ascetismo que se livrou do convento, dos deuses e demônios para encarcerar o mundo na jaula de ferro<sup>10</sup> do utilitarismo<sup>11</sup>.

Para Max Weber, a burocracia racional-legal moderna constituiu-se no progressivo domínio de uma multiplicidade de esferas da vida pública e privada, como o Estado, empresas públicas, semipúblicas e privadas, prisões, tribunais, exércitos, igrejas e escolas. As principais características da burocracia<sup>12</sup> são: autoridade administrativa limitada por leis e um conjunto de regras; hierarquia com base no princípio da unidade de comando; divisão social do trabalho racional (trabalho intelectual/trabalho manual) visando a fins; universalidade e impessoalidade de procedimentos, marcando as relações dos funcionários entre si e com o público em geral; quadros assalariados com recrutamento e promoção de acordo com critérios “objetivos” de antiguidade e/ou mérito, via exames de provas e títulos (1994: 142-3).

Dito de outro jeito: para Weber (1994, p. 147), as organizações burocráticas administram as atividades coletivas mediante aparelho impessoal, organizado de forma hierárquica, isto é, pela divisão social do trabalho racional referente a fins (trabalho intelectual/trabalho/manual). É importante observar que a característica fundamental do processo de racionalização burocrática é a aplicação sistemática de normas por um corpo especializado de funcionários, baseada em leis jurídicas e regras racionais técnicas, além de critérios absolutamente impessoais, isto é, *sine ira et studio*, sem ódio e paixão e, portanto, sem ‘amor’ e ‘entusiasmo’. As normas e as regras técnicas justificam o preceito da hierarquia, mas para atingir a racionalidade plena, essa organização exige funcionários qualificados (via especialização técnica) profissionalmente.

---

<sup>10</sup> Tese de Weber sobre a contradição da racionalização da sociedade ocidental moderna, onde o desencantamento do mundo transforma-se na jaula de ferro da dominação burocrática.

<sup>11</sup> Doutrina moral cujos principais representantes são os ingleses Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873), e que põe como fundamento das ações humanas a busca egoística do prazer individual, do que deverá resultar maior felicidade para maior número de pessoas, pois se admite a possibilidade dum equilíbrio entre os interesses individuais.

<sup>12</sup> As características da burocracia serão retomadas no capítulo II, que trata da burocracia racional moderna.

Tragtenberg afirma que a burocracia moderna apóia-se na razão instrumental, que se caracteriza pela ação racional do indivíduo com relação a fins, pela capacidade do indivíduo de alcançar determinados fins com racionalidade e eficácia. A atividade racional burocrática é a conexão da relação meios e fins visados. Ela exprime a tendência dos funcionários administrativos a prender-se aos meios e perder de vista os fins da administração como atividade, pois a essência da administração burocrática, tal como se manifesta nas análises de Weber é, sem sombra de dúvida, a eficiência, e é neste sentido que a administração burocrática é sinônimo de administração racional (1974, p. 139).

Weber chamou a atenção também para o processo de “nivelamento social”. Neste processo, a burocracia é, simultaneamente, causa e consequência: a “igualdade de condições” deve estar estabelecida na sociedade, inclusive a ponto de garantir a seleção e a progressão com base em critérios que não se destinem à ascendência aristocrática ou às preferências pessoais dos dirigentes (WEBER, 1994, p. 219).

Outro desdobramento de grande importância refere-se à vinculação entre burocracia e democracia. Weber alerta que a palavra democracia pode induzir a erro. O *demos*, no sentido de uma massa desarticulada, não governa e sim é governado, mudando apenas a forma de seleção dos chefes de governo e a proporção da influência que podem exercer outros círculos, por meio do controle de uma chamada *opinião pública*, sobre o conteúdo e direção da atividade do governo (1994, p. 220).

Cabe observar que a eficiência presume determinados fins para que se possa tentar descobrir quais dentre os meios disponíveis são mais apropriados para alcançá-los. Já a democracia encerra principalmente o questionamento dos fins, a admissão de que há uma variedade de fins, por vezes contraditórios entre si e de difícil conciliação e colocação em prática por um Estado que se revele democrático e sensível à diversidade dos interesses.

*Weber não tem grandes ilusões acerca da forma democracia, uma vez que para ele a dimensão moral da política foi substituída, no interior do Estado moderno, por um aparato administrativo e impessoal baseado na separação entre meios e fins. O privilegiamento dos meios é parte do processo de desapropriação do indivíduo moderno da sua capacidade de decidir sobre seu próprio destino. Nesta ótica a democracia não constitui uma forma de autodeterminação. Para Weber, ela constitui uma entre*

*diversas formas de concentração do poder na mão de um corpo especializado de funcionários (AVRITZER, 2000, p. 388).*

Esta análise é central e muito importante para este trabalho, pois ela revela que a história do Ocidente, sobretudo a história européia, consiste num processo de racionalização progressiva de todos os aspectos da vida organizada. E, segundo Weber, uma das características desse processo inerente à civilização ocidental reside no processo de *'desencantamento' do mundo*. Isto porque lhe parece provável que a razão, após libertar o homem da prisão da ignorância, da superstição e do preconceito, termina por dominá-lo via burocracia. Uma sociedade plenamente racionalizada envolve o ser humano especializado no exercício do poder numa nova forma de escravidão, que o reduz a uma simples e impotente peça de uma máquina virtualmente indestrutível. “Observando o quadro político europeu de inícios do século XX, Weber tinha fundadas razões para desesperar-se. Tudo indicava um novo declínio da liberdade humana e o triunfo de ordem social implacavelmente eficaz, porque racional e praticamente indestrutível” (TRAGTENBERG, 2005, p. 10).

A burocracia encontra-se incorporada não somente no Estado, mas em todas as instituições sociais, sejam elas instituições econômicas (empresas privadas, públicas e semipúblicas), instituições jurídicas (presídios, tribunais, exércitos), instituições religiosas (igrejas de toda ordem), ou instituições educacionais (escolas de qualquer nível).

No que se refere ao campo da educação, interessa-me examinar, como questão norteadora deste trabalho, a relação entre desencantamento do mundo, burocracia e a educação ocidental moderna da Europa, no período da Reforma protestante, Século das Luzes e da Revolução Industrial.

Como pesquisa bibliográfica, este estudo procura mostrar e analisar as contribuições de Max Weber sobre os conceitos desencantamento do mundo e burocracia, enquanto processos de racionalização da sociedade ocidental moderna que explicam o surgimento, desenvolvimento, consolidação e legitimação do capitalismo na Modernidade. E como pesquisa teórica, pretende contribuir com uma reflexão sobre a relação entre esses conceitos e a educação desenvolvida no continente europeu nas fases históricas supracitadas.

Assim, no 1º. capítulo intitulado, *O desencantamento do mundo e sua relação com a educação na Reforma protestante*, procuro retomar o conceito de desencantamento do mundo, na tentativa de deixar claro o que significa para Weber esse longo processo de racionalização religiosa, que inaugurou a Modernidade e estimulou o nascimento do capitalismo. Em seguida, procuro analisar a relação entre esse processo de racionalização, no ponto de partida de seu desenvolvimento e a educação realizada no período da Reforma protestante;

No 2º. capítulo, *A burocracia racional moderna e sua relação com a educação*, procuro retomar o conceito de burocracia racional moderna, na perspectiva de clarificar em que consiste esse processo de racionalização, que consolidou o desencantamento do mundo e legalizou o capitalismo. Em seguida, procuro analisar a relação entre esse processo de racionalização e a educação;

O 3º. e último capítulo, *Desencantamento do mundo, burocracia e a educação no Século das Luzes e na Revolução Industrial*, está dividido em duas partes. Na primeira parte, a). busco examinar as características principais do Século das Luzes e a relação entre o desencantamento do mundo, numa fase mais secular, e a educação instituída nesse período. Na segunda parte, b). busco examinar as características principais da Revolução Industrial e a relação entre burocracia e a educação fomentada nesse período.

É nesta perspectiva de análise que pretendo desenvolver meu estudo, esperando assim, poder contribuir para ampliar conhecimentos sobre o pensamento de Weber no âmbito da Sociologia da Educação, que se mostra, a meu ver, bastante escasso em termos de pesquisas em nosso país. Nesse sentido, espero que surjam novos trabalhos referentes ao tema estudado, de modo a elucidar as possíveis lacunas deixadas neste.

# CAPÍTULO I

## **O desencantamento do mundo e sua relação com a educação na Reforma protestante**

Neste capítulo, pretendo analisar o conceito de Max Weber sobre o desencantamento do mundo e sua relação com a educação moderna européia, que se desenvolveu no período da Reforma protestante.

Presumo que o desencantamento do mundo (em seu ponto de partida), enquanto processo de racionalização essencialmente religioso, forneça uma boa explicação sobre o surgimento do capitalismo moderno na Europa protestante e, desse modo, forneça também uma boa explicação sobre as transformações na esfera da educação que se realizou nesse período. Vejamos, então, o conceito de desencantamento do mundo e, logo em seguida, a relação entre esse conceito e a educação concretizada pelos protestantes.

### **1 Conceito de desencantamento do mundo**

Para compreender a Modernidade em Max Weber, um dos sociólogos de maior influência na Sociologia, entendo ser importante retomar o conceito de *desencantamento do mundo*, por considerá-lo central na explicitação de todo o processo de racionalização por que passou a sociedade ocidental a partir dos séculos XVI e XVII.

O conceito *desencantamento do mundo*, tão insistentemente repetido e, talvez, pouco compreendido, mesmo nos meios acadêmicos, não é fácil de ser detectado nos escritos do autor. Mais que uma expressão constantemente repetida tem um sentido denso e extenso de racionalização que perpassa vários textos de Weber explicando o surgimento da

Modernidade ocidental como um processo de racionalização que abrange tanto os campos econômicos, social, político, quanto científico e cultural. Mas, vejamos, primeiro, o termo desencantamento. Pierucci elucida de forma sucinta o seu significado a partir do termo alemão *Entzauberung*.

*O desencantamento do mundo, quando traduzido por desencanto e, com isso re-duzido, psicologizado nos termos de um estado mental de desilusão pessoal com o mundo (moderno) ou com os rumos da sociedade (nacional)), não leva necessariamente a lugar teórico nenhum. Desencantamento em sentido estrito se refere ao mundo da magia e quer dizer literalmente: tirar o feitiço, desfazer um sortilégio, escapar de praga rogada, derrubar um tabu, em suma, quebrar o encantamento. “Desencantamento”, em alemão Entzauberung, significa literalmente “desmagificação”. Zauber quer dizer magia, sortilégio, feitiço, encantamento e por extensão encanto, enlevo, fascínio, charme, atração, sedução...Der Zauberer nomeia o mágico, o mago, o feitiçeiro, o bruxo, o encantador. Enfeitiçar, embruxar ou encantar pode ser zaubern, verzaubern, bezaubern, anzaubern, e encantamento se traduz o mais das vezes por Verzauberung, Bezauberung e Zauberei, que como Zauber também quer dizer magia, feitiçaria, bruxaria, encantaria e assim por diante (PIERUCCI, 2003, p. 7-8).*

Outros autores como Gerth & Mills, (1979, p. 68) e MacRae, (1988, p. 90) afirmam que Weber usou a expressão “desencantamento do mundo”, em alemão, *“Entzauberung der Welt”* entendida na perspectiva de desenfeitiçamento do mundo, por ter sofrido uma possível influência dos textos de estética do filósofo Friedrich von Schiller (1750-1805). Mas este pensamento não é unânime, pois há também autores que reiteram que essa expressão é criação do próprio Weber. De qualquer modo, não pretendo aprofundar essa discussão por considerá-la periférica para o meu objetivo. Preocupa-me abordar esse conceito, que permeia diversas obras de Weber, visando a compreensão de seu significado, que parece explicar algumas conseqüências do processo de modernização da sociedade ocidental, ora expressando a perda de sentido, ora expressando a desmagificação e ora expressando ainda a perda de sentido mais desmagificação (PIERUCCI, 2003, p. 28-42).

Weber utilizou pela primeira vez o termo *desencantamento do mundo* no texto *Sobre algumas categorias de la sociología comprensiva*<sup>13</sup> para exprimir o sentido subjetivo da ação social.

*Uma ação orientada conforme representações mágicas está muito mais distante, subjetivamente falando, de um caráter mais racional com relação a fins de que comportamentos religiosos “não-mágicos”, dado que a “religiosidade”, na medida em que avança o desencantamento do mundo, se vê forçada a aceitar cada vez mais (subjetivamente) referências de sentido irracionais com relação a fins (por exemplo, “referências” ou relações de “consciência” ou “místicas”) (WEBER, 1992, p. 318).*

O comportamento do homem é marcado por conexões e regularidades que pode ser interpretado de diversas formas. O comportamento interpretado como racional com relação a fins refere-se a um agir baseado em meios apropriados para atingir determinados fins tidos como indiscutíveis subjetivamente. Mas, conforme Weber, o comportamento racional com relação a fins não é o único compreensível por nós: “entendemos também o decurso típico dos afetos e as suas conseqüências típicas, o papel que, na ação do homem, desempenham os ‘estados emocionais’ e os afetos ‘irracionais com relação a fins’”. Entre o comportamento norteado exclusivamente de forma racional com relação a fins e os dados psíquicos completamente inexplicáveis, podem ser encontradas conexões compreensíveis (irracionais com relação a fins) que se chamam ‘psicológicas’ (WEBER, 1992, p. 314-18).

É assim que a “crença na providência” é a racionalização consistente da adivinhação mágica, da qual ela se origina, mas que, por isso mesmo, rejeita como questão de princípio de forma quase absoluta. Não pode existir nenhuma concepção das relações religiosas que seja tão oposta a toda a magia, tanto no pensar quanto no agir, como essa crença que predomina nas principais religiões teístas do Oriente próximo e do Ocidente.

*Também não pode existir nenhuma crença das relações religiosas que transfira em semelhante extensão a essência do divino para um “fazer” ativo, para o governo pessoal e providencial do mundo; que acredite tão firmemente na graça divina, livremente doada, e na necessidade de graça*

---

<sup>13</sup> Original publicado na Alemanha “Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie”. In *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen, Mohr, 1922. Publicado no Brasil na obra brasileira *Metodologia das Ciências Sociais*, 1992, (p. 313-348), traduzido por Augustin Wernet, São Paulo: Cortez Editora, 1992, p. 313-348.

*das criaturas, na enorme distância entre todas as criaturas e Deus e, por isso, na condenabilidade da “divinização das criaturas”, como ofensa da majestade de Deus. Precisamente por não oferecer nenhuma solução racional para o problema prático da teodicéia<sup>14</sup>, essa crença contém as mais fortes tensões entre o mundo e Deus, entre o dever e o ser (WEBER, 1994, p. 354).*

A ação religiosa ou magicamente motivada é, além disso, uma ação racional, mesmo não sendo uma ação racional orientada por intermédio de meios e fins, mas apenas pelas noções da experiência. A ação ou o pensamento religioso ou mágico não pode ser desligado das ações cotidianas, sobretudo as ações de natureza econômica. Apenas nós, a partir de nossa concepção de natureza atual, poderíamos diferenciar imputações causais objetivamente ‘corretas’ e ‘erradas’ e reconhecer estas últimas como irracionais e a ação correspondente como magia. Mas mesmo o indivíduo que age através da magia faz suas diferenciações, em princípio, conforme a maior ou menor cotidianidade dos fenômenos.

*O progresso das concepções de um deus poderoso e de seu caráter como senhor pessoal condiciona então o predomínio crescente dos motivos não-mágicos. O deus transforma-se num grande senhor que, quando lhe convém, também pode falhar e do qual não se pode portanto aproximar-se com medidas de coação mágicas mas apenas com súplicas e presentes. Mas tudo o que estes motivos trazem de novo, em comparação com a simples “magia”, são a princípio elementos tão prosaicos e racionais como os motivos da própria magia. Do ut des é o dogma fundamental inerente à religiosidade cotidiana e das massas de todos os tempos e povos e também de todas as religiões. O afastamento do mal externo e a obtenção de vantagens externas, “neste mundo”, constituem o conteúdo de todas as “orações” normais, mesmo nas religiões extremamente dirigidas ao além [...] O sentido do comportamento especificamente religioso, paralelamente àquela racionalização do pensamento, é procurado cada vez menos nas vantagens puramente externas da vida econômica cotidiana, tornando-se, portanto, cada vez mais “irracional” o fim do comportamento religioso, até que, finalmente, esses fins “extramundanos”, vale dizer, extra-econômicos, são considerados o específico do comportamento religioso [...] É possível distinguir a magia, como coação mágica, daquelas formas de relações com os poderes supra-sensíveis que se manifestam como “religião” e “culto” em súplicas, sacrifícios e veneração e, em conformidade com isso, designar como “deuses” aqueles seres religiosamente venerados e invocados, e como “demônios” aqueles forçados e conjurados pela magia. A distinção quase nunca pode ser feita em profundidade, pois mesmo o ritual do culto*

---

<sup>14</sup> Termo criado pelo filósofo, matemático e lógico alemão Wilhelm Leibniz (1646-1716) para designar a doutrina que procura conciliar a bondade e onipotência com a existência do mal no mundo.

*“religioso”, neste sentido, contém quase por toda a parte grande número de componentes mágicos (WEBER, 1994, p. 293-4).*

O **desencantamento do mundo** é expresso por Weber<sup>15</sup> na Introdução do texto *Ética econômica das religiões mundiais*, para fazer uma correlação direta entre o desencantamento do mundo e o protestantismo ascético.

*A religião deve, na medida do possível, ter desistido do caráter puramente mágico ou sacramental dos meios da graça, que sempre desvalorizam a ação no mundo como sendo, na melhor das hipóteses, apenas relativa, em sua significação religiosa, e condicionar a decisão sobre a salvação ao êxito de processos que não são de uma natureza cotidiana racional. Quando os virtuosos religiosos combinaram-se numa seita ascética ativa, dois objetivos foram totalmente alcançados: o **desencantamento do mundo** e o bloqueio do caminho da salvação através da fuga do mundo. O caminho da salvação é desviado da “fuga contemplativa do mundo”, dirigindo-se ao invés disso para um “trabalho neste mundo”, ativo e ascético (WEBER, 1979, p. 334).*

Segundo Weber, a expressão ética econômica diz respeito aos impulsos práticos de ação situados nos contextos psicológicos e pragmáticos das religiões. Uma ética econômica não marca sem ambigüidades o modo de organização econômica. Nenhuma ética econômica foi determinada totalmente pela religião. A determinação religiosa da conduta na vida, contudo, é apenas um dos princípios determinantes da ética econômica. Obviamente, o modo de vida determinado pela religião é muito influenciado pelos fatores econômicos e políticos que realizam dentro de determinados limites geográficos, políticos, sociais e nacionais. Comprovar essas dependências em toda sua particularidade não é o mais importante. Podemos apenas tentar extrair os princípios norteadores na conduta de vida das camadas<sup>16</sup> que influenciaram fundamentalmente a ética prática de suas religiões.

As camadas que definem a formação dos aspectos característicos de uma ética econômica podem se modificar no percurso da História. Em geral, a conduta de vida de camadas como confucionismo, hinduísmo, budismo, islamismo, judaísmo e cristianismo influenciaram determinadas religiões. A ética do confucionismo, por exemplo, era

---

<sup>15</sup> Original publicado na Alemanha “Einleitung”. In: *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie I*. Tübingen, Mohr, 1920. No Brasil foi publicado em 1979, sob nome “A Psicologia Social das Religiões Mundiais”, na obra *Ensaio de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Guanabara.

<sup>16</sup> Camada social hereditária e endógama, cujos membros pertencem à mesma etnia, profissão ou religião.

estamental dos prebendários, isto é, de homens com educação literária que se destacavam pelo racionalismo secular. Quem não fazia parte dessa doutrina letrada era considerado desimportante. O hinduísmo era formado por uma casta hereditária de indivíduos cultos que funcionavam como uma espécie de conselheiros espirituais para indivíduos e comunidades. Essa ética influenciava a organização social, mas apenas os brâmanes, educados no Veda, compunham o estamento<sup>17</sup> religioso inteiramente aceito. O budismo foi difundido pelos monges extremamente contemplativos, que proibidos de terem bens, viviam da caridade alheia. O islamismo foi inicialmente uma religião de guerreiros que visava conquistar o mundo. Faltava-lhes somente o ascetismo sexual dos cristãos na era das Cruzadas, mas, na Idade Média Islâmica, o sufismo<sup>18</sup>, contemplativo e místico, obteve uma situação de igualdade sob a liderança de técnicos plebeus de orgiástica. O judaísmo na Idade Média foi representado por uma classe de intelectuais pequeno-burgueses, racionalistas, que se dedicavam à literatura e ao ritual. O cristianismo teve início com uma doutrina de artesãos jornaleiros itinerantes. Foi uma religião caracteristicamente urbana e cívica no tempo Antigo, Medieval e no Puritanismo.

As doutrinas religiosas da salvação que mais se destacaram são as do 'renascimento' e da 'redenção'. O renascimento, um valor mágico primitivo, exprime o ganho de uma nova alma por meio de um ascetismo cuidadosamente planejado. A experiência de renascimento buscada como um valor supremo por uma religião variou conforme o caráter da classe que a adotou. A classe dos guerreiros cavaleirescos, as classes camponesas e comerciantes, e os intelectuais de educação literária tiveram tendências religiosas diferentes. É sumamente importante a distinção entre as classes guerreira e camponesa, as classes intelectuais e comerciantes. Dessas classes, os intelectuais foram sempre os representantes de um racionalismo relativamente teórico. As classes comerciantes (mercadores e artesãos) foram destaques do racionalismo mais prático. O racionalismo das duas classes teve aspectos muito distintos entre si, mas exerceu muita influência sobre a conduta religiosa.

---

<sup>17</sup> Cada um dos grupos da sociedade com *status* jurídico próprio. Ex: os burocratas, os militares, dentre outros.

<sup>18</sup> Misticismo arábico-persa, que sustenta ser o espírito humano uma emanção do divino, no qual se esforça para reintegrar-se.

No passado, a especificidade da classe de intelectuais foi muito importante para a religião, pois nessa época coube aos intelectuais exaltar a posse de valores sagrados numa certeza de ´redenção`. O conceito de redenção é antigo se por ele entendermos uma libertação da fome, da seca, da miséria, sofrimento e morte. Porém, a redenção só passou a ter significado particular quando revelou uma ´imagem do mundo` racional e metódica e mostrou uma posição diante do mundo. Os interesses material e ideal dirigem diretamente a conduta humana.

*Muitas outras variedades de crenças existiram, certamente. Atrás delas está sempre uma posição relacionada com alguma coisa do mundo real considerado como especificamente “sem sentido”. Assim, ficou implícita a exigência de que a ordem mundial, em sua totalidade, seja, possa ser e de alguma forma deva ser, um “cosmo” dotado de sentido. Essa busca, a essência do verdadeiro racionalismo religioso, foi realizada precisamente pelas camadas intelectuais. Os caminhos, os resultados e a eficácia dessa necessidade metafísica de um cosmo significativo variaram muito (WEBER, 1979, p. 322).*

A forma moderna de racionalizar completamente a vida em sua dimensão teórica e prática, de forma intencional, foi deslocar a religião para o mundo do irracional. A unidade da imagem antiga de mundo, em que tudo se resumia em mágica, tendeu a separar-se conhecimento racional e domínio da natureza, de um lado, e experiências místicas, de outro. O conteúdo dessas experiências místicas permanece sendo o ´além`, o reino imaterial e metafísico, no qual os homens compartilham o sagrado. Esse fenômeno emerge com o racionalismo intelectualista, quando os homens se aventuraram a racionalizar a imagem do mundo como um Universo governado por regras impessoais. Isto aconteceu mais intensamente entre as religiões e éticas religiosas determinadas pelas camadas mais requintadas de intelectuais destinadas à compreensão, exclusivamente cognitiva, do mundo e de seu significado. Foi o que aconteceu com as religiões asiáticas, principalmente as indianas. Para todas as religiões asiáticas, a contemplação tornou-se o valor máximo e acessível ao homem. A contemplação lhes proporcionava o acesso ao mundo abençoado. Isto trouxe conseqüências importantes para a relação entre a religião e a vida, principalmente a vida econômica. Estas conseqüências procedem do caráter das experiências ´místicas`, no senso contemplativo e das prévias condições psicológicas da sua busca.

O racionalismo da hierocracia<sup>19</sup>, por exemplo, surgiu da preocupação com o culto e o mito da cura das almas, isto é, a confissão do pecado e o conselho aos pecadores. A hierocracia preocupava-se em tomar exclusivamente para si a administração dos valores religiosos, em proporcionar e controlar a atribuição de bens religiosos na forma de ´graça` sacramental ou ´corporada`, que podia ser atribuída somente pelos sacerdotes e não podia ser alcançada pelo indivíduo. A busca individual da salvação foi julgada como suspeita e, portanto, imediatamente regulamentada e controlada pela hierocracia.

O quadro de funcionários *políticos*, por sua vez, foi suspeito de buscar a salvação em nível individual e da livre formação de comunidades, fontes de libertação do poder estatal. Os funcionários políticos suspeitaram da rivalidade do clero e desprezaram a busca desses valores supra-sensíveis, que se colocavam além-mundo. Para todas as burocracias políticas, os deveres religiosos foram meras obrigações oficiais ou sociais da cidadania ou dos estamentos. O ritual é correlato a regras e regulamentos e, por conseguinte, sempre que uma burocracia estabeleceu sua natureza, a religião assumiu um caráter ritualista.

Os camponeses tenderam para a mágica. Acreditam na feitiçaria coerciva dirigida contra espíritos que governam as forças naturais ou acreditam poder comprar a complacência divina. Por outro lado, é corrente para uma camada de guerreiros cavaleirescos buscar interesses essencialmente mundanos e alheios ao ´misticismo`. Essas classes necessitaram do anseio e da capacidade de dominar a realidade de modo racional.

*A tendência para um racionalismo prático é comum a todas as camadas cívicas; é condicionada pela natureza de seu modo de vida. Sua existência total baseou-se em cálculos tecnológicos ou econômicos e no domínio da natureza e do homem, por mais primitivos que fossem os meios à sua disposição. A técnica de vida que lhes foi transmitida pode, decerto, ser congelada pelo tradicionalismo, como ocorreu repetidamente em toda a parte. Mas precisamente por isso, houve sempre a possibilidade, embora em medidas que variam muito, de permitir o aparecimento de uma regulamentação ética e racional da vida. Isso pode ocorrer pela união dessa ética com a tendência do racionalismo tecnológico e econômico (WEBER, 1979, p. 328).*

---

<sup>19</sup> Termo de origem bizantina, com que se pretende qualificar o sacerdotalismo medieval. Pretende, na prática, transformar o poder político num mero feudo do poder eclesiástico.

Os princípios racionais de uma religião possuem também uma autonomia, a exemplo da doutrina indiana do Carma<sup>20</sup>, a doutrina calvinista da predestinação, a justificação da doutrina de Lutero por meio da fé, e a doutrina católica do sacramento. Tais princípios racionais, provindos da natureza das imagens de Deus e do mundo, tiveram conseqüências profundas para o modo de vida prático.

Desde o início da religiosidade fica claro que os homens têm posicionamentos diferentes. Os valores sagrados mais apreciados, como a capacidade estática e visionária dos espiritualistas em geral, dos ascetas, dos feiticeiros e dos xamãs, não eram alcançados por todos. A posse dessas faculdades é um ´carisma` que poderia ser despertado em algumas pessoas, em outras, não. Em decorrência, toda religiosidade tende para uma espécie de divisão de estamentos, conforme as diferenças nas qualificações carismáticas. A religiosidade ´heróica` ou ´virtuosa` contrapõe-se à religiosidade em massa. Nessa medida, podemos dizer que os carismáticos de uma religião virtuosa foram as ligas de feiticeiros e os dançarinos sagrados ou grupos religiosos da Sramana<sup>21</sup> indiana e dos primeiros ´ascetas cristãos`, que eram claramente reconhecidos na congregação como um estamento especial.

Essa religiosidade virtuosa foi também importante para a conformação da ética econômica, pois a ordenação da religião ao virtuoso, fundava a ética racional da vida cotidiana. A relação da religião virtuosa com a vida cotidiana de trabalho no centro da economia variou de acordo com as especificidades dos valores sagrados aspirados por essas religiões.

Na medida em que os valores sagrados e os meios de redenção de uma religião virtuosa tinham um caráter contemplativo ou extático-orgiástico, não houve relação entre a religião e os atos práticos do mundo cotidiano do trabalho. Nesses casos, a economia e todas as outras ações no mundo foram consideradas inferiores, do ponto de vista religioso. Fundamentalmente, as religiões extáticas foram particularmente adversas à vida econômica. Segundo Weber, essa relação se altera

---

<sup>20</sup> Nas filosofias da Índia, o conjunto das ações dos homens e suas conseqüências.

<sup>21</sup> É derivado de “Srama”, que designa o “homem inspirado por espíritos”, podendo igualmente significar “esconjurador ou exorcista”.

*Quando os destinos perfeitamente distintos e os destinos historicamente determinados das religiões ocidentais cooperaram nessa questão [...] O virtuoso religioso pode ser colocado neste mundo como o instrumento de um Deus e isolado de todos os meios mágicos de salvação. Ao mesmo tempo é imperativo ao virtuoso que ele se “prove” acima de Deus, como tendo sido chamado exclusivamente pela qualidade ética de sua conduta neste mundo. Isso realmente significa que ele tem de provar-se a si mesmo também (WEBER, 1979, p. 334).*

Este ascetismo não fugiu do mundo como aconteceu com a contemplação. Ao contrário, empenhou-se na racionalização do mundo, conforme os princípios divinos. Nesse ascetismo do mundo, o indivíduo submete-se ao exercício das atividades metódicas e racionalizadas a serviço do Senhor. A conduta humana, transformada racionalmente numa vocação, torna-se fundamental para a demonstração do estado de graça.

As religiões que têm inferência sobre a ética econômica se caracterizam pelo modo como se relacionam com o racionalismo econômico desde os séculos XVI e XVII na medida de seu predomínio no mundo ocidental como parte da racionalização particular da vida civil.

Weber chama a atenção para o termo racionalismo que, segundo ele, pode significar idéias bem distintas. Por exemplo, racionalismo pode dar a idéia de um domínio teórico por meio de conceitos cada vez mais exatos e abstratos. Assim como pode significar o desenvolvimento metódico de uma idéia através de meios mais apropriados e cálculos cada vez mais precisos para atingir esse fim. Racional pode ainda dar a idéia de uma disposição sistemática, como os métodos de ascetismo mágico ou de contemplação em suas formas mais conseqüentes.

Na sua grande maioria, os modelos de ética prática que se caracterizam pela sistematicidade e estão claramente orientadas para metas fixas de salvação são racionais. É assim que os poderes dominantes, tanto profanos quanto religiosos, políticos ou apolíticos podem ser apreciados como variações de determinados tipos puros, os quais são constituídos com base na legitimação desejada pelo poder dominante.

*O mundo como um todo permanece, do ponto de vista ascético, uma massa perditionis. Resta, portanto, a outra alternativa, de renunciar à esperança de que ele possa satisfazer às exigências religiosas. Quando*

*mesmo assim a comprovação deve realizar-se dentro da ordem mundana, o mundo, justamente por ser o inevitável recipiente natural do pecado e da luta contra ele, torna-se uma “tarefa” para a comprovação da espiritualidade ascética. O mundo permanece em sua mesquinhez de criatura: uma entrega prazerosa a seus bens põe em perigo a concentração no bem de salvação e em sua posse, e seria sintoma de uma espiritualidade e de fracasso do renascimento. Não obstante, o mundo, como criação de Deus, cujo poder atua nele apesar de seu caráter de criatura, é o único material em que o próprio carisma religioso tem de ser comprovado mediante ações éticas racionais, para se obter a certeza do estado de graça pessoal e continuar com ela (WEBER, 1994, p. 365-6).*

A ordem do mundo como objeto dessa demonstração ativa converte-se, para o asceta nela colocado, numa “vocação” que deve realizar racionalmente. Por isso, rejeita-se o desfrute da riqueza, assumindo como “vocação” o trabalho organizado de forma racional e ética e administrado com rigor, pretendendo que o lucro torne evidente a bênção de Deus ao trabalho e, conseqüentemente, a benevolência para com seu modo de viver econômico. Rejeita-se, por outro lado, todo sentimento extremo que expresse a divinização dos homens, e se concebe como “vocação” a cooperação racional e prudente com base nas diretrizes estabelecidas por Deus no ato da criação, das associações mundanas relativas a fins. Rejeita-se a erótica divinizadora da criatura, concebendo como “vocação” desejada por Deus, a geração racional de filhos. Rejeita-se, também, qualquer espécie de violência do indivíduo contra os outros, por um sentimento de paixão ou de vingança, concebendo como vontade de Deus a repressão e o castigo racionais do pecado e da renitência, adequados num Estado racionalmente organizado. Rejeita-se, ainda, como divinização da criatura, o proveito pessoal do poder mundano, concebendo-se como desejo de Deus o domínio da ordem racional da lei.

*O “asceta intramundano” é um racionalista tanto no sentido de uma sistematização racional de sua conduta de vida pessoal quanto no sentido da rejeição de tudo o que é eticamente irracional, trate-se de manifestações artísticas, trate-se de sentimentos pessoais, dentro do mundo e de sua ordem. Mas, antes de tudo, o objeto específico é sempre o domínio metódico “desperto” da condução da própria vida (WEBER, 1994, p. 366).*

O asceta intramundano é, por conseguinte, o ‘homem de vocação’ que não questiona nem sente necessidade de questionar o sentido de sua atividade profissional

prática no mundo. Basta-lhe, tão-somente, realizar o seu trabalho racionalmente como sendo a vontade de Deus.

A idéia de *desencantamento do mundo* perpassa também a obra *Economia e Sociedade*<sup>22</sup> (1994), por vezes, de forma bem explícita como no parágrafo 07 do capítulo V, quando Weber analisa os estamentos, classes e religião.

*A salvação que o intelectual busca sempre é uma salvação de “aflição íntima” e, por isso, por um lado, de caráter mais estranho à vida, porém por outro, de caráter mais profundo e sistemático do que a salvação da miséria concreta que é a própria das camadas não-privilegiadas. O intelectual, por caminhos cuja casuística chega ao infinito, procura dar a seu modo de viver um “sentido” coerente, portanto, uma “unidade” consigo mesmo, com os homens, com o cosmos. Para ele, a concepção do “mundo” é um problema de “sentido”. Quanto mais o intelectualismo reprime a crença na magia, “desencantando” assim os fenômenos do mundo, e estes perdem seu sentido mágico, somente “são” e “acontecem”, mas nada “significam”, tanto mais cresce a urgência com que se exige do mundo e da “conduta da vida”, como um todo, que tenham uma significação e estejam ordenados segundo um “sentido” (p. 343-4).*

Para Weber, os conflitos deste preceito com as realidades do mundo e com as possibilidades de viver nele, preparam a fuga dos intelectuais em direção ao isolamento ou em direção à ‘natureza’ preservada pelos indivíduos (Rousseau). Podem inclinar-se à contemplação ou a um ascetismo ativo, assim como buscar mais a salvação individual ou uma transformação coletiva e ético-revolucionária do mundo.

Na Ásia oriental e na Índia quase não existe o intelectualismo-pária e o intelectualismo da pequena burguesia, uma vez que inexiste o sentimento de comunidade da burguesia urbana, que é condição básica do intelectualismo da pequena burguesia, e a emancipação da magia que é condição essencial para a existência de ambos. Na China, não existe nenhum intelectualismo autônomo. O confucionismo é a ética do “homem distinto”, do gentleman. É uma ética estamental, ou melhor, é um conjunto de normas de etiqueta de uma camada nobre com formação literária.

---

<sup>22</sup> Original publicado na Alemanha intitulada *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie*. Tübingen, Mohr, 1922. No Brasil, *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, 2 vols. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991-99.

Quase todas as religiões, pressionadas pelas necessidades de levar em conta as diversas exigências éticas e intelectuais de seus adeptos, ajustaram vários modos de pensar pretendendo suavizar as diferenças e aproximá-los a um ou a outro tipo de pensar.

Weber alerta que nem toda ética religiosa é uma ética de salvação. O confucionismo, por exemplo, ética de poderosa burocracia, censura toda doutrina de salvação. Diferente do budismo, que se manifestou de forma concreta como uma ética intelectualística radicalmente antipolítica e pacifista. Segundo Weber, para nós, o desejo de salvação é de especial valor porque influencia o comportamento prático na vida. Esse caminho seguro e mundano é vivido mais intensamente pela criação de uma “condução da vida” fixada pela religião e concretizada por um sentido fundamental ou um fim positivo, ou seja, pela circunstância de que surge, a partir de motivos religiosos, uma organização metódica das ações práticas.

O capitalismo nasceu no solo de todas as religiosidades, mas não conseguiu se desenvolver, nem em estágio embrionário em direção ao capitalismo moderno e, principalmente, não desenvolveu nenhum espírito capitalista no sentido mesmo do protestantismo ascético.

*Somente o protestantismo ascético acabou realmente com a magia, com a extramundandade da busca de salvação e com a “iluminação” contemplativa intelectualista como sua forma mais elevada; somente ele criou os motivos religiosos para buscar a salvação precisamente no empenho na “profissão” intramundana e isto em contraste com a concepção rigorosamente tradicionalista de profissão hinduísta, ao cumprir as exigências profissionais de modo metodicamente racionalizado. Para a religiosidade popular asiática de todo o tipo, ao contrário, o mundo permaneceu um grande jardim encantado: a veneração ou conjuração dos “espíritos” ou a busca de salvação ritualista, idolátrica ou sacramental constituíram o caminho para orientar-se e assegurar-se nele na prática (WEBER, 1994, p. 416).*

O conceito ***desencantamento do mundo*** foi também abordado por Weber<sup>23</sup> (1924) no texto *Religião e racionalidade econômica* no qual expõe o nível de racionalização

---

<sup>23</sup> Original *Gesammelte Aufsätze zur Religionssziologie I*. Tübingen, Mohr, 1920. No Brasil, In: Gabriel Cohn (org.). *Weber:sociologia*. São Paulo, Ática, p. 151-159.

manifesto entre o confucionismo<sup>24</sup> e o puritanismo. Esse texto faz parte da obra traduzida por Gabriel e Amélia Cohn (1989) intitulada *Weber: Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.

*Para apreciar o nível de racionalização que uma religião representa podemos usar dois critérios básicos, que se inter-relacionam de várias maneiras. O primeiro é o grau em que uma religião despojou-se da magia; o outro é o grau de coerência sistemática que imprime à relação entre Deus e o mundo e, em consonância com isso, à sua própria relação ética com o mundo. No tocante ao primeiro ponto o protestantismo ascético nas suas várias manifestações representa um grau extremo. As suas manifestações mais características eliminaram a magia do modo mais completo [...] O pleno **desencantamento do mundo** foi levado apenas nelas às suas últimas conseqüências. É verdade que isso não significava livrar-se daquilo que hoje costumamos chamar de "superstição". A caça às feiticeiras também floresceu na Nova Inglaterra. Mas, enquanto o confucionismo deixava intacta a magia na sua significação positiva de salvação, aqui toda a magia tornou-se demoníaca e apenas tinha valor religioso o racionalmente ético: a ação conforme ao mandamento divino e mesmo isso apenas a partir do sentimento piedoso (WEBER, 1989, p. 151-2).*

Weber segue traçando um paralelo entre o confucionismo e o puritanismo. Segundo ele, o confucionismo foi a ética racional que amenizou a tensão contra o mundo tanto no que se refere à sua desvalorização religiosa quanto na sua rejeição prática. Essa ética se caracterizava principalmente pela piedade para com outrem estimulada pela crença nos espíritos. O confucionismo não acreditava num Deus supramundano. Tendia a renovar a união do indivíduo com seus familiares o que impedia a racionalização da ética religiosa.

*É de grande importância econômica a circunstância de basear-se toda a confiança, fundamento de todas as relações comerciais, em relações puramente pessoais de parentesco ou similares, como ocorreu muito fortemente na China. A grande realização das religiões éticas, principalmente das seitas éticas e ascéticas do protestantismo, foi o rompimento dos laços de parentesco, a constituição da supremacia da comunidade de conduta de vida baseada na crença e na ética diante da comunidade de sangue e em grande medida mesmo da família. De uma perspectiva econômica, isso significava a fundamentação da confiança*

---

<sup>24</sup> Doutrina ética e política de Confúcio (Kung-Fu-tze), filósofo chinês (551-479 a.C.), e de seus seguidores, a qual por mais de dois mil anos constituiu o sistema filosófico dominante da China. Caracterizava-se por situar o homem e a experiência social e política da humanidade no centro da investigação, daí resultando a definição das relações humanas individuais em função das instituições sociais, principalmente da família e do Estado.

*nos negócios em qualidades éticas dos indivíduos singulares, as quais se comprovavam no trabalho objetivo de vocação (WEBER, 1989, p. 153-4).*

O confucionismo com seu culto à 'riqueza' poderia ter proporcionado medidas correspondentes de política econômica, mas é justamente nesse ponto que podemos visualizar o limite da importância da política econômica diante da mentalidade econômica. Em nenhum outro lugar o bem-estar econômico era visado em último lugar, tão enfaticamente como na China. Não havia nenhuma ligação que transportasse o confucionismo e sua ética para uma conduta de viver burguesa. No entanto, o puritanismo, mesmo que involuntariamente, o fundou. "O paradoxo do efeito diante da vontade: o homem e o destino (o destino como consequência da sua ação contra a sua intenção), eis o que nos pode ensinar essa aparente inversão do 'natural', estranha apenas para o primeiro e mais superficial olhar" (WEBER, 1989, p. 154).

O puritanismo, por sua vez, opunha-se radicalmente ao confucionismo. Sua ética prescrevia o inverso da fuga do mundo. Os indivíduos nasciam na mesma condição de pecaminosos, no entanto, as chances religiosas não eram iguais. Sempre influenciava nessas diferenças a Providência e a graça injustificada e imerecida, 'livre', de um Deus supramundano. Por isso, a crença na predestinação. Tudo era dirigido para a livre graça de Deus e para o destino no além. A vida terrena era somente uma passagem, portanto, o homem tinha por dever esforçar-se o máximo na execução da obra de Deus. Essas atividades não seguiam um ritual, eram ético-rationais.

*O contraste com o confucionismo é claro. Ambas as éticas tinham suas raízes irracionais: lá a magia, aqui os desígnios finalmente inescrutáveis de um Deus supramundano. Mas, tendo em vista que os meios mágicos já comprovados e finalmente todas as formas adquiridas de conduta de vida não poderiam ser violados sob pena de atrair a ira dos espíritos, a crença na magia conduz à inviolabilidade da tradição. Em confronto com isso, a consequência da relação com o Deus supramundano e com o mundo irracional pervertido pelas criaturas era o caráter absolutamente não sagrado da tradição e a tarefa absolutamente infinita do trabalho reiterado no controle e domínio ético e racional do mundo dado: a objetividade racional do "progresso". Portanto, o contraste é entre a adaptação ao mundo num caso e a transformação do mundo no outro (WEBER, 1989, p. 155).*

Ou seja, para o confucionismo, a riqueza permitia o poder viver de forma virtuosa, mais digna e dedicar-se ao aperfeiçoamento moral. A saída para aperfeiçoar os indivíduos era enriquecê-los. Só desse modo o confuciano poderia viver de 'acordo com a posição' ocupada. Já para o puritano, o lucro era resultado involuntário, mas indício fundamental da própria virtude. O contraste entre o puritano e o confuciano nos ensina, por um lado, que a simples temperança e frugalidade, combinadas com o 'impulso aquisitivo' e a valorização da riqueza não significavam o 'espírito capitalista', no sentido do homem de vocação econômica caracteristicamente moderno, nem tampouco podiam provocar seu nascimento. Por outro lado, esse contraste nos ensina igualmente que o 'racionalismo' habitava o espírito de ambas as éticas. Entretanto, somente a ética racional puritana, dirigida para além do mundo, promoveu o racionalismo econômico intramundano, principalmente porque, para ela, o trabalho intramundano exprimia tão-somente o empenho por uma meta transcendente.

Em *Ciência e política: duas vocações* (2004)<sup>25</sup> e, mais precisamente no texto *A ciência como vocação*, a expressão ***desencantamento do mundo*** aparece várias vezes para designar que a racionalização ocidental é o elemento central do diagnóstico dos tempos modernos.

Max Weber afirma que, diferente da arte, o conhecimento científico não é acabado, pronto. Sua significação está em que ele é progressivo, provocador de novos questionamentos e novos conhecimentos. A tendência é que esse progresso se prolongue ao infinito. Weber questiona: por que nos dedicamos a uma atividade que nunca encontra e nem pode encontrar fim? Responde que nosso agir é pautado por interesses práticos, técnicos com o fim de encaminhar a atividade prática em consonância com as perspectivas que a experiência científica nos apresenta. Novamente Weber pergunta: qual a postura do homem de ciência diante de sua vocação? E responde: o homem afirma que se entrega ao trabalho científico "pela ciência" e não simplesmente para que o indivíduo obtenha benefícios materiais ou técnicos ou para que o homem possa satisfazer suas necessidades como, por exemplo, alimentar-se, vestir-se, iluminar-se ou dirigir-se. Weber pergunta ainda, qual o sentido das obras que o homem espera desenvolver graças ao conhecimento

---

<sup>25</sup> Original *Wissenschaft als Beruf e Politik als Beruf*. Tübingen, Mohr, 1922. No Brasil, *Ciência e política: duas vocações*. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mora. São Paulo, Cultrix, 1972.

científico, deixando-se aprisionar por esse empreendimento que se distribui em distintas especialidades e se perde no infinito.

Segundo Weber, o progresso científico é um fragmento essencial do processo de intelectualização a que estamos submetidos desde milênios.

*A intelectualização e a racionalização crescentes não equivalem, portanto, a um conhecimento geral crescente acerca das condições em que vivemos. Significam, antes, que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos dominar tudo, por meio da previsão. Equivale isso a **despojar de magia o mundo**. Para nós não mais se trata, como para o selvagem que acredita na existência daqueles poderes, de apelar a meios mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, mas de recorrer à técnica e à previsão. Tal é a significação essencial da intelectualização (2004, p. 30-1).*

Weber, então, questiona se esse processo de *desencantamento*, desenvolvido durante os milênios da civilização ocidental, no qual a ciência é o principal mecanismo, tem significação que extrapole essa pura prática e essa pura técnica. Nessa perspectiva, Weber retoma o conjunto de reflexões de Leon Tolstói<sup>26</sup> acerca da seguinte temática: a morte é ou não um acontecimento que contém sentido? Tolstói responde que para um homem civilizado, esse sentido não existe pelo simples fato de que a vida do homem civilizado está mergulhada no 'progresso' e no infinito e, conforme seu sentido imanente, essa vida não deveria ter fim. Quem vive no progresso está sempre sujeito a um novo progresso. Quem morre não consegue alcançar o pico, já que ele se põe no infinito. Desse modo, se a morte não tem sentido, a vida do indivíduo civilizado também não tem, já que progresso destituído de sentido transforma a vida também num acontecimento sem sentido (1972, p. 31).

Conforme Weber, a pergunta agora não mais se refere simplesmente ao sentido da vocação científica para o homem que a ela se dedica, mas ao significado e valor que tem a ciência para a vida humana.

---

<sup>26</sup> Leo Nicolaevich, conde de Tolstói (1828-1910), um dos grandes romancistas russos do século XIX, autor de novelas famosas como Guerra e Paz (1869) e Ana Karenina (1879). Também é autor de breves escritos de caráter crítico, como: Que devemos fazer?, Em que creio, O reino de Deus está em nós e Que é a arte?

Nessa perspectiva, Weber mostra a diferença entre o passado e o presente. Para tanto, resgata, inicialmente, a alegoria da caverna de Platão (428-347 a.C.), contida no livro VII da República onde homens prisioneiros viviam voltados para o fundo da caverna, na qual eles viam apenas sombras da realidade. Um dos prisioneiros, no entanto, consegue libertar-se dos grilhões que o prendiam e voltando-se para a entrada da caverna olha de frente o sol. A princípio, nada consegue ver, mas aos poucos percebe o real e as relações que o permeiam. Admirado com tudo o que viu, retornou ao interior da caverna para compartilhar com seus companheiros o que presenciara e observara fora da caverna com o fim de encaminhá-los para a luz, mas eles o tomaram por louco, permanecendo diante das sombras. Essa alegoria retrata o filósofo como o indivíduo que se libertou da ignorância e viu o sol, a verdade da ciência que tem por finalidade conhecer não somente as aparências e as sombras, mas o ser real, o ser verdadeiro.

Essa alegoria de Platão mostra que já na Antiga Grécia descobriu-se a significação do conceito como um dos maiores instrumentos de conhecimento científico. Os gregos foram os primeiros a adotar o conceito como instrumento que possibilita ao homem reconhecer que, muitas vezes, presume conhecer a verdade e a reconhecer, também, que esta e não aquela asserção equivale à verdade. A descoberta do conceito como instrumento de conhecimento científico permitiu inferir que era necessário decifrar o verdadeiro conceito (de Bom, Mau, Bem, Mal, Bonito, Feio, dentre tantos outros) para conseguir compreender o ser verdadeiro. Esse conhecimento possibilita ao homem, simultaneamente, conhecer e ensinar como se comportar de forma adequada, principalmente como cidadão.

Com o Renascimento veio a experimentação racional, o segundo grande instrumento a produzir o conhecimento científico. Através da experimentação racional era possível controlar a experiência, condição fundamental para o surgimento da ciência empírica moderna. Leonardo da Vinci (1452-1519) foi seu principal representante na esfera da arte, Galileu Galilei (1564-1642) e Francis Bacon (1561-1626), na esfera da ciência.

E, atualmente, pergunta Weber, quem ainda acredita que os conhecimentos astronômicos, biológicos, físicos ou químicos poderiam dar a conhecer alguma coisa a respeito do sentido do mundo ou poderiam auxiliar-nos a descobrir indícios de tal sentido, se é que ele existe? Para o autor, os conhecimentos científicos são, na verdade, os

conhecimentos que mais têm possibilidade de fazer desaparecer a crença na existência de qualquer coisa que se assemelhe a uma 'significação' do mundo. Como a ciência poderia nos 'levar a Deus'? O conjunto dos princípios básicos da ciência não é anti-religioso?

Weber questiona, por fim, que significado tem a ciência, enquanto vocação, se foram extintas todas as ilusões que nela avistavam o trilho que leva ao 'ser verdadeiro', à 'verdadeira arte', à 'verdadeira natureza', ao 'verdadeiro Deus', à 'verdadeira felicidade'? Responde que a ciência não tem sentido, uma vez que ela não consegue responder às questões seguintes: 'Que devemos fazer'? 'Como devemos viver'? Resta o problema de se saber em que sentido a ciência pode apresentar alguma resposta e se ela teria alguma utilidade.

No mundo desencantado, os acontecimentos ocorrem da mesma maneira como aconteciam no mundo antigo, apenas com distintos sentidos. Enquanto no mundo antigo, marcado pela magia de deuses e demônios, os gregos dedicavam sacrifícios a Afrodite, posteriormente a Apolo e demais deuses da cidade, nós do mundo civilizado, continuamos a agir do mesmo modo, mesmo nossa conduta tendo se libertado da magia e do mito que, até o presente, habita em nós.

*O racionalismo grandioso, subjacente à orientação ética de nossa vida e que brota de todas as profecias religiosas, destronou o politeísmo, em benefício do "Único de que temos necessidade"; mas, desde que se viu diante da realidade da vida interior e exterior, foi compelido a consentir em compromissos e acomodações de que nos deu notícia a história do cristianismo. A religião tornou-se, em nossos tempos, "rotina quotidiana". Os deuses antigos abandonam suas tumbas e, sob a forma de poderes impessoais, porque desencantados, esforçam-se por ganhar poder sobre nossas vidas, reiniciando suas lutas eternas. Daí os tormentos do homem moderno, tormentos que atingem de maneira particularmente penosa a nova geração: como se mostrar à altura do quotidiano? Todas as buscas de "experiência vivida" têm sua fonte nessa fraqueza, que é fraqueza não ser capaz de olhar de frente o severo destino do tempo que se vive (WEBER, 1972, p. 42-3).*

A ciência é, atualmente, uma vocação fundamentada na especialização que nos auxilia na reflexão sobre nós mesmos e sobre o conhecimento das relações objetivas. Ela não decorre de revelações, nem é também um benefício que o indivíduo possa receber para garantir a salvação das almas, nem faz parte das meditações de filósofos sobre o sentido do

mundo. A vida contemporânea, que se caracteriza pela racionalização e intelectualização e, principalmente, pelo *desencantamento do mundo*, conduziu os indivíduos a expulsarem da vida pública os valores sagrados e mais elevados. Esses valores se abrigaram na transcendência da vida religiosa e contemplativa ou na irmandade direta entre indivíduos isolados.

O *desencantamento do mundo* foi manifestado por Weber ainda e, por último, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*<sup>27</sup> (2001), somente na segunda edição (1920), no capítulo segundo em que trata da ética profissional (*Berufsethik*) do protestantismo ascético.

Nesta obra Weber faz uma análise do processo de racionalização do Ocidente, apoiando-se em um estudo comparativo sobre as religiões mundiais. Tal estudo teria como finalidade mostrar a natureza cultural do processo particular que conduziu à racionalização do Ocidente, mais especificamente na Europa durante os séculos XVI e XVII, quando do nascimento de uma determinada fé religiosa, a saber, o Protestantismo.

Esse processo tem início com as idéias de Lutero, pioneiro da Reforma Protestante, que apesar de recusar a idéia de que a Igreja detém poderes mágicos, sua doutrina do solafideísmo afirma que os homens só poderiam ser salvos por meio da fé. A partir dessa doutrina, Lutero passa a dar maior importância ao trabalho temporal, ao exercício de uma profissão como vocação. A vocação é concedida a todos e não apenas aos monges. Para ele, a vida monástica não é merecedora da compaixão de Deus. Ao contrário, ela é ociosa e fruto do egoísmo que tende a afastar o homem do cumprimento de seus deveres terrenos (WEBER, 2001, p. 56).

Conforme Lutero, as atividades profissionais surgem como uma manifestação de amor ao próximo e todas elas são abençoadas por Deus. O cumprimento dos deveres temporais é a única maneira de agradar a Deus, e somente esta, é a vontade de Deus. Na leitura de Weber, o conceito de vocação de Lutero não rompeu com o modelo tradicional da

---

<sup>27</sup> Título original *Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus- Gesammelte Aufsätze zur Religionssociologie I*. Tübingen, Mohr, 1920. No Brasil, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução de Irene e Tomás Szmrecsányi, São Paulo: Pioneira, 1967.

salvação por mérito, pois o entendimento do trabalho como vocação era aceito como determinação de Deus e, portanto, o indivíduo precisava conformar-se, submeter-se.

*Lutero foi levado a considerar a profissão concreta do indivíduo como uma ordem especial de Deus no sentido de ele ocupar esse lugar concreto que lhe foi predestinado. E, quando, na seqüência das suas lutas contra os espíritos visionários fanáticos e a agitação camponesa, a ordem histórica objectiva em que Deus colocou o indivíduo se torna cada vez mais, para Lutero, uma emanção direta da vontade de Deus, a crescente acentuação do elemento providencial, mesmo nos fenômenos isolados da vida, leva-o progressivamente a assumir uma opção tradicionalista correspondente à idéia de 'mandamento divino': o indivíduo deve permanecer fundamentalmente na profissão em que Deus o colocou, e manter as suas aspirações terrestres dentro dos limites definidos por esta situação (2001, p. 59).*

Weber procurou identificar aspectos da ética protestante judaica com o espírito do capitalismo e passou a analisar uma possível vinculação entre os fundamentos da teoria calvinista e de outras seitas protestantes com a origem e o desenvolvimento capitalista nos países do mundo ocidental. Procurou analisar, baseado nessas seitas protestantes, o significado dessas religiões através de alguns aspectos essenciais do capitalismo.

Para Weber, o calvinismo é uma seita protestante, liderada por Calvino, que aglutina movimentos sociais, políticos e culturais de alguns países desenvolvidos economicamente, como os Países Baixos, a França, a Inglaterra, no período do século XVI ao século XVII.

Segundo o autor, o calvinismo concebe um Deus completamente transcendental e com o poder de condenar ou salvar os indivíduos, de acordo com sua vontade. A teoria da predestinação calvinista reza que Deus predestinou certos homens à vida eterna e outros à morte eterna. Calvino acreditava ser ele próprio uma pessoa eleita por Deus e, por isso, tinha por certo sua salvação. Acreditava também, que devíamos contentar-nos em saber que Deus escolhera os homens e anjos ou para a vida eterna (escolhidos para a salvação) ou para a morte eterna (escolhidos para a condenação) e confiarmos nessa escolha, pois nisto consiste a verdadeira fé.

Nenhum indivíduo teria condições de saber se, através de suas obras, seria salvo ou condenado, uma vez que elas não garantem a salvação. Essa peculiaridade do

calvinismo estimulou as seitas posteriores a adotar uma postura puritana, isto é, já que o indivíduo não podia contar com o perdão do padre mediante a confissão dos pecados, já que ele não podia obter a graça divina em sua interiorização, como entendia Lutero, o calvinismo voltou-se para o mundo exterior e assumiu a idéia de que todo e qualquer indivíduo tem o dever de trabalhar não para obter ou não a salvação divina, mas porque o trabalho é a forma mais apropriada para prestar homenagem e ampliar a glória de Deus. Ou seja, não há mais o entendimento de que Deus está presente nesse mundo através dos indivíduos. O mundo é o local de trabalho para indivíduos que, ao invés de receptáculos de Deus, passam a ser seus instrumentos.

A doutrina da predestinação não era fácil de ser sustentada, pois implicava que o indivíduo permanecesse firme e constante na profissão da fé, independente de ser escolhido ou condenado. Sem se renovar, ela conservou sua prescrição, segundo a qual cada homem deveria considerar-se escolhido e lutar contra todas as dúvidas e tentações do demônio. Para lutar contra as tentações do demônio era necessário perseverar no desenvolvimento da atividade secular.

Desse modo, e de acordo com esta seita, o homem deveria dedicar-se com afinco ao trabalho árduo, pois o trabalho espinhoso expulsa os impulsos malignos, infetados de impurezas hedonistas<sup>28</sup> e sensuais. O produto do trabalho, se não desfrutado pelos indivíduos, pode significar a aprovação de Deus. A implementação dessa ética cotidiana provocou a acumulação de capital e se mostrou favorável ao nascimento do capitalismo. Posteriormente, esta ética separou-se da teologia, transformando-se numa força secular autônoma apropriada ao início da estruturação do capitalismo moderno.

A ética calvinista despertou o indivíduo para agir no mundo como sujeito autônomo que procura dominar o mundo em que vive, ao invés de entregar-se ao sabor dos ventos, dos tempos, dos fatos.

*Esta doutrina, na sua inumanidade patética, teve sobretudo uma conseqüência numa geração que se sujeitou à sua influência grandiosa: o sentimento de um isolamento interior individual inaudito. No aspecto*

---

<sup>28</sup> Partidário do hedonismo, doutrina que considera o prazer individual e imediato como o único bem possível, princípio e fim da vida moral.

*mais decisivo para as pessoas da Reforma: a salvação eterna – o homem era obrigado a traçar o seu caminho só, face a um destino determinado desde a eternidade. Ninguém o podia ajudar. Nenhum pregador – os eleitos compreendiam a palavra de Deus mais espiritualmente. Nenhum sacramento – pois os sacramentos, apesar de serem ordenados por Deus para a multiplicação de sua glória, devendo ser acatados obrigatoriamente, não são um meio para atingir a graça de Deus, mas apenas os externa subsidia objetivos da fé. Nem a Igreja, apesar da validade da frase *extra ecclesiam nulla salus*<sup>29</sup>, no sentido de que quem se afastasse da verdadeira igreja não poderia voltar a pertencer aos escolhidos de Deus, pois os condenados também pertenciam à Igreja (externa); deviam pertencer-lhe e estar sujeitos à sua disciplina, não para atingir a bem-aventurança – o que era impossível – mas porque também eles tinham de ser forçados à observação dos mandamentos para glória de Deus. E, por fim, nem Deus, pois Cristo só morrera pelos eleitos, a quem Deus tinha decidido oferecer a sua morte desde a eternidade. Esta supressão absoluta da salvação sacramental através da Igreja, que no luteranismo ainda não se tinha delineado em todas as suas conseqüências, era absolutamente decisiva face ao catolicismo. Era o fim do grande processo histórico-religioso do **desencantamento do mundo**, que se iniciou com as profecias do judaísmo antigo e que, em conjunto com o pensamento científico helênico, condenava todos os meios mágicos na procura da salvação como superstição e sacrilégio (WEBER, 2001, p. 93-4).*

No calvinismo, o indivíduo já estava condenado *a priori* por um destino implacável, sem diminuição de dor, de peso, de trabalho. Para ele, o destino não permitia consolo, alívio humano. Não tinha esperança de perdão pelas fraquezas ou imprudência de momento como era permitido para o católico e mesmo para o protestante luterano. O comportamento do homem era racionalmente organizado e metódico. Para que ele tivesse chance de alcançar a graça de Deus, o *status gratiae*, ele teria que submeter o seu estado de natureza, o *status naturae*, a uma transformação em cada momento e em cada ação; teria que ter uma vida dirigida por uma constante reflexão.

*O desencantamento do mundo, a eliminação da magia como meio de salvação não foi levado pelo catolicismo às mesmas conseqüências que pelo puritanismo (e, antes, pelo judaísmo). O católico tinha à sua disposição a graça sacramental da sua Igreja como meio de compensação das suas insuficiências: o padre era um mago com poder de realizar o milagre da transubstanciação<sup>30</sup> e em cujas mãos estava*

---

<sup>29</sup> Expressão que significa “fora da Igreja não há salvação”.

<sup>30</sup> Palavra adotada na Igreja Católica, sobretudo a partir da filosofia escolástica, para explicar a presença real de Jesus Cristo no sacramento da Eucaristia pela mudança da substância do pão e do vinho na de seu corpo e de seu sangue.

*depositado o poder das chaves da vida eterna [...] O Deus do calvinismo exige aos seus fiéis não “boas ações” isoladas mas uma vida inteira de boas ações erigidas em sistema. Não havia traço de oscilação católica, bem humana, entre pecado, arrependimento, penitência, purificação, novo pecado. Nem de estabelecer, de uma vida considerada no seu conjunto, um “saldo” que pudesse ser compensado por penitências temporais e expiado por meio das graças da Igreja. A prática ética do homem comum não se caracterizava pela falta de planejamento e de sistematização, mas todo o modo de vida foi organizado segundo um método conseqüente (WEBER, 2001, p. 101).*

Os puritanos contemporâneos concebiam a ética a partir do *cogito ergo sum* de Descartes, isto é, sua reinterpretação ética buscava uma vida dirigida por uma permanente reflexão, baseada na conduta diária e metódica por vocação e permeada por uma racionalidade prática, visando a superação do *status naturae*.

Segundo Weber, o desencantamento do mundo deu à fé reconstruída sua tendência ascética e é esta a raiz de sua marcante distinção com relação à Igreja católica. O ascetismo cristão orientava-se por um método sistemático de comportamento racional, visando a subjugar o *status naturae*, isto é, visando livrar o homem do domínio dos impulsos irracionais, do domínio do mundo e domínio da natureza. O ascetismo racional cristão tentou sujeitar o homem ao domínio moral da vontade de Deus, primando pelo incessante autocontrole em suas ações. Dessa forma, ele capacitava o monge a servir a Deus e garantir a salvação de sua alma. Este treinamento de autocontrole que subsidiava o trabalho de Santo Inácio e das virtudes monásticas racionais em geral, foi igualmente o ideal prático fundamental do Puritanismo.

O puritano e demais tipos de ascetismo tentaram educar o homem moralmente tornando-o apto para estar sempre vigilante, buscando adotar ações racionais e evitando a prática de impulsos e do prazer espontâneo. Essa visão de mundo é observada nas regras do monasticismo católico da mesma forma como na visão calvinista. Nesse sentido, tanto a Igreja quanto o calvinismo contribuíram para garantir a causa do Protestantismo como Igreja militante.

A distinção entre o ascetismo calvinista e o católico consiste no desaparecimento das *consilia evangelica* e na conversão do ascetismo em ascese essencialmente secular. Com isto, Weber não quer dizer que no catolicismo a vida metódica, tanto teórica quanto

prática, tivesse ficado restrita às celas dos mosteiros. A Igreja, embora tenha praticado maior tolerância ética, afirmava que uma vida assistemática impossibilitava seus adeptos a alcançar os ideais elevados, mesmo para um leigo. A Ordem de São Francisco constituía um exemplo, dentre tantos outros, de assumir o ascetismo na vida cotidiana.

*A prática de certas instituições religiosas, sobretudo a indulgência, encarada durante a Reforma não apenas como um abuso mas como o pior dos males, opunha-se inevitavelmente às aspirações à ascese secular sistemática. Mas verdadeiramente decisivo foi o facto de os únicos a viverem metodicamente em sentido religioso par excellence terem sido os monges, e de que a ascese quanto mais dominava o indivíduo mais o afastava da vida secular, pois a vida especificamente santa consistia na superação da moral laica [...] A sistematização da conduta ética que o ascetismo do protestantismo calvinista tem em comum com as formas racionais da vida monástica católica revela-se na maneira como o cristão puritano “consciencioso” controlava constantemente o seu estado de graça (WEBER,, 2001, p. 103-5).*

Com base na teoria da predestinação, o calvinismo trocou a aristocracia espiritual dos monges, desligada e acima do mundo, pela aristocracia espiritual dos predestinados santos de Deus, integrados no mundo.

A doutrina calvinista da predestinação foi muito consistente e surtiu efeito psicológico em todas as outras seitas subseqüentes. Mesmo hoje, ela continua exercendo influência sobre os movimentos religiosos, na medida em que ora é utilizada como fonte de inspiração para ratificar seus princípios religiosos, ora é resgatada para contestar seus preceitos divergentes.

O pietismo seguiu a concepção da ética racional, sistematicamente controlada, uma vez que sua racionalidade suplantou o aspecto emocional. Ao invés da autoconfiança, que o calvinista procurava alcançar e retomar num trabalho vocacional intenso e bem-sucedido, o pietismo adotou uma postura de modéstia, de renúncia e de sacrifício.

Os batistas, por sua vez, desvalorizaram os sacramentos como condição para atingir a graça divina e alcançar a salvação e realizaram a ‘desmistificação’ religiosa do mundo. Destacaram-se pelo caráter eminentemente racional. Nestas seitas, todos eram responsáveis por sua vocação. Essa idéia de cada um ser responsável por sua vocação

conseguiu, ao mesmo tempo, debilitar a concepção calvinista de vocação e aumentar a intensidade do interesse vocacional de caráter econômico.

*As seitas batistas praticavam, a par dos defensores da predestinação e, sobretudo, dos calvinistas mais severos, o corte mais radical com os sacramentos. Levaram o **desencantamento religioso do mundo** às suas conseqüências mais profundas. Só a “luz interior” da revelação constante capacitava para a verdadeira compreensão da revelação bíblica de Deus. Por outro lado, o seu efeito, pelo menos segundo os quaquers, que tiravam aqui as conclusões lógicas dos princípios, podia estender-se a pessoas que nunca tinham conhecido a forma da revelação. A frase extra ecclesiam nulla sallus só era válida para essa igreja invisível dos iluminados por Deus. Sem a luz interna o homem natural, guiado pela razão natural, não passava de uma mera criatura, cuja distância de Deus os batistas, e também os quaquers, ainda achavam mais abominável que os calvinistas (WEBER, 2001, p. 119).*

A doutrina batista atribuiu um imenso significado ao controle por meio da consciência e possibilitou uma postura humana e profissional dirigida para o desenvolvimento de aspectos básicos do espírito do capitalismo. O princípio mais importante da ética capitalista diz que a honestidade é a melhor política, e que já encontrara o seu documento clássico no tratado de Benjamin Franklin. Esta conduta ascética significou um planejamento racional de toda a vida do indivíduo, de acordo com a vontade de Deus.

*Quando da penetração do baptismo no mundo profissional secular, a idéia de que Deus só fala onde a criatura se cala significa, literalmente, uma educação do indivíduo no sentido de pesar serenamente os seus actos e na prática atenta do exame de consciência. Este carácter calmo, austero e extremamente consciencioso da conduta foi adoptado mais tarde pelas comunidades baptistas e, muito especialmente, pelos quaquers. O **desencantamento radical do mundo** ao nível da interioridade não permitia, aliás, outra saída além do ascetismo secular. Para as comunidades que não queriam ter a ver com os poderes políticos nem com a sua acção, tinha como resultado a inserção formal dessas virtudes no trabalho profissional (WEBER, 2001, p. 120).*

Para Baxter<sup>31</sup>, o pecado principal é a perda de tempo, pois cada hora perdida no trabalho significa perda de trabalho para a glorificação de Deus. Por isso, Baxter faz um

---

<sup>31</sup> Richard Baxter (1615-1691), um dos líderes do puritanismo inglês, é autor do Christian Directory, o mais completo compêndio da teologia moral puritana, inteiramente orientado pela experiência prática de seu ministério.

verdadeiro sermão exaltando o trabalho físico e mental mais rigoroso juntamente com a ascese sexual, segundo a qual a relação sexual só é admitida na medida em que é desejada por Deus para o aumento de sua glória, conforme o mandamento “Crescei e multiplicai-vos”. Enfim, para Baxter, o homem deve trabalhar energicamente em sua vocação, pois o trabalho é objetivo da própria vida para homenagear a Deus.

Na realidade, Weber está buscando dar a conhecer que o protestantismo ascético realizou uma união íntima e consistente entre a ação racional com relação a fins e a ação racional com relação a valores, uma conexão entre a racionalidade técnica e a racionalidade ética, mas:

*Uma união de princípio, sistemática e íntegra, entre a ética profissional intramundana e a certeza de salvação religiosa foi produzida, no mundo inteiro, somente pela ética do protestantismo ascético. Pois, neste, o mundo, em seu estado pecaminoso de criatura, tem significação religiosa exclusivamente como objeto do cumprimento dos deveres, por ações racionais, segundo a vontade de um deus absolutamente supramundano. O caráter racional, sóbrio das ações não entregues ao mundo, mas sim a certa finalidade, e seu êxito indicam que repousa sobre eles a bênção de Deus (WEBER, 1994, p. 373).*

Os quakers consideravam que o trabalho como vocação possibilita ao homem a prática da moral, que se revela na dedicação, no método, no desenvolvimento racional e consciente do trabalho. Esse destaque ao aspecto do trabalho especializado forneceu fundamentos para a moderna divisão do trabalho. A ética puritana chamava a atenção para uma vida racional em que, até o esporte deveria prestar serviços a essa finalidade, isto é, visando a uma melhor eficiência física. Condenava, por outro lado, a fruição da vida de modo espontâneo, natural e sem método. Na área cultural, o puritano impregnava a cultura do Renascimento, mas tinha verdadeiro horror a qualquer aspecto que lembrasse a superstição e magia a ponto de censurar as festividades cristãs do Natal e também qualquer arte (plástica ou teatral) espontânea, não científica.

Para o puritano, cabe ao homem defender, proteger e preservar os bens culturais que Deus lhe entregou em confiança e aos quais é subjugado como administrador ou até como ‘máquina de ganhar dinheiro’. Como tantos outros aspectos do moderno espírito

capitalista, esse modo de conduzir a vida nasceu na Idade Média, mas só na ética do protestantismo ascético teve seus alicerces morais mais seguros.

*Desencantamento/desmagificação, eticização/moralização: dois lados de uma mesma moeda, duas faces de um mesmo processo histórico-religioso que marca definitivamente a direção seguida pela racionalização social e cultural do Ocidente, que conforma seu caráter específico de racionalização vivida como trabalho racional, quer dizer, como dominação sistemática do mundo natural [...] Desdivinizá-lo para dominá-lo. Naturalizá-lo para poder melhor objetivá-lo, mais que isto, objetificá-lo. Quebrar-lhe o encanto era indispensável para poder transformá-lo. Não à toa, o **desencantamento** não-havido explica para Weber o atraso do mundo asiático [...] Para Weber, pois, tanto o desenvolvimento econômico-capitalista quanto o progresso científico-tecnológico precisaram da apresentação e disseminação de uma conduta de vida racional, (eine rationale Lebensführung) na medida em que, sendo ela a expressão viva de uma racionalização ética via trabalho objetivante, foi vetor de uma tomada de posição desencantada e dominadora ante o mundo natural (SCHLUCHTER, 1976<sup>32</sup>) apud PEIRUCCI (2003, p. 206-7).*

A ética burguesa admitia que o empreendedor burguês poderia agir conforme seus interesses financeiros desde que dentro dos limites legais de correção, desde que sua conduta moral fosse ilibada e não houvesse objeção ao uso de sua riqueza. Além do mais, o poder da ascese religiosa disponibiliza trabalhadores extremamente empenhados no sentido de realizar bem as suas tarefas, prudentes, conscientes e que se dedicam ao trabalho como objetivo de vida desejada por Deus.

O trabalho é justificado como a razão da existência humana. Nesse racionalismo utilitário, há uma estreita relação entre o aspecto religioso e o aspecto racional que permeia as relações sociais. Nessa direção, Weber entende que a racionalidade da ética protestante, alicerçada no trabalho intenso e privando o homem do pecado do prazer, é uma espécie de motor de produção propício ao desenvolvimento inicial do espírito do capitalismo moderno, embora não queira dizer com isso que a ética religiosa tenha determinado ou originado o capitalismo.

*Um dos componentes fundamentais do espírito do moderno capitalismo e, não apenas deste, mas de toda cultura moderna: a conduta racional baseada na idéia de vocação, nasceu do espírito da ascese cristã [...] O*

---

<sup>32</sup> “Die Paradoxie der Rationalisierung: zum Verhältnis von ‘Ethik’ und ‘Welt’ bei Max Weber”.

*puritano queria tornar-se um profissional, e todos tiveram de segui-lo. Pois quando o ascetismo foi levado para fora dos mosteiros e transferido para a vida profissional, passando a influenciar a moralidade secular, fê-lo contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série através da máquina, que atualmente determina de maneira violenta o estilo de vida de todo o indivíduo nascido sob esse sistema. De acordo com a opinião de Baxter, preocupações pelos bens materiais somente poderiam vestir os ombros do santo “como um ténue manto, do qual a toda hora se pudesse despir”. O destino iria fazer com que o manto se transformasse numa prisão de ferro. O capitalismo vencedor, apoiado numa base mecânica, não carece mais de seu abrigo. Também o róseo caráter de sua risonha sucessora: a Aufklärung parece estar desvanecendo irremediavelmente, enquanto a crença religiosa no “dever vocacional”, como um fantasma ronda em torno de nossas vidas. Onde a “plenitude vocacional” não pode ser relacionada diretamente aos mais elevados valores culturais, o indivíduo renuncia a toda tentativa de justificá-la (WEBER, 1989, p. 130-1).*

A ascese protestante aprofundou e valorizou a idéia do trabalho consciente, racional, ainda que por baixos salários, e acrescentou a essa noção a idéia de dever, de vocação como meio para alcançar a aprovação e a graça divina. Essa idéia de cumprimento do dever como vocação visando receber a graça de Deus e a ascese imposta pela Igreja, principalmente nas classes pobres, foram forças decisivas para estimular a produtividade do trabalhador moderno e a atitude aquisitiva dos empresários.

Decerto, o comportamento racional, baseado na idéia da vocação, originou-se do espírito da ascese cristã e, na medida em que o ascetismo foi proporcionando mudanças significativas no mundo, os bens materiais foram adquirindo uma importância crescente para os homens, como nunca antes na História.

O conceito de *desencantamento do mundo* introduzido por Weber refere-se **ao desencantamento religioso do mundo**, isto é, à desmagificação religiosa pela qual passou a sociedade ocidental em decorrência do processo de racionalização ético-ascética da postura cotidiana de vida. Desencantamento do mundo, portanto, é desmagificação religiosa. É uma forma específica de racionalização religiosa, a ética religiosa do judaísmo antigo, que fez surgir a Modernidade.

*Weber parte de uma tipologia das formas de racionalização prática para demonstrar que a origem do processo de racionalização do Ocidente é cultural e está relacionada com a justificação ética de uma forma de*

*conduta no mundo. Todavia, para Weber, é justamente essa dimensão fundacional do processo de racionalização que irá se perder ao longo da Modernidade. O resultado, na esfera da moral, é o surgimento do utilitarismo e, na esfera da sociedade, a cientificização dos julgamentos de valor. O primeiro resultado é que a única forma de sobrevivência da ética no mundo moderno é o utilitarismo. Para Weber, o indivíduo, que não mais consegue justificar suas ações com base em uma ética de valores, reinterpreta empiricamente a ética, transformando a instrumentalidade em um valor. Perde-se, desse modo, a conexão interna entre intencionalidade e justificação cultural. O segundo resultado constitui a transformação da ciência em critério único para a justificação da ação. À medida que as formas de justificação ética da ação não mais motivam os indivíduos devido à secularização progressiva das sociedades modernas, a ciência vai-se convertendo num único consenso societário possível. No entanto, a ciência não é capaz de oferecer um critério para o julgamento entre diferentes opções valorativas. Ela não é capaz de substituir a unidade valorativa das cosmovisões em sua capacidade de determinar, simultaneamente, os critérios do belo, do moralmente adequado e do verdadeiro. Daí o dilema fundamental das sociedades contemporâneas: o fenômeno da perda de sentido (AVRITZER, 2000, p. 385).*

Weber estava convencido de que os novos valores sociais que faziam parte da atividade econômica capitalista não eram naturais, mas fruto do desenvolvimento histórico. Assim como também os meios e os fins da atividade econômica moderna não provinham de alguma tendência universal, mas da necessidade de satisfação da sociedade como um todo.

*Ao acentuar o rígido contraste entre o feudalismo e o capitalismo, Weber enfatizou a distinção entre valores sociais tradicionais e racionais. Tradicionalismo no comportamento econômico significa, para Weber, fixação em padrões imutáveis diante de opções concretas [...] Também inclui a observância de vias sacrossantas para atingir suas opções fixas. Racionalidade, por outro lado, implica uma avaliação contínua das opções em termos de custos relativos para sua concretização [...] e prescreve uma crítica permanente dos meios econômicos; estes não são mais sacrossantos, mas sujeitos a critérios de eficiência técnica (BIRNBAUM, 1994, p.101)*

O capitalismo moderno para Weber significa especialmente a organização do trabalho formalmente livre de forma ordenada, racional e disciplinada. E a execução dos princípios da racionalidade provoca uma força dinâmica inerente ao comportamento econômico. Um produtor não se vê agora obrigado a reduzir suas atividades quando pode elevar seus lucros em outras. As conseqüências deste cálculo contínuo da relação meios-

fins tendem a repercutir em todas as outras instâncias da sociedade capitalista (BIRNBAUM, 1994, p. 112).

A racionalidade não poderia ter ficado limitada à vida econômica. Ela deixou sua marca em todo o sistema sociocultural e em todo o sistema educacional, que será analisado a seguir.

## **2 A relação entre desencantamento do mundo e a educação na Reforma protestante**

A relação entre o desencantamento do mundo (enquanto processo de racionalização da civilização ocidental moderna) e a educação moderna, manifesta-se, de certa forma, desde os séculos XVI e XVII, quando aconteceu a Reforma protestante, tentando romper com a hegemonia do Cristianismo no terreno religioso e moral e combatendo a autoridade espiritual da Igreja. Nesta perspectiva, acredito ser interessante contracenar o estágio inicial do desencantamento do mundo, isto é, a época de intensa religiosidade que foi o século XVII, com a educação promovida pelo Movimento da Reforma protestante e seus principais expoentes.

A Reforma protestante foi o Renascimento do norte orientada no sentido de reformar a sociedade e a Igreja. Ela teve duas fases: uma fase moral e uma fase intelectual ou teológica. No que se refere ao aspecto intelectual ou teológico, ela exaltou o julgamento individual e tornou a divisão da Igreja inevitável, uma vez que as seitas se baseavam em diferenças fundamentais sobre os tipos mentais dos homens. A primeira consequência educativa da Reforma, foi elevar a razão, o direito à opinião individual e a necessidade de conhecer as fontes originais de leitura das idéias verdadeiras (MONROE, 1979, p. 172).

Decerto, os reformadores não ousaram saltar as barreiras dos dogmas incompatíveis com a razão, pois tanto quanto a Igreja Católica, eles admitem a idéia da *revelação*, isto é, a manifestação sobrenatural da verdade divina e sua tradição através dos séculos. A principal divergência entre católicos e protestantes, está em que para os católicos, a revelação é a verdade eterna entregue a uma instituição, no caso, a Igreja, cuja *origem e autoridade*, encarnadas no Papa, são divinas e infalíveis. Já para os protestantes,

os dogmas revelados levam em si o direito à liberdade de análise, isto é, o crente pode e deve interpretar os Evangelhos de acordo com sua própria consciência, sem a ajuda da autoridade eclesiástica. A Reforma, portanto, coloca a instrução a serviço da fé revelada; o conhecimento, ao abrigo da fé. Contudo, a idéia de aplicar a própria razão à verdade divina contida nos Evangelhos, trouxe como consequência o exigir de todos a leitura da Bíblia e o exercício da razão pessoal, o que apresentou às instituições educativas o problema de uma educação geral, para todos, sem diferença de idade, sem diferença de classe social, raça e sexo (LARROYO, 1969, p. 381).

É assim que, na Reforma protestante, movimentos populares heréticos<sup>33</sup> trabalharam em prol da instrução com o objetivo de que cada indivíduo tivesse condições de ler e interpretar a Bíblia sem a intervenção do clero, a exemplo de Comênio<sup>34</sup>, John Wycliffe<sup>35</sup>, na Inglaterra, e Jan Hus<sup>36</sup>, na Boêmia. Este pensamento tornar-se-á geral aos povos que se revoltaram contra a Igreja de Roma. Esses movimentos populares heréticos (e não dos países católicos), pensaram e agiram a favor de projetos inovadores de instrução popular e moderna. Tais movimentos reformadores reivindicam instrução e levantam questões sociais bastante concretas. Muitas dessas questões foram apresentadas na Alemanha pelos membros mais radicais do movimento, quando das lutas pela Reforma e, especialmente, quando da guerra dos camponeses que terminou com uma repressão sangrenta em 1525. As cidades, nas quais os pequenos artesãos e os povos pobres se uniram ao campesinato, programaram um audacioso sistema de instrução popular. A cidade de Meingem, por exemplo, decidiu “que os feudos sejam abolidos e que deles se tire o necessário para manter um pároco, capelão, mestre, que ensinem juntos, gratuitamente, os filhos dos ricos e dos pobres” (MANACORDA, 2004, p. 194-5).

---

<sup>33</sup> Indivíduos pertencentes à seita religiosa contrária ao que foi definido pela Igreja em matéria de fé.

<sup>34</sup> Jan Amos Komenski (1592-1670) filósofo tcheco considerado o primeiro grande nome da moderna história da educação. Combateu o sistema medieval e defendeu o direito de todas as pessoas à educação. Didácta Magna, sua obra mais importante, marca o início da sistematização da pedagogia e da didática no Ocidente.

<sup>35</sup> Nasceu, viveu e estudou na Inglaterra no século XIV (1320-1384), onde desenvolveu uma “teoria da comunidade invisível dos eleitos” e defendeu a devolução dos bens eclesiásticos ao poder temporal, encarnado pelo soberano.

<sup>36</sup> Nasceu em 1373 na Boêmia, onde estudou, ordenou-se e adquiriu grande popularidade com seus sermões carregados de críticas aos abusos eclesiásticos. Foi condenado pelo Concílio de Constança e queimado em 1415.

Devido à multiplicação de numerosas seitas e dos conflitos entre elas e a Igreja, a influência educativa voltou-se para um formalismo renovado semelhante ao formalismo da escolástica. Foi acrescentado o conteúdo religioso ao conteúdo humanista dominante.

*O principal resultado imediato da Reforma nos países protestantes foi a transferência das escolas para o controle do Estado, a organização de sistemas do Estado e o desenvolvimento da idéia de educação universal baseada na necessidade de ler as Escrituras, catecismos e outros textos religiosos. Conquanto todos os líderes da Reforma estivessem integrados no desenvolvimento desta nova concepção e organização de educação, Lutero foi, entre eles, o que exerceu uma ação mais destacada. Suas idéias eram muito mais amplas do que as dos seus sucessores (MONROE, 1979, p. 172).*

Segundo Monroe, Lutero, Melanchton e João Calvino são os principais representantes da Reforma protestante na Alemanha. **Martinho Lutero** (1483-1546), o grande protagonista da Reforma, assumiu a liderança do movimento educacional que tivera início na Alemanha mesmo antes que as idéias do Renascimento tivessem se desenvolvido. Tal movimento tinha três objetivos: lutava para libertar a educação do monopólio da Igreja, lutava para divulgar as oportunidades para a educação e defendia uma concepção mais verdadeira da função da educação na vida religiosa e secular. Lutero condenou severamente a educação fornecida pelas escolas monásticas e eclesiásticas e sustentou que o objetivo e campo da educação não deviam ser dominados por mais tempo pela religião e pela Igreja. Em sua *Carta aos Prefeitos e Conselheiros das Cidades Alemãs*, Lutero escreve:

*Ainda que não houvesse alma, ou céu, nem inferno, seria necessário haver escolas para satisfazer nossas necessidades como habitantes deste mundo, como a história dos gregos e romanos claramente nos ensina. Envergonho-me quando ouço nossos cristãos dizerem: 'A instrução é boa para os eclesiásticos, mas desnecessária para os demais. Como pode ser indiferente que o príncipe, o senhor, o conselheiro, o funcionário sejam ignorantes ou homens instruídos, capazes de preencher de forma cristã os deveres de seu cargo? Compreendeis de sobra que fazem falta escolas em toda parte para nossos filhos, a fim de que os homens cheguem a ser capazes de exercer sua vocação. O mundo tem necessidade de homens e mulheres educados, para que os homens possam governar o país acertadamente e para que as mulheres possam criar e educar convenientemente seus filhos, dirigir os seus criados e os negócios domésticos (apud MONROE, 1979, p. 178).*

Lutero considerava a família como uma instituição educativa tão importante quanto a escola. Considerava o mandamento “Honra teu pai e tua mãe”, como o fundamento de toda a ordem social. Sustentava que a educação familiar e a obediência produziam sólida vida familiar e que boas famílias são o fundamento do bom governo na cidade, principado e império (EBY, 1976, p. 62).

Lutero também busca aliar o respeito pelo trabalho manual produtivo com o tradicional prestígio do trabalho intelectual.

*Deus chamou o homem para trabalhar porque ele mesmo trabalha e se ocupa em ofícios comuns ... A Virgem Maria trabalhava e... após ter recebido o grande anúncio, voltou a ordenhar as vacas, a arear as panelas e a varrer a casa como qualquer outra moça. Pedro trabalhou como pescador e era orgulhoso da sua habilidade (apud MANACORDA, 2004, p. 197-8).*

Sobre o trabalho intelectual, especialmente sobre o ensino, Lutero afirma:

*Os trabalhadores manuais são inclinados a desprezar os trabalhadores da mente, como os escrivães municipais ou os mestres de escola. O soldado gaba-se das dificuldades de cavalgar com a armadura, suportando o calor, o gelo, a poeira, a sede; mas eu gostaria de ver um cavaleiro capaz de ficar sentado o dia inteiro com o nariz fincado num livro... O escrever não empenha somente a mão ou o pé, deixando livre o resto do corpo para cantar ou brincar, mas empenha o homem inteiro. Quanto ao ensinar, é um trabalho tão cansativo que ninguém deveria ser obrigado a exercê-lo por mais de dez anos (apud MANACORDA, 2004, p. 198).*

Eby afirma que Lutero, em outro de seus escritos pedagógicos, solicita aos *Conselheiros de todos os Estados alemães* a fundação e sustentação de Escolas cristãs, que se encarreguem da educação. Em seu *Sermão sobre a necessidade de enviar os filhos à escola* (1530), insistiu com as autoridades, principalmente as autoridades municipais e dos príncipes, sobre a necessidade de obrigar seus súditos a enviarem seus filhos às instituições educativas, na mesma medida em que cada súdito tem o dever de prestar serviço militar para a defesa e prosperidade do Estado, para o bem da cidade e da Igreja. Essa passagem de Lutero no *Sermão* afirma:

*Eu sustento que as autoridades civis têm obrigação de forçar o povo a enviar seus filhos à escola, exatamente como estão prometendo...Se o governo pode obrigar tais cidadãos, quando prestam serviço militar, a agüentar a espada e o rifle, a armar trincheiras e a cumprir outros deveres militares em tempo de guerra, tem muitíssimo mais direito de obrigar o povo a enviar seus filhos à escola, porque neste caso nós estamos lutando contra o Demônio...O turco age de modo diferente e leva cada terceiro filho em seu império, para educá-lo como lhe aprouver (apud EBY, 1976, p. 62).*

Essa exigência de educação obrigatória baseava-se no bem-estar público. Pessoas educadas dão melhores servidores civis, juízes, médicos, pastores e súditos mais obedientes. A religião, o latim e o grego formavam o núcleo principal do currículo de Lutero, ao qual acrescentou a língua hebraica e a História. Incluía também, a lógica e as matemáticas exigidas pelo tempo e dava grande destaque à ciência, à música, o que tão importantes conseqüências trouxe para o povo alemão. Com efeito, devido à sua influência, a música tornou-se uma parte obrigatória da educação de todos na Alemanha (MONROE, 1979, p. 178-9).

Ainda segundo Monroe, Lutero via claramente a importância fundamental da educação geral para a Reforma e, com insistência, a propalava em suas pregações. Afirmava que o ensino deveria chegar a todo o povo, sendo nobre ou plebeu, menino ou menina, rico ou pobre, e que o Estado deveria decretar leis para a freqüência obrigatória. Em sua *Carta às autoridades das Cidades Alemãs*, Lutero deixou registrado o seguinte:

*Não posso aprovar essas escolas onde se passavam 20 ou trinta anos estudando Donato ou Alexandre, sem nada aprender. Um novo mundo surgiu, onde as coisas se passam de maneira diferente. Minha opinião é que devemos enviar os meninos à escola uma ou duas horas por dia e fazê-los aprender um ofício em casa durante o resto do tempo. É desejável que estas duas ocupações andem lado a lado (apud MONROE, 1979, p. 179).*

**Filipe Melanchton** (1479-1560) foi o mais destacado mestre da Reforma alemã. Seus vastos conhecimentos e profunda influência na cultura alemã, renderam-lhe o título imortal de *Preceptor da Alemanha*. Na concepção de Monroe, o título era justificado, porque por ocasião de sua morte, quase não havia uma cidade em toda a Alemanha que não tivesse modificado suas escolas, de acordo com o conselho direto de Melanchton, ou suas

sugestões gerais, e não havia quase nenhuma escola de alguma importância que não contasse com alguns de seus alunos entre seus professores. A Universidade de Wittenberg foi reestruturada conforme suas idéias humanistas e protestantes, tornando-se o modelo de muitas universidades da Alemanha e na qual trabalhou durante os últimos 42 anos de sua existência. O contato de Melanchton com o aluno se fez principalmente pelos seus inúmeros livros didáticos, sua gramática grega e sua gramática latina. Seus livros sobre dialética, retórica, ética, física, foram, igualmente adotados nas escolas elementares e sua teologia tornou-se destacado livro didático para as universidades e escolas superiores protestantes (MONROE, 1979, 179-80).

Monroe acrescenta que com Melanchton o ensino secundário se destaca na formação humana geral (o clássico ginásio alemão). A redação dos *Regulamentos Escolares*, que proporcionam o primeiro plano de ensino de grande porte, dentro do espírito humanista protestante, justifica sua fama de Preceptor da Germânia. Em matéria de método, Melanchton inclina-se pela concentração de uma disciplina: primeiro, os mestres tratarão de que os alunos aprendam somente o latim, não o alemão ou o grego, ou hebraico, como alguns o têm feito até agora, sobrecarregando as crianças com uma multidão de estudos que não somente são infrutíferos, mas também prejudiciais; segundo, o mestre não deverá sobrecarregar a criança com livros em demasia e deverá, por todos os meios, evitar a multiplicidade de seus ensinamentos; terceiro, é necessário que as crianças estejam divididas em várias classes. Na verdade, dupla foi a atividade de Melanchton: por suas idéias pedagógicas o ensino secundário chegou a adquirir, na Europa protestante, sua estrutura clássica. Por seus livros escolares, tornou possível a realização dos objetivos de um humanismo cristão (1979, p. 181).

**João Calvino** (1509-1564): nome algum na história da Igreja tem sido tão amado e odiado, admirado e detestado, elogiado e condenado, abençoado e amaldiçoado, como o de João Calvino. Grande parte dos reformadores era educadora tanto na Alemanha, quanto na Suíça, França, Holanda e Escócia. Calvino dá ao protestantismo francês sua doutrina e organização. Mais rigoroso que Lutero, suas idéias se propagaram na Holanda e Bélgica, de forma intensa e imediata. Os puritanos difundiram suas idéias na Inglaterra; os presbiterianos na Escócia e, algum tempo depois, nas colônias inglesas na América do Norte. O calvinismo não foi uma revolta econômica, nacional ou cultural, mas uma

revolução mental e espiritual. Genebra era um pequeno cantão com nenhuma soberania ou poder político. Assim mesmo, o calvinismo foi mais do que uma teologia, foi uma fermentação, uma ideologia que não respeitou fronteiras nacionais ou tradições. Apelou para os povos de vontades fortes, convicção individual poderosa e visão racional (EBY, 1976, p. 81).

A doutrina de Calvino está exposta sobretudo em seu livro *Instituição Cristã*. Seu ponto de partida é o mesmo de Lutero. Calvino só admite, em termos de religião, a autoridade da Bíblia e garante que apenas a fé pode salvar o homem, e não as obras. Contudo, partindo da idéia da onipotência e onisciência divinas, Calvino afirma que a fé é um 'dom especial' que Deus concede aos eleitos desde a eternidade. Esta é a doutrina da *predestinação*. Sua obra educativa foi importante. Criou várias escolas primárias e promoveu uma reforma moral dos cidadãos. Calvino adquiriu de Santo Agostinho aquele pessimismo moral que foi o motivo fundamental em todas as suas doutrinas religiosas e planos para a educação. Segundo seu modo de pensar, a criança é má. Sua depravação é total, todos os elementos de sua natureza como emoções, razão e vontade são igualmente perversos, todas as suas inclinações naturais, infantis, apetites e interesses propiciam sua perversão. Portanto, no interesse da vida moral e religiosa, todos esses elementos devem ser eliminados e, em seu lugar, devem ser encaixados bons hábitos e pensamentos bons. Em 1539, Calvino fundou um colégio universitário chamado *Academia*, que formava pregadores, motivados por uma fé ardorosa. Mas paralelamente a este objetivo religioso, a *Academia* foi um centro de orientação pedagógica. A idéia da educação primária obrigatória teve excelentes resultados em todos os países protestantes. Zwínglio<sup>37</sup>, Calvino e João Knox<sup>38</sup> assumiram a causa da educação popular em Basiléia, Genebra e Escócia, respectivamente. Posteriormente, Inglaterra, Holanda e América do Norte assumiram e realizaram gradativamente o princípio da obrigatoriedade do ensino (EBY, 1976, p. 82).

Posteriormente a Lutero, Melancton e Calvino, outras iniciativas de educação popular foram desenvolvidas. No século XVII, surgiu o esboço da pedagogia científica que só veio a constituir-se após a formação das ciências humanas no século XIX, e surgiu

---

<sup>37</sup> Ulrico Zwínglio (1484-1531) foi reformador religioso suíço, autor da obra *Commentarius de vera et falsa religione* (Comentário sobre a verdadeira e a falsa religião) (1525).

<sup>38</sup> João Knox (1515-1572) padre escocês que começou a pregar suas idéias em 1540. Em 1547, em Genebra, absorveu de modo completo a doutrina de Calvino.

também a clara consciência da necessidade da didática embasada cientificamente e, nesse esforço se percebe o deslocamento para o ambiente escolar das preocupações metodológicas dos cientistas nas suas atividades de campo ou de laboratório. Além do que, com o progresso das ciências experimentais e das matemáticas, essas novas disciplinas precisavam ser integradas no currículo escolar, que até então, era predominantemente humanístico ou literário (EBY, 1976, p. 87).

**O Pietismo:** corrente religiosa criada no final do século XVII por Philipp Jacob Spener (1634-1705). Esta corrente se caracteriza por contestar a Reforma religiosa, que (a princípio lutou contra uma concepção intelectualista do Cristianismo) vinha se transformando em uma espécie de Teologia escolástica<sup>39</sup>, mais atenta à explicação racional dos dogmas do que aos valores emotivos da religiosidade humana. O pietismo promoveu uma perspectiva da religião onde prevalecesse o sentimento e extremo rigor moral. Esta corrente acreditava que na educação estava em primeiro lugar o sentimento íntimo de  *piedade*, virtude que inspira renúncia e sacrifício pelo bem do próximo. Para fortalecer a fé, os pietistas se dirigem ao coração, à crença viva e ativa, ao Cristianismo prático, que se manifesta mais na  *caridade* do que nos dogmas inúteis. Este Cristianismo sincero e prático rejeita os prazeres do mundo, como festas, jogos, excessos no vestir, brinquedos infantis, gracejos, teatro, leitura de romances e até jornais. Nesse sentido, os pietistas uniram a insistência de Lutero no estudo das escrituras, oração e fé, com a insistência de Calvino no puritanismo da conduta. A cidade de Halle, com sua universidade fundada em 1694 e Königsberg, cidade natal de Kant, foram os grandes centros dos teólogos e filósofos pietistas na Alemanha, como Kant, Händel, Bach, Goethe, Rousseau, dentre outros (EBY, 1976, p. 213).

Augusto Hermann Francke (1663-1727) foi o mais célebre exemplo de educador prático cristão da Alemanha. Completou e desenvolveu postulados da Pedagogia pietista que criou o  *Pädagogium*, com o ensino das ciências e do francês para os jovens nobres e para os filhos das classes sociais abastadas; fundou uma  *Escola Latina* ou ginásio humanista, que preparava os filhos dos burgueses para a universidade. Francke construiu

---

<sup>39</sup> Doutrina teológico-filosófica dominante na Idade Média, caracterizada, sobretudo, pelo problema da relação entre a fé e a razão, problema que se resolve pela dependência do pensamento filosófico, representado pela filosofia greco-romana, da teologia cristã.

também em Frankfurt, *Escolas Normais (Seminarium praeceptorum)* para estudantes de teologia que se dedicariam ao ensino. Fundou a *Hospedaria*, onde meninas e meninos abandonados recebiam as primeiras noções do ensino elementar e instituiu pequenas *Escolas para Pobres e Orfanados*. Nessas escolas, o ensino das disciplinas científicas desenvolveu-se gradativamente e era ministrado juntamente com práticas recreativas, como as visitas às oficinas dos artesãos (NUNES, 1981, p. 97).

Conforme Larroyo, Francke não obteve suas idéias educacionais da leitura de obras dos outros. Para Francke, o supremo objetivo da vida é honrar a Deus, e toda a conduta e pensamento devem estar em conformidade com este fim. Obediência e operosidade devem ser despertadas nas crianças através do desejo de honrar a Deus. Tudo o mais é um apelo à cobiça, egoísmo e inveja natural do coração humano. Este objetivo principal tem dois elementos, piedade e sabedoria (*Klugheit*). Os meios essenciais de ensino da piedade são o bom exemplo e um conhecimento vivo de Cristo. Para Francke, piedade não é simplesmente uma questão de boa conduta, nem de cerimônia, nem de conhecimento. É uma atitude do coração e da vontade e provém da fé. Francke afirmava o seguinte:

*Todo o saber e conhecimento é insensatez se não tem como fundamento o verdadeiro e puro amor a Deus e ao homem. Não só o conhecimento deve ser usado para o aumento da glória de Deus, como, de um certo modo, o conhecimento se origina da iluminação divina. O estudo sério é essencial, mas o discernimento da verdade é devido à inspiração. O estudante cristão ora tão calorosamente pela iluminação divina como se não necessitasse de sua própria operosidade, e estuda com tanto zelo como se necessitasse fazer tudo pelo seu próprio trabalho, sem ajuda (apud LARROYO, 1969, p. 472).*

A instrução popular, idealizada pela Reforma, foi se efetivando na Alemanha com a primeira criação de escolas de vila (*Dorfschulen*), em 1642, no Estado de Gotha e escolas para os pobres, em 1695, em Halle. Essa instrução popular foi sendo concretizada posteriormente com a decretação da obrigatoriedade de fundar as *Dorfschulen* no reino da Prússia sob Frederico Guilherme I, em 1717, e com o surgimento das escolas científico-técnicas (*Realschulen*) em Berlim, em 1747. Tais iniciativas escolásticas estatais, sobretudo na Alemanha, são as bases políticas do moderno sistema de instrução obrigatória do Estado dirigido para os estudos científico-técnicos. De qualquer modo, as iniciativas mais

inovadoras foram realizadas pelos puritanos na Inglaterra, de escolas pela modernização da instrução voltada para a aprendizagem de conteúdos científicos e técnicos, em virtude de atividades trabalhistas ligadas às transformações que vinham ocorrendo nos modos de produção (MANACORDA, 2004, p. 235).

Com base na análise acima, pode-se concluir que a história do Ocidente na Modernidade, principalmente a história da Europa, baseia-se num extenso processo de racionalização identificado por Weber como desencantamento do mundo. O desencantamento do mundo surgiu com as seitas puritanas, rompendo com a magia, a feitiçaria e a bruxaria e propiciou o surgimento do capitalismo moderno.

Nesta perspectiva, observa-se que o ponto de partida do processo de desencantamento do mundo, isto é, a eliminação da magia como meio de salvação, mostra-se, em boa medida, relacionado com a educação fomentada pela Reforma protestante, uma vez que:

A educação norteada pela Reforma, nos séculos XVI e XVII buscou romper com a concepção de mundo difundido pela Igreja Católica, que concebe o conhecimento humano baseado nos dogmas da Igreja Católica, incorporados na idéia de *revelação*, e para a qual só é possível demonstrar a verdade de Deus intermediada pela leitura das autoridades da Igreja (Papa, bispo, padre, dentre outras).

A educação pensada e executada pelos protestantes, em geral, embora aceite a idéia da *revelação*, entende que o homem é um ser racional e como tal, possui o direito e a liberdade de fazer sua própria interpretação a respeito dos princípios divinos, dispensando, portanto, o “auxílio” das autoridades do clero.

A educação protestante, além de priorizar a razão humana, mostra-se avessa a qualquer conhecimento ou atitude que se fundamente, ou mesmo lembre, a magia, a feitiçaria, a bruxaria, as superstições, as crenças, o dogmatismo e as tradições da Igreja Católica e se volta para uma nova prática formalista na educação (análogo ao formalismo escolástico), que exige rigor exagerado no cumprimento de normas e/ou princípios (similar à racionalização econômica, por meio do trabalho árduo, penoso, sistemático, cotidiano, exercido exclusivamente para agradar a Deus).

O desencantamento do mundo mostra-se relacionado novamente, com algumas idéias educacionais mais específicas de Martinho Lutero, Melancton e João Calvino, na medida em que Lutero, por exemplo, que liderou o movimento educacional na Alemanha, lutou para tornar a educação independente do controle exclusivo da Igreja e, em suas pregações, mostrava a importância da educação, não apenas para os monges e nobres (como entende a Igreja Católica), mas uma educação generalizada (independente de classe social e de sexo) para que cada indivíduo tivesse condições de ler a Bíblia racionalmente, sem a interferência de outra visão, de outro entendimento.

Melancton foi o principal mestre da Reforma alemã e, graças a ele, grande parte dos protestantes da Alemanha, conseguiu superar o catolicismo no campo da cultura e da educação.

João Calvino criou várias escolas primárias e elaborou uma teoria para a educação com o fim de realizar uma reforma moral dos indivíduos. Segundo ele, criança é má por natureza, e todas as suas emoções, interesses e vontades naturais proporcionam sua desmoralização. Esses elementos naturais devem ser trocados por atitudes e pensamentos bons, isto é, que levem as pessoas a agir com racionalidade, prudência, perseverança e circunspeção. Como podemos ver, essa idéia de educação de Calvino guarda estreita relação com algumas de suas idéias religiosas, como a racionalidade imposta ao trabalho, em que o indivíduo, para alcançar a graça divina (*status gratiae*) precisa subjugar o seu estado de natureza (*status naturae*), isto é, subjugar os seus instintos irracionais a uma contínua e rigorosa reflexão. A teoria da predestinação sustenta que o homem é salvo ou condenado segundo a livre onipotência e eterna vontade de Deus. O homem, portanto, só deve confiar em ter sido eleito, exercendo uma vida digna de acordo com esta esperança, posto que a livre eleição de Deus deve basear-se na coerência racional entre a salvação e a vida.

O desencantamento do mundo mostra-se relacionado também, em traços bem precisos, com outras correntes educacionais desenvolvidas no século XVII. O Pietismo, por exemplo, uma espécie de cristianismo prático, manifesta essa relação na medida em que procurou conciliar a perseverança de Lutero no estudo das Sagradas Escrituras, oração e fé, com a rigidez moral de Calvino, que abominava o consumo desnecessário e toda espécie de

prazer, seja ele oriundo de brincadeiras infantis, de jogos, teatro, música, inclusive o prazer proporcionado pela leitura de jornais. Hermann Francke, principal educador prático cristão, criou várias escolas com a preocupação de também, instigar o ensino das ciências.

O desencantamento do mundo se manifesta relacionado ainda com a criação de algumas escolas populares, sobretudo na Alemanha, na medida em que elas fomentaram, do ponto de vista político, o moderno sistema de ensino estatal voltado para o estudo de conteúdos científicos e técnicos, em virtude das atividades vinculadas às transformações nos modos de produção.

O desencantamento do mundo, que propicia essa educação moderna, voltada para o estudo de conhecimentos científicos e tecnológicos, posteriormente, atinge sua conclusão com a nova fase do modo de produção do capitalismo moderno e se converte na burocracia, a qual será examinada no próximo capítulo, quando analiso *a burocracia racional moderna e sua relação com a educação*.

## CAPÍTULO II

### **A burocracia racional moderna e sua relação com a educação**

Como me referi anteriormente, a burocracia racional moderna, enquanto ponto culminante do desencantamento do mundo, estrutura, consolida e legitima, mediante leis, o capitalismo no mundo ocidental. Nesta perspectiva, num primeiro momento deste capítulo, pretendo acompanhar uma descrição mais detalhadamente a respeito da burocracia visando o esclarecimento de seus mecanismos e, em seguida, analisar a sua relação com a educação moderna européia.

#### **1 Conceito de burocracia racional moderna**

O termo burocracia<sup>40</sup>, que carrega atualmente uma conotação pejorativa de trabalho estatal ineficaz, complexo e carente de racionalidade, não se coaduna com o conceito idealizado por Max Weber, que segundo autores da Sociologia das Organizações como Peter Blau (1970), Litterer (1968), Saughnessy (1968), Peter Heintz (1965), Johnson (1960), Merton (1964) e Frankel (1972), foi o criador da Sociologia da Burocracia.

Com efeito, não é possível entender o conceito de burocracia sem retomar as idéias de Weber que representa ponto central na análise dessa temática. Explicitarei, então, a seguir, as idéias do autor sobre o que ele entende ser burocracia, como ela se manifesta e se estrutura nas instituições e relações sociais. Para tanto, apoiar-me-ei nos textos denominados: Burocracia, da obra *Ensaio de Sociologia* (1979), Os tipos de dominação e

---

<sup>40</sup> O termo burocracia vem do francês *bureau* que quer dizer escritório e vem também do grego *krátos* que quer dizer *poder*. Burocracia foi o nome concebido pelos fisiocratas da França no século XVIII para designar um grupo de oficiais que se responsabilizam por executar leis e normas do Estado.

Sociologia da dominação, que fazem parte da obra *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia* (1994, v. I e 1999, v. II).

O ponto central da análise de Weber é a racionalidade como atributo fundamental do processo de burocratização. Em sua teoria da dominação, Weber faz uma distinção entre o que ele considera poder, dominação e disciplina.

Para Weber, poder significa a probabilidade de alguém sobrepor a sua vontade numa relação social, independente de resistência e independente da justificativa dessa probabilidade. Mas Weber percebe que o “conceito de ‘poder’ é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades imagináveis de uma pessoa e de todas as espécies de constelações possíveis podem pôr alguém em condições de impor sua vontade numa situação dada” (1994, p. 33).

Por isso, ele não se mostra interessado nesse poder que considera muito abrangente, que compreende a totalidade, mas num tipo específico de poder que chama “dominação”.

Para Weber, “o conceito sociológico de ‘dominação’ deve ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de encontrar obediência a uma determinada ordem. O conceito de ‘disciplina’ inclui o ‘treino’ na obediência em massa, sem crítica nem resistência (1994, p. 33)

*A situação de dominação está ligada à presença efetiva de alguém mandando eficazmente em outros, mas não necessariamente à existência de um quadro administrativo nem à de uma associação; porém certamente - pelo menos em todos os casos normais - à existência de um dos dois. Temos uma associação de dominação na medida em que seus membros, como tais, estejam submetidos a relações de dominação, em virtude da ordem vigente (WEBER, 1994, p. 33-4).*

Para Weber, a efetividade da autoridade legal repousa na aceitação da validade do seguinte: que toda ordem legal dada pode ser estabelecida por acordo ou por imposição visando a fins utilitários ou valores racionais, ou ambos, com pretensão de obediência pelo menos por parte dos membros da associação.

Weber destaca primeiro a burocracia como administração por especialistas ou profissionais. Ele assegura que as formas modernas de administração se caracterizariam pela importância atribuída à especialização. O fundamento primeiro da administração burocrática reside no papel do conhecimento. A questão é sempre a de quem controla o aparato existente e tal controle é limitado para as pessoas que não são especialistas. Ou seja, a administração burocrática significa fundamentalmente o exercício do controle baseado no conhecimento. Conhecimento técnico de uma determinada área acumulado pelo tempo de serviço. Este é o aspecto que a torna especificamente racional. Weber entende que toda ordem legal dada pode ser determinada também por imposição, visando a fins utilitários ou valores racionais. Trata-se do papel da disciplina. Segundo Weber, o conteúdo da disciplina é apenas a execução de forma racional, metódica e exata da ordem recebida, na qual toda crítica pessoal é suspensa. Cabe ao funcionário somente executar a ordem, pois o conteúdo de uma ordem torna, por si mesmo, o fundamento da ação.

Assim, Weber entende a burocracia como uma organização que tem duas faces: de um lado, ela é uma organização baseada na especialização. Neste tipo de organização, recorre-se à obediência como um meio para a realização de um fim, isto é, o indivíduo obedece porque a norma ou ordem dada é percebida como a melhor forma para a consecução de um objetivo. De outro lado, a burocracia é uma organização baseada na disciplina, na qual a obediência corresponde a um fim em si mesma, ou seja, o indivíduo obedece à ordem, buscando isentar-se de qualquer julgamento de valor, principalmente pela posição de poder de quem ordena. Neste caso, o conteúdo da ordem não está posto em discussão.

Weber afirma que a burocracia, baseada na razão e no direito, manifesta-se com o capitalismo avançado e com o nascimento do Estado moderno. E, segundo ele, só é possível definir sociologicamente o Estado moderno, assim como toda a associação política, por um meio peculiar que é o da coação física. Vejamos como ele define o Estado e as associações:

*O Estado, do mesmo modo que as associações políticas historicamente precedentes, é uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima). Para que ele subsista, as pessoas dominadas têm que se submeter à*

*autoridade invocada pelas que dominam no momento dado. Quando e por que fazem isto, somente podemos compreender conhecendo os fundamentos justificativos internos e os meios externos nos quais se apóia a dominação (WEBER, 1999, p.526).*

Para Weber, a dominação ocorre porque o governante, que impõe sua vontade, acredita ter o direito de praticar o poder e o governado crê ter o dever de submeter-se e executar as ordens do governante. Por isso, a crença (de governantes e governados) é imprescindível para justificar o exercício do poder.

Nem toda dominação é determinada por várias razões, mas toda a dominação necessita, geralmente, de um quadro administrativo para submeter um grande número de indivíduos. Esse quadro de funcionários pode ser levado a obedecer motivado por hábito, por razões afetivas, ou por interesse econômico ou ainda por razões ideais. A característica dessa motivação define o tipo de dominação. Mas a dominação não se satisfaz com motivos exclusivamente ideais, materiais, afetivos ou racionais referentes a valores. Para sua sustentação, ela busca sua “legitimidade” e, dependendo do caráter dessa legitimidade, o quadro administrativo e até o exercício da dominação podem ser diferentes. Assim como suas conseqüências. Por isso, a importância de diferenciar as classes de dominação conforme suas pretensões típicas à legitimidade.

Com base em condições modernas, a ‘legitimidade’ de uma dominação tem um alcance que de modo nenhum é puramente ‘ideal’. Nem toda ‘pretensão’ convencional ou juridicamente garantida pode ser chamada de ‘relação de dominação’. Por exemplo, o empregado em relação ao patrão, é formalmente, o parceiro numa troca, com direito a receber determinados pagamentos. Mas o conceito de relação de dominação não elimina a possibilidade desta ser fundada por meio de um contrato formalmente livre. Por isso, temos a dominação do empregador sobre o trabalhador, fundada em regulamentos e instruções de trabalho. Mas temos também, a dominação firmada por meio de contrato (o funcionário público, por exemplo), que mesmo formalmente contratado, pode ser exonerado do cargo. Até a relação de ‘súdito’ pode ser consentida e (na medida do possível) revogada por vontade própria. Entretanto, não é correto chamar ‘dominação’ qualquer ‘poder’ econômico dependente de uma situação de monopólio. Quando um grande banco é competente para impor a outros um ‘cartel de condições’, isto não pode ser chamado de ‘dominação’

enquanto não houver uma relação de obediência imediata, pois se faz necessário uma direção que dê e controle instruções com o objetivo e a possibilidade de que elas sejam respeitadas enquanto tais.

A 'legitimidade' de uma dominação precisa ser examinada somente como uma probabilidade de ser reconhecida e tratada como tal. Ocorre, no entanto, que a obediência pode ocorrer estimulada por interesse econômico ou por fraqueza, mas isso não é determinante para identificar uma dominação. Ocorre 'obediência' quando o indivíduo age estimulado apenas pelo teor da ordem, sem levar em conta o que pensa sobre o valor da ordem.

Segundo Weber, há três tipos puros de dominação legítima e seus fundamentos internos de legitimidade para dominar. Sua legitimidade (interna) está vinculada ao caráter: tradicional, carismático e racional. A dominação tradicional é fundada na crença cotidiana, na santidade das tradições que vigoram desde os tempos mais remotos e na legitimidade dos senhores que, em razão dessas tradições, representam as autoridades. Nessa forma de dominação, as pessoas submetem-se à autoridade do senhor nomeado pela tradição e fortemente ligado a esta em face à devoção aos hábitos costumeiros. A dominação carismática é assentada na veneração extracotidiana de uma pessoa, seja por razões religiosas, políticas ou éticas. Neste tipo de dominação, o indivíduo obedece ao líder carismático por acreditar e confiar no seu poder pessoal, no campo em que este se destaca.

Interessa-me, especialmente, a análise e compreensão da dominação racional-legal ou legal, uma vez que ela predomina na Modernidade. Tal dominação caracteriza-se por ser fundada na obediência à ordem impessoal objetiva e legalmente instituída (estatutos, normas escritas), e na obediência aos superiores determinados por ela, devido à legalidade formal de suas disposições, dentro do campo de vigência destas. Este tipo de dominação é identificado pela crença na legitimidade da justiça da lei, das ordens estabelecidas e pelo direito de domínio dos que são nomeados para exercer a dominação. Ou seja, a legitimidade do poder racional e legal baseia-se em normas legais racionalmente definidas. A crença na justiça da lei é o sustentáculo da legitimação. O indivíduo obedece às leis porque acredita que elas são decretadas por um processo legítimo, correto, escolhido tanto pelos governados quanto pelos governantes. Além disso, o governante é visto como uma pessoa

que alcançou tal posição exclusivamente por procedimentos legais (como nomeação, concursos, eleições, etc.) e é em virtude de sua posição alcançada que ele exerce o poder, dentro dos limites fixados pelas regras e regulamentos legais. Nesse tipo de dominação predomina o formalismo, a existência de um estatuto que contém um sistema de regras e princípios com força de leis. Esse sistema de regras rege uma associação ou uma instituição pública ou privada e os funcionários obedecem à ordem impessoal estabelecida de forma racional formal.

A organização administrativa que está em correlação com a dominação legal é chamada burocracia. A burocracia é a organização típica da sociedade moderna democrática e os funcionários são chamados burocratas, os quais confiam nas leis e na ordem legal. As funções e relações entre os funcionários são instituídas por regras, que independem das pessoas. Tais regras impessoais, que põem em evidência o caráter da burocracia, ocasionam uma hierarquia de cargos, cada um com determinados deveres e direitos e impessoalidade na seleção dos funcionários. Neste tipo de dominação, deve-se obedecer, tão-somente, à regra determinada em estatuto, que estabelece, ao mesmo tempo, a quem e em que medida se deve obedecer.

Segundo Weber, os três tipos de dominação (tradicional, carismática e racional-legal) não funcionam de forma independente. Eles são interdependentes, embora um deles possa predominar. No sistema capitalista e no Estado moderno, por exemplo, predomina a dominação racional-legal.

Pois bem, após a análise das justificativas internas, nas quais se funda a dominação tradicional, a dominação carismática e a racional-legal, passamos a considerar os meios externos nos quais se apóia a dominação.

Segundo Weber (1999, p. 527), toda organização de dominação que requer uma administração permanente necessita da obediência dos governados diante dos governantes e, para conseguir tal obediência, exige um quadro administrativo de pessoal e recursos administrativos materiais para efetivar a coação física.

*O quadro administrativo, que representa a forma de manifestação externa da organização de dominação política, não está ligado à obediência*

*diante do detentor do poder, àquela idéia de legitimidade da qual acabamos de falar, mas sim por dois meios que apelam ao interesse pessoal: recompensa material e honra social [...] O salário dos modernos servidores públicos, constituem a recompensa, e o medo de perdê-la é o último fundamento decisivo da solidariedade do quadro administrativo com o detentor do poder (WEBER, 1999, p. 527).*

Weber expõe na obra *Ensaio de Sociologia* (5. ed., 1979, p. 229), a dominação com quadro administrativo burocrático, que é a forma de administração especificamente moderna, possui as seguintes características entrelaçadas entre si: 1). Caráter legal das normas e regulamentos, previamente estabelecidos por escrito, baseada em uma espécie de legislação própria que define antecipadamente como a instituição deverá funcionar. As normas e regulamentos são racionais porque são coerentes com os objetivos legais visados, uma vez que conferem, às autoridades, poder de coação sobre os subordinados e, também, os meios coercitivos capazes de impor a disciplina; 2). o caráter formal das comunicações diz respeito às regras, decisões e atitudes administrativas formuladas e registradas por escrito. Todas as ações e procedimentos são feitos para proporcionar comprovação e documentação adequadas. Os formulários são bons exemplos disso, pois servem para facilitar o trabalho rotineiro de preenchimento de sua formalização; 3). o caráter racional e divisão do trabalho atende a uma racionalidade adequada aos objetivos a serem atingidos. Dela depende a própria eficiência da organização. Cada pessoa passa a ter seu cargo e suas funções específicas e cada um deve saber qual sua atividade e qual sua capacidade e limite para comandar. É assim que as atividades administrativas são extremamente diferenciadas, especializadas e distribuídas conforme os objetivos a serem alcançados; 4). a impessoalidade nas relações tem início já a partir da distribuição de atividades, que é feita em termos de cargos e funções e não com base em vínculo pessoal. A administração burocrática é realizada considerando as pessoas apenas como ocupantes de cargos e funções. O poder de cada funcionário é exercido de forma objetiva e provém tão-somente do cargo que ele ocupa. Também a obediência prestada pelo subordinado ao superior ocorre, não em consideração à sua pessoa, mas ao cargo que ele ocupa. A burocracia precisa garantir a sua continuidade ao longo do tempo. Os funcionários obedecem a uma sucessão contínua de dominantes, mas os cargos e funções permanecem. Cada cargo assume um setor ou área de competência e de responsabilidade; 5). hierarquia da autoridade: os cargos são estabelecidos de acordo com o princípio da hierarquia. Isto

significa que nenhum cargo fica desprovido de controle ou supervisão. Daí a necessidade da hierarquia para fixar as chefias nos diversos níveis de autoridade. Esses graus de autoridade proporcionam a estrutura hierárquica da organização por meio da ordem e subordinação. A graduação de autoridade corresponde às diversas categorias de participantes, funcionários, classes, etc. Todos os cargos estão dispostos em graduações hierárquicas, os quais desfrutam de determinados privilégios e obrigações, definidos previamente pelas regras de organização. Portanto, a autoridade é inerente ao cargo e não à pessoa. Desse modo, o subalterno está protegido da ação arbitrária do seu superior, pois as ações de ambos se processam dentro de um conjunto de regras mutuamente reconhecido;

6). rotinas e procedimentos padronizados: trata-se da fixação de regras e normas técnicas para o desempenho de cada cargo. O funcionário não pode fazer simplesmente o que quer, mas o que lhe é determinado que faça. As regras e normas técnicas regulam a conduta do funcionário em cada cargo, cuja atividade deve ser realizada conforme a rotina e procedimentos fixados. Toda a estrutura burocrática é projetada intencionalmente com base em princípios racionais: a disciplina no trabalho e o desempenho no cargo são assegurados por um conjunto de regras e normas que buscam ajustar o funcionário às exigências do cargo e às exigências da organização para a máxima produtividade;

7). competência técnica e mérito: refere-se à seleção de funcionários com base em competência técnica e não com base em simpatia pessoal. A admissão, a transferência e a promoção de funcionários ocorrem com base em critérios de avaliação e de classificação, válidos para toda a organização, e não em termos particulares e arbitrários. Daí, a necessidade de provas, concursos, testes e títulos, etc.;

8). especialização da administração refere-se à separação entre a propriedade e a administração. Os funcionários devem estar completamente separados da propriedade dos meios de produção. Os administradores da burocracia não são os seus donos ou proprietários. O dirigente não é, necessariamente, o dono do negócio ou um grande acionista da organização, mas um profissional especializado na sua administração. Os meios de produção, isto é, os recursos necessários para desempenhar as tarefas da organização, não são propriedades dos burocratas, mas estão acima destes. O funcionário não tem poder para vender, comprar ou herdar sua posição ou seu cargo, e sua posição e seu cargo não podem ser apropriados e integrados ao patrimônio privado;

9). profissionalização dos funcionários: cada funcionário da burocracia é um profissional, pelas seguintes razões: a). *é um especialista*, isto é, cada funcionário é um perito nas atividades

do seu cargo. Sua especialização varia conforme o nível onde está situado. Por exemplo, nos altos escalões, os funcionários ocupam posições mais gerais e superiores na organização. Na medida em que se desce nos escalões hierárquicos, os funcionários passam a ocupar posições mais inferiores, mais especializadas; b). *é assalariado*, uma vez que recebe salário correspondente ao cargo que ocupa. Quanto mais elevado o cargo que ocupa na escala hierárquica, maior o salário e, evidentemente, maior o poder sobre os demais. O funcionário deve ser recompensado exclusivamente por salário e jamais receber pagamento de clientes pelo serviço prestado, a fim de preservar o disposto nas normas e regulamentos da organização; c). *é ocupante de cargo*, pois seu cargo é a sua principal atividade dentro da organização, tomando todo seu tempo de permanência nela. O funcionário não ocupa um cargo por vaidade ou por manifestação honrosa, mas somente porque é seu meio de vida; d). *é nomeado por superior hierárquico*, ou seja, o funcionário é um profissional selecionado e escolhido por sua competência e capacidade, nomeado ou admitido, promovido ou demitido da organização pelo seu superior hierárquico. Somente o superior hierárquico tem total autoridade para tomar decisões sobre seus subordinados; e). *seu mandato é por tempo indeterminado*, quando o funcionário ocupa um cargo dentro da burocracia, não existe uma norma ou regra que determine, de antemão, o tempo de permanência dele, seja no cargo, seja na organização; f). *o funcionário segue uma carreira dentro da organização*: quando o funcionário burocrático revela talento, capacidade, aptidão e competência, pode vir a ser promovido para outros cargos superiores; g). *o funcionário não possui propriedade dos meios de produção e administração*: o funcionário não é dono dos meios de produção. Por isso, para trabalhar, ele precisa das máquinas e dos equipamentos fornecidos pela organização; h) *o funcionário é fiel ao cargo e identifica-se com os objetivos da organização*, uma vez que ele passa a defender, sobremaneira, os interesses de seu cargo e da sua organização em detrimento dos demais interesses; 10). absoluta previsibilidade do comportamento dos funcionários: todos os funcionários se comportam de acordo com as normas e regulamentos da organização. Tudo é estabelecido no sentido de prever antecipadamente todas as ocorrências e executá-las no dia-a-dia, para que a máxima eficiência do sistema seja plenamente atingida.

No primeiro volume de *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (1994, p. 145-7), Weber faz uma análise sobre esse tipo de administração

tipicamente burocrática ou burocrático-monocrática, afirmando que ele se distingue pela exigência de documentação formalmente instituída, é o modelo mais racional de praticar a dominação, pois a partir dela, se consegue chegar a um melhor rendimento devido à precisão, método, disciplina, rigor, intensidade, amplificação das atividades, confiabilidade (tanto para o dirigente quanto para os funcionários) e administração formal, aos mais diversos tipos de funções ou atividades. O desenvolvimento das mais distintas formas de associações ´modernas`, seja na esfera do Estado, da Igreja, do Exército, dos Partidos, das empresas econômicas, etc., é igual ao desenvolvimento e crescimento progressivo da administração burocrática, que representa o núcleo produtivo do Estado moderno ocidental (1994, p. 145).

Conforme Weber, a administração burocrática é a mais racional em termos técnico-formais e, por isso, ela é essencial e indispensável para as exigências de administração de um grande número de pessoas ou objetos e a sua superioridade está centrada no conhecimento profissional, instrumento imprescindível da moderna técnica e economia da produção de bens, tanto no sistema capitalista quanto no sistema socialista, sendo que neste último, a ambição de obter o mesmo rendimento técnico demandaria um grande acréscimo da importância da burocracia especializada. A necessidade de uma administração burocrática constante, exigente, intensa e calculável, gerada especialmente pelo capitalismo e que o socialismo racional seria forçado a assumir e a intensificar, impõe o processo de racionalização burocrática como base de toda administração universal (1994, p. 146).

A administração burocrática presume certa funcionalidade no setor de transporte e comunicação, afora as questões fiscais resolvidas. Essa funcionalidade requer transportes rodoviários, ferroviários e marítimos, além das várias e diversificadas formas de comunicação que se renovam cada vez mais. Todas essas condições não seriam alteradas no sistema socialista, desde que este tivesse competência para produzir condições iguais às do sistema capitalista para administrar de modo racional, burocrático, através de regras formais (WEBER, 1994, p. 146).

Para Weber, a administração burocrática exprime o domínio não só de conhecimentos técnicos racionais, mas também de conhecimentos práticos acumulados pelo

tempo de serviço. O conceito burocrático do 'segredo oficial' deriva dessa concepção de administração.

Somente o empresário capitalista pode ser considerado não sujeito à dominação dos conhecimentos teóricos e práticos relativos à dominação burocrática. Todas as outras pessoas, inclusas em suas associações, estão irremediavelmente expostas à dominação burocrática.

*Do ponto de vista social, a dominação burocrática significa, em geral: 1) a tendência ao nivelamento no interesse da possibilidade de recrutamento universal a partir dos profissionalmente mais qualificados; 2) a tendência à plutocratização no interesse de um processo muito extenso de qualificação profissional e 3) a dominação da impessoalidade formalista: sine ira et studio, sem ódio e paixão e, portanto, sem "amor" e "entusiasmo", sob a pressão de simples conceito de dever [...] É assim que o funcionário ideal exerce seu cargo (WEBER, 1994, p.147).*

Mas, segundo Weber, da mesma maneira que a burocratização origina um nivelamento estamental, todo nivelamento social, também promove o desenvolvimento da burocracia que, em geral, participa, passo a passo, da 'democracia de massa'.

A idéia predominante da burocracia racional reside no formalismo e na propensão do funcionário a cumprir suas funções administrativas, satisfazendo os interesses dos demais funcionários. Esse formalismo, além de evitar a imposição do domínio arbitrário, requer menos esforço. O utilitarismo material tem por hábito reclamar que os devidos regulamentos sejam postos em prática de modo formalista.

Essa dominação é alcançada com êxito graças ao aparato burocrático organizado em cada instituição social, que tem a função de disseminar os pontos de vista do grupo, preocupado apenas em calcular os meios mais precisos e adequados para atingir seus fins práticos.

Vale acentuar que os pontos de vista do grupo administrativo burocrático procura isolar todos os outros valores que não buscam atingir fins por meios racionais e precisos. Essa forma de conceber o mundo leva o homem a uma vida destituída de sentido. Sua

preocupação volta-se apenas para a ocupação de posições na hierarquia de prestígio econômico ou social (1994, p. 147).

No segundo volume de *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, na Seção 2, que trata da natureza, pressupostos e desenvolvimento da dominação burocrática (1999, p. 198-233), Weber afirma que o funcionamento das atividades do funcionalismo moderno administra-se do seguinte modo: vigora o princípio das competências oficiais fixas baseadas em leis e regulamentos oficiais na sociedade e com base nessa jurisdição: a) os indivíduos recebem regularmente trabalhos oficiais necessários aos objetivos das instituições burocraticamente; b). só os funcionários investidos em funções superiores e estáveis podem dar ordens resguardadas em aparelhos repressivos, em normas e regulamentos à disposição dessas autoridades; c). somente são investidas em cargos ou funções as pessoas que são qualificadas com base no regulamento geral e, nesses termos, são organizados os procedimentos racionais para o desenvolvimento normal e contínuo dos direitos e deveres (1999, p. 198).

Na perspectiva de Weber, esses três fatores formam a existência da 'autoridade burocrática' nas instituições públicas e legais e no âmbito das instituições privadas. A hierarquia relaciona-se com as normas legais que regem o comando dos superiores investidos em determinados cargos ou funções e a obediência dos subalternos. O sistema hierárquico, ao mesmo tempo em que possibilita aos superiores supervisionar os trabalhos dos indivíduos em cargos inferiores, oferece a estes a oportunidade de apelar aos superiores de uma decisão dada anteriormente por órgãos inferiores (1999, p. 199).

Segundo Weber, o sistema burocrático adota o princípio da hierarquia de cargos e essa hierarquia faz parte de todas as instituições burocráticas, sejam elas públicas, privadas, eclesiásticas ou partidárias. A 'competência' legal das autoridades é justificada por meio da subordinação hierárquica, mas isto não implica que a autoridade superior venha a se ocupar das questões da autoridade inferior. Implica, sim, que o cargo, criado e exercido por alguém, passa a fazer parte da administração, independente de quem venha assumir tal função (1999, p. 199).

A administração moderna apóia-se em dados escritos que possam orientar o comportamento dos funcionários que fazem parte de determinado escritório comercial ou

qualquer repartição pública. O conjunto de funcionários que trabalha numa instituição administrativa juntamente com seu aparato de documentos organizacionais escritos forma o que se entende por escritório. A repartição pública moderna é organizada de modo a separar o ambiente do trabalho do ambiente familiar do indivíduo. Essa forma de organização do trabalho decorre de longo caminho. Hoje, por exemplo, isto é notado tanto na administração comercial quanto na administração pública. O empresário moderno assim como um governante de Estado tendem a comportar-se como 'primeiro funcionário' e 'primeiro servidos', respectivamente (WEBER, 1999, p. 199).

Weber explica que a atividade oficial, especificamente a atividade oficial especializada moderna, requer freqüentemente que o indivíduo passe por uma habilitação para assumir a função que lhe será destinada, pois a boa execução do trabalho depende do empenho do funcionário no aprendizado técnico das normas que envolvem a função e a própria administração tanto pública quanto privada. Este princípio é também dirigido aos dirigentes e empregados tanto das empresas quanto das instituições públicas. A atividade oficial demanda uma completa dedicação do funcionário ao trabalho independente do tempo fixado. Esta postura decorre de um longo processo de desenvolvimento tanto nos cargos de empresas privadas quanto nas empresas públicas. A administração dos funcionários desenvolve-se mediante acordos com regras gerais que podem ser assimiladas. Tais regras (jurídicas, administrativas, contábeis) se caracterizam por serem abrangentes e, de certo modo, fixas. O conhecimento de regras torna-se poder dos funcionários (1999, p. 200).

Segundo Weber, dessas questões decorrem as posições interna e externa do funcionário:

O cargo é uma profissão na medida em que se exige do indivíduo uma longa e sólida formação fixamente prescrita, com exames específicos estabelecidos como condição para a nomeação. Além do que se manifesta no caráter de dever do cargo do funcionário, o qual determina a estrutura interna de suas relações. Sua admissão no cargo (privado ou público) juridicamente e de fato, não é considerada equivalente à detenção de rendas ou negócios financeiros exploráveis em troca do cumprimento de seu dever. Revela, na verdade, a concordância de uma prestação de dever específico de administração leal em

prol de uma estabilidade profissional. Esse tipo de relação não obriga a personalidade como nos moldes feudais. Essa lealdade funcional moderna implica um caráter impessoal e formal, baseada nas idéias de Estado, de Partidos políticos, comunidades e Igrejas. Também, a posição pessoal do funcionário ocupa a forma seguinte: o funcionário moderno na função pública ou privada visa, freqüentemente, fruir de um prestígio social 'estamental', especialmente alta por parte dos governados. Essa posição social é assegurada pelos princípios que regem a hierarquia do cargo e, para o funcionário político, pelas normas circunscritas ao código criminal relativas a 'insultos aos funcionários' e 'depreciação' às autoridades do Estado e da Igreja (1999, p. 200-1).

Conforme Weber, a posição social efetiva do funcionário é geralmente mais elevada em países de cultura antiga, nos quais há grande necessidade de uma administração especialmente instruída. A obtenção dos certificados de formação está freqüentemente vinculada à qualificação para o exercício do cargo, o qual aumenta a importância do 'elemento estamental', a partir da posição social do funcionário (1999, p. 201).

O tipo puro do funcionário burocrático é nomeado por uma autoridade superior. Isto quer dizer que um funcionário eleito pelos governados deixa de ser um tipo meramente burocrático, embora, muitas vezes, os partidos políticos organizem ou provoquem a escolha do funcionário por meio de votos, ocultando uma nomeação por cargo. O funcionário nomeado por um superior hierárquico trabalha de forma mais técnica buscando desempenhar sua função com base nas exigências do cargo o qual lhe foi atribuído, procurando atender às exigências da autoridade imediatamente superior. Em todos os momentos, a nomeação de funcionários através de eleição por parte dos dominados altera o rigor da subordinação hierárquica. O funcionário nomeado através da eleição dos dominados, na presença dos funcionários superiores, encontra-se mais livre da engrenagem meramente administrativa e técnica, pois seu cargo não vem satisfazer ao chefe administrativo e sim aos anseios de realização política que o partido lhe confiou. O funcionário não-eleito, mas nomeado por um superior, costuma exercer sua atividade técnica com maior exatidão, pois certamente sua qualificação técnica determina sua seleção e futura profissão. Os funcionários subalternos apenas podem julgar o grau de qualificação técnica de um candidato a um cargo a partir de experiências desenvolvidas com ele, principalmente os partidos que tendem a considerar decisivo não apenas aspectos técnicos

mas serviços fiéis dispensados ao chefe de partido em qualquer nomeação de funcionários por meio de eleição (WEBER, 1999, p. 201).

Na visão de Weber, o funcionário moderno é habitualmente investido no cargo presumindo o caráter vitalício de sua função. Entretanto, tal 'vitaliciedade' não é admitida como certa oficialmente, como acontecia normalmente no passado, pois o funcionário pode experimentar penas ou sanções, embora tenha, por assim dizer, o direito e a certificação de que será julgado nos moldes racionais e objetivos, sem nenhuma conotação pessoal. Pelo exercício de seu cargo, o funcionário recebe um salário definido e estável, com assistência para a velhice, em forma de uma pensão, o que lhe garante formalmente uma maior segurança na vida. O salário desses funcionários não se baseia na produção material, mas na sua posição estamental na hierarquia estabelecida, segundo o tempo de serviço no órgão de trabalho. O funcionário busca sua capacitação a partir de conhecimentos específicos com a finalidade de exercer uma profissão. Após sua investidura no cargo, ele é submetido a vários estágios que variam de uma posição inicial e inferior a uma posição de maior elevação hierárquica no cargo e na remuneração. Esses cargos são freqüentemente vistos como ocupação rendosa e de pouco trabalho. Por isso, os funcionários investem em sua elevação de nível, seja através de uma promoção temporária e sistemática, seja através de certificados, títulos e diplomas que lhes assegurem uma posição segura, vitalícia e rentável (1999, p. 203-4).

*A necessidade de tomar em consideração a qualificação pessoal e intelectual geral, independentemente da qualidade muitas vezes subalterna do diploma de formação técnica, conduziu, precisamente no caso dos cargos políticos mais altos, particularmente os de "ministro", à nomeação independente, em princípio, de diplomas (WEBER, 1999, p. 204).*

Weber considera alguns fatores econômicos e sociais que favoreceram o desenvolvimento da burocracia racional moderna e desta forma moderna do cargo profissional:

O desenvolvimento de uma economia monetária, uma vez que a remuneração dos funcionários passa a ser realizada em dinheiro. Segundo Weber, a moeda torna mais fácil e racionaliza as operações econômicas. Na burocracia, a moeda toma o lugar da remuneração

em espécie para os funcionários, permitindo a centralização da autoridade e o fortalecimento da administração burocrática. Contudo, vários exemplos históricos narram antecedentes e causas da burocracia moderna: no Egito, fins do Principado Romano, principalmente a Monarquia diocleciana e Estado Bizantino, na Igreja Católica, na China, nos Estados europeus e as grandes empresas capitalistas modernas. Em geral, esses exemplos basearam-se na compensação financeira do funcionário com bens *in natura*. O Egito, por exemplo, a maior de todas as burocracias referidas, é um dos modelos mais relevantes de uma burocracia alicerçada numa economia natural (1999, p. 204-5).

Decerto, as condições geográficas, sociais e econômicas possibilitavam ao Egito esse exemplo de burocracia apoiada na economia natural, mas ela também era seu limite, pois para o desenvolvimento da economia monetária torna-se necessária uma certa dose de administração burocrática pura. A história revela que a economia monetária impulsiona as transformações estruturais da burocracia.

Para Weber, a concepção econômica do cargo como fonte de renda privada do funcionário e sua aplicação como meio de produção pode levar à compra de cargos. O empreendedor outorga determinada quantia financeira ao funcionário (ainda no modelo burocrático *in natura*) que saca em mercadorias ou de qualquer outra fonte de renda do proprietário. Outra modalidade de comércio acontece ao se estabelecer parte ou a totalidade do salário. O funcionário adianta a quantia resolvida de comum acordo e fica com a sobra ou o restante. O arrendamento era outro modo de negociar. Através desse modelo, o senhor tinha o poder de transformar sua renda *in natura* em renda monetária ao arrendatário ou ao funcionário que é compensado com um salário fixo. `Prebendas`<sup>41</sup> é outro modo de organização burocrática em que o senhor estipula um valor e concede ao funcionário seu pagamento vitalício. Em troca o funcionário desempenha as atividades (reais ou imaginárias) do cargo que lhe foi atribuído. O Clero na Idade Antiga e Média (mas também na Época Moderna e em quase todas as épocas) é o maior exemplo de aproveitamento dessa fonte de renda (1999, p. 206-7).

---

<sup>41</sup> Vem do latim *praebenda*, `coisas que devem ser dadas`, e pode significar rendimento de um canonicato, o canonicato, renda eclesiástica, ocupação rendosa e de pouco trabalho, encargo ou tarefa desagradável, ingrata.

*Portanto, ainda que o desenvolvimento pleno da economia monetária não seja uma condição prévia indispensável da burocratização, esta última, como estrutura especificamente contínua, está vinculada a um pressuposto: a existência de receitas contínuas para sua conservação. Onde quer que estas não possam provir do lucro privado – como na organização burocrática das grandes empresas modernas – ou de tributos fundiários – como nos senhores feudais -, um firme sistema de impostos é a condição prévia da existência permanente de uma administração burocrática (WEBER, 1999, p. 208).*

Conforme Weber, o desenvolvimento quantitativo das atividades administrativas possibilitou a sustentação da organização burocrática, pois somente esse tipo de organização poderia dar conta do tamanho e complexidade das tarefas. Politicamente, o Estado e o partido de massas formam a base clássica da burocratização. O império chinês é o maior exemplo disso, embora não se possa afirmar que toda constituição histórica de um grande Estado implique uma administração burocrática, já que a permanência de um grande Estado ou a homogeneidade da cultura nem sempre dependiam de uma estrutura burocrática deste Estado.

*O caráter de um Estado não-burocrático, pelo menos não no pleno sentido técnico, que ainda conservam os Estados Unidos, vem inevitavelmente a ser substituído, também formalmente, pela estrutura burocrática, ao aumentarem os possíveis focos de conflitos exteriores e ao tornar-se cada vez mais urgente a necessidade de administração homogênea no interior. Do ponto de vista material, a forma parcialmente não-burocrática da estrutura do Estado está ali compensada por uma estrutura burocrática muito rigorosa das formações que exercem, de fato, a dominação política: os partidos, sob a liderança de especialistas profissionais na tática organizacional e eleitoral. O exemplo mais evidente da importância do puramente quantitativo como alavanca da burocratização de formações sociais é precisamente a organização crescentemente burocrática de todos os autênticos partidos de massas, aos quais pertencem, entre nós, sobretudo a social-democracia e, no exterior, em maior escala, os dois partidos “históricos” americanos (WEBER, 1999, p. 210).*

Weber atribui diversas causas que proporcionam o desenvolvimento qualitativo das tarefas da administração: no Egito, por exemplo, país antigo com administração estatal burocrática, a causa desse desenvolvimento interno intensivo e qualitativo foi provocada via regulamentação pelo Estado de uma política pública de caráter técnico-econômico que visava o abastecimento de água para todo o país. Tal regulamentação possibilitou a criação

do mecanismo de escribas e funcionários que, por sua vez, encontrou sua segunda grande esfera de ação nas atividades de construção, militarmente organizadas. Também promoveram a burocratização necessidades que nasceram em decorrência da fundação de exércitos permanentes, reguladas pelo poder político e pelo desenvolvimento da administração financeira. No Estado moderno atuam, além das necessidades que nasceram em face à fundação de exércitos, as exigências crescentes voltadas para a administração reguladas pela complexidade progressiva da cultura. Isto porque a estrutura do poder público influenciou bastante a cultura principalmente nos campos da justiça e da educação. Essas exigências culturais crescentes estão controladas pelo crescimento da riqueza das camadas dominantes no Estado (1999, p. 211).

*Neste sentido, a burocratização progressiva é uma função da propriedade crescentemente disponível para o consumo e empregada neste e de uma técnica cada vez mais refinada, correspondente às possibilidades assim criadas, do estilo de vida. Quanto à repercussão na situação geral de necessidades, isto condiciona a crescente indispensabilidade subjetiva de uma previdência interlocal e organizada em economia pública, isto é, burocrática, para as mais diversas necessidades da vida, que antigamente eram desconhecidas ou satisfeitas localmente ou pela economia privada (WEBER, 1999, p. 211).*

Entre os fatores políticos e técnicos que contribuem para a burocratização estão a crescente necessidade de ordem e proteção em todas as esferas (polícia, por exemplo) e meios de comunicação e transporte modernos administrados economicamente pelo Estado, seja por necessidade, seja por conveniência técnica como precursores da burocratização. O nível de desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte é extremamente importante para administração burocrática. Isto ocorreu no Egito, onde, sem o transporte pelo rio Nilo, a centralização burocrática não atingiria o patamar que ela alcançou. Aconteceu também na Pérsia moderna, onde a informação do Xá sobre todos os acontecimentos das províncias era transmitida em confiança aos funcionários de telégrafos ignorando o poder das autoridades locais e permitindo a todos os indivíduos o direito de lastimar-se diretamente por telégrafo, para estimular a centralização burocrática. O Estado moderno do Ocidente só pode ser administrado condicionado à existência efetiva desses meios, uma vez que os meios de transporte e os meios de comunicação estão à sua disposição (WEBER, 1999, p. 211).

Segundo Weber, a causa decisiva do avanço da organização burocrática sempre foi sua superioridade puramente técnica, em termos de eficiência, sobre qualquer outra forma de organização: o avanço da organização burocrática deve-se a um modo de organização exclusivamente técnico que exige, principalmente em sua forma monocrática, rapidez, exatidão de cálculos, funcionamento sem falhas, constância, unidade, impessoalidade, transparência, subordinação hierárquica rigorosa, enxugamento de custos materiais e humanos. O trabalho burocrático assalariado, por exemplo, não é apenas mais preciso, porém, habitualmente mais barato do que o trabalho honorífico. Atualmente, a economia moderna, sobretudo, a economia mercantil capitalista determina que suas relações comerciais sejam realizadas com clareza, precisão, rapidez e constância. Os meios de comunicação modernos exercem um papel especialmente favorável a esse tipo de gerenciamento comercial, principalmente no que diz respeito aos noticiários políticos e econômicos, que pressionam contínua e intensamente o movimento da reação administrativa em relação a várias situações (1999, p. 212).

*A exigência da realização mais rápida possível das tarefas oficiais, além de inequívoca e contínua, é atualmente dirigida à administração, em primeiro lugar, pela economia capitalista moderna. As modernas empresas capitalistas de grande porte são elas mesmas, em regra, modelos inigualáveis de uma rigorosa organização burocrática. Suas relações comerciais baseiam-se, sem exceção, em crescente precisão, continuidade e, sobretudo, rapidez das operações. Isto está condicionado, por sua vez, pela natureza peculiar dos modernos meios de transporte e comunicação, dos quais faz parte, entre outras coisas, o serviço de informações da imprensa (WEBER, 1999, p. 212).*

A burocratização possibilita também, o exercício das especializações das funções administrativas de forma objetiva, isto é, são atribuídas ao funcionário as atividades para as quais foi habilitado de acordo com regras calculáveis, sem nenhum envolvimento pessoal, mas tão-somente porque as realizam de forma eficaz.

*A peculiaridade da cultura moderna, especialmente a de sua base técnico-econômica, exige precisamente esta “calculabilidade” do resultado. A burocracia em seu desenvolvimento pleno, encontra-se também, num sentido específico, sob o princípio sine ira ac studio. Ela desenvolve sua peculiaridade específica, bem-vinda ao capitalismo, com tanto maior perfeição quanto mais se “desumaniza”, vale dizer, quanto mais perfeitamente consegue realizar aquela qualidade específica que é*

*louvada como sua virtude: a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral, irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais. Em vez do senhor das ordens mais antigas, movido por simpatia pessoal, favor, graça e gratidão, a cultura moderna exige para o aparato externo em que se apóia o especialista não-envolvido pessoalmente e, por isso, rigorosamente “objetivo”, e isto tanto mais quanto mais ela se complica e especializa. E tudo isto a estrutura burocrática oferece numa combinação favorável. Sobretudo é só ela que costuma criar para a jurisdição o fundamento para a realização de um direito conceitualmente sistematizado e racional, na base de “leis”, tal como o criou, pela primeira vez, com alta perfeição técnica, a época imperial romana tardia (WEBER, 1999, p. 213).*

A organização burocrática tem por hábito criar para a jurisdição o fundamento para a realização de um direito sistematizado e racional. Na Idade Média, a adoção desse direito aconteceu junto com a burocratização da justiça, com o trabalho de especialistas racionalmente treinados em vez do direito usado pela tradição ou o direito ligado a pressupostos irracionais, à revelação ou de modo não formal por intermédio de valores éticos ou de modo prático: ‘justiça de cádi’, assim chamada por R. Schmidt ou mesmo ainda de modo formal mas não através de conceitos racionais e sim por meio de fundamentos judiciais concretos, pela assim chamada ‘justiça empírica’ (WEBER, 1999, p. 213).

Weber explica como a burocracia, com base nas leis do Direito Romano, assentou as raízes da administração de um Direito Racional. O Direito romano, que era bem diferente do Direito estabelecido no Oriente e na Grécia Helênica, mostrava-se o mais adequado às exigências do capitalismo moderno, pois preparava os indivíduos nas Universidades para enfrentar racionalmente a crescente complexidade dos problemas jurídicos e econômicos provocados pelas grandes transformações da economia, que demandavam um processo baseado em provas científicas concretas e não simplesmente a partir de declarações de fatos reais garantidos pela ação divina ou sacerdotal.

*A mudança decisiva do pensamento jurídico em direção ao racional foi pela primeira vez preparada pela forma técnica de instrução processual, mediante as fórmulas baseadas em conceitos do edito pretório. Neste sentido, portanto, interferiam no desenvolvimento fatores essencialmente ligados à técnica processual que resultavam, apenas indiretamente, da estrutura do Estado. Mas a racionalização do direito romano, como sistema conceitual completo e cientificamente aplicável, racionalização*

*que distingue o direito de todos os produtos do Oriente e também do helenismo, tornou-se perfeita somente na época da burocratização do Estado (WEBER, 1999, p. 215).*

Para Weber, a estrutura burocrática está acompanhada pela concentração dos meios de serviço materiais nas mãos do senhor. Isto é notório principalmente nas grandes empresas capitalistas privadas, mas também ocorre nas comunidades públicas. Nas grandes empresas, há uma necessidade crescente de cada vez mais se obter um controle e uma maior previsibilidade do seu funcionamento. O exército burocraticamente dirigido no Egito dos faraós e nos períodos helênico e romano, o exército burocraticamente administrado pelo Estado militar moderno e às milícias das cidades da Idade Média e a todos os exércitos feudais distingue-se porque, nestes últimos, o normal é o auto-equipamento e o auto-aprovisionamento ao passo que no exército burocrático o equipamento e o aprovisionamento se efetivam a partir dos armazéns do senhor (1999, p. 215).

Por outro lado, a guerra em tempos modernos é uma guerra de máquinas, o que impõe a necessidade de armazéns do mesmo modo como o domínio da máquina na indústria impulsiona a concentração dos meios de produção e direção. Os exércitos burocráticos do passado, equipados e aprovisionados pelo senhor, geralmente apareciam quando o progresso social ou econômico reduzia a camada de cidadãos economicamente capazes de equipar-se a si mesmos, de maneira que sua quantidade era ínfima para compor os exércitos necessários. Isto acontece também com a disciplina militar e a instrução técnica específicas que só são capazes de realizar-se inteiramente, pelo menos no que diz respeito ao patamar exigido na Modernidade, no exército burocrático. Só a estrutura do exército burocrático tornava possível o desenvolvimento de poderosos exércitos permanentes necessários para a pacificação dos grandes Estados das planícies (WEBER, 1999, p. 216).

Conforme Weber, a burocratização das atividades militares pode fundamentar-se no capitalismo privado do mesmo modo que qualquer instituição industrial. O recrutamento e a administração no modelo do capitalismo privado formavam a regra dos exércitos mercenários, sobretudo nos ocidentais, até o início do século XIX. Na guerra dos 30 anos em Brandenburgo o soldado, em geral, era o dono dos meios materiais de seu cargo, como por exemplo, armas, cavalos, roupas, mesmo que o Estado já os provesse. Posteriormente,

no exército da Prússia, o chefe-de-companhia era dono dos meios materiais e só a partir da paz de Tilsit, passou a existir em caráter definitivo, a concentração dos meios de serviço na responsabilidade do Estado (1999, p. 218).

Empreendimentos bélicos marítimos e o recrutamento de exércitos foram as primeiras e grandes realizações do capitalismo privado com estrutura burocrática. Assim como também se encontra a burocratização da administração associada à concentração dos meios de serviço. A antiga administração de sátrapas<sup>42</sup>, governadores, arrendatários ou compradores de cargos e vassalos descentralizam os meios de serviço materiais. A administração da província na realização de gastos com o exército e funcionários subalternos é assegurada com base nas receitas locais. O vassalo realiza sua administração a partir dos próprios recursos e o Estado burocrático, de modo inverso, calcula o que deve ser despendido em seu orçamento e provém do necessário as instâncias inferiores com os meios de serviço corrente, regulamentando e controlando o seu emprego. Nesse sentido, a administração, em termos econômicos, se equivale à grande empresa capitalista centralizada (1999, p. 19)

*Também na área da pesquisa e do ensino científicos, a burocratização nos “institutos” das universidades que hoje existem por toda a parte (e cujo primeiro exemplo, em escala de grande empresa, foi o laboratório de Liebig, em Giessen) é uma função da necessidade crescente de meios de serviço materiais, situação que, devido à concentração destes meios nas mãos do dirigente privilegiado pelo Estado, separa a grande maioria dos pesquisadores e docentes de seus “meios de produção”, do mesmo modo que a empresa capitalista separa os trabalhadores dos seus (WEBER, 1999, p. 219).*

Weber afirma ser notória e incontestável a superioridade técnica da burocracia, mas ela revelou-se um produto, de certo modo, tardio do desenvolvimento. Isto ocorreu devido a uma série de empecilhos que só vieram a desaparecer em certos contextos sociais e políticos. A organização burocrática impôs-se regularmente:

Na base de um nivelamento, pelo menos relativo, das diferenças econômicas e sociais, na medida em que têm importância para a ocupação de cargos administrativos.

---

<sup>42</sup> Governador de província, na Pérsia antiga.

A burocracia está associada à moderna democracia de massa em contraposição ao Governo autônomo democrático de pequenas unidades homogêneas. Isto ocorre por causa do princípio peculiar da burocracia, que se revela pela regularidade da administração em busca de igualdade diante da lei no sentido pessoal e funcional. Por isso, a condenação dos privilégios e da resolução de problemas, caso a caso. Já a administração não-burocrática de qualquer instituição social funda-se no fato de que se vinculam funções ou deveres administrativos a privilégios sociais, materiais ou honoríficos já existentes. Na administração do Estado, a burocratização e a democratização significam um aumento dos gastos do dinheiro público, embora a administração burocrática mostre-se costumeiramente mais 'econômica' que as outras formas de administração. A democracia em massa rompe com os privilégios feudais, patrimoniais e, mesmo que apenas na intenção, plutocráticos na administração. Nesse sentido, ela estabelece o trabalho profissional remunerado ao invés da administração tradicional de *honorarios*, realizada como atividade acessória (1999, p. 219).

O progresso da burocratização no Estado, como fenômeno paralelo da democracia, é observado na França, na América do Norte e, atualmente, na Inglaterra. Mas Weber chama a atenção para o termo 'democratização', que nem sempre expressa a verdade, pois *demos* no sentido de uma massa indistinta, jamais administra grandes associações. Pelo contrário, é administrado trocando apenas a forma da escolha dos chefes e a medida de influência que o *demos* pode exercer sobre o conteúdo e direção das atividades administrativas. A democracia formal não quer dizer, necessariamente, uma participação mais incisiva e substancial dos dominados nas ações administrativas dos dominantes. Ao contrário, deve-se levar em conta que o conceito político de democracia infere 'igualdade jurídica' dos dominados e não permite o desenvolvimento de um 'estamento' fechado de 'funcionários', no interesse do acesso comum aos cargos. Assim como restringir o poder de comando do funcionalismo desejando que o tempo de mandato seja breve e, a partir de eleições revogáveis e sem exigência de especialização (WEBER, 1999, p. 220).

Logo, a democracia entra em conflito com a tendência à burocratização que ela mesma gerou quando de sua luta contra a dominação de *honorarios*.

*Por conseguinte, não se deve empregar neste contexto a designação, já por si pouco precisa, de “democratização” quando se compreende por ela a minimização do poder de mando dos “funcionários profissionais” em favor da dominação “direta”, se possível, do demos, e isto significa na prática: de seus atuais líderes de partidos. Ao contrário, o decisivo é aqui exclusivamente o nivelamento dos dominados diante do grupo dominante, burocraticamente estruturado, o qual, por sua vez, pode muito bem ter, de fato, mas também formalmente, uma posição totalmente autocrática (WEBER, 1999, p. 220).*

Conforme Weber, o caráter permanente da estrutura burocrática revela que a burocracia é uma das estruturas mais difíceis de exterminar quando é cuidadosamente assentada e, uma vez enraizada, é um dos instrumentos mais eficazes de poder para quem se encontra na posição de mando. Através da burocratização pode-se transformar uma ‘ação comunitária’ numa ‘ação associativa’ ordenada racionalmente. E uma ‘ação associativa’, sistematicamente organizada e desenvolvida é superior a qualquer ‘ação comunitária’. A burocratização da administração, uma vez estruturada, produz relações de dominação extremamente sólidas. O burocrata profissional encontra-se comprometido com toda a engrenagem burocrática, pois ele é apenas uma peça dessa máquina que tem uma função a desempenhar no conjunto de outras peças em movimento. Esse indivíduo é encarregado de realizar atividades especializadas, sobre as quais ele não tem nenhum controle no sentido de fazer parar ou acionar o movimento da máquina burocrática. A ação de controle é superior. Ele é apenas um componente do conjunto de uma comunidade integrado no trabalho com o fim de desenvolver o melhor que possa sua função especializada sob contínua direção (1999, p. 221).

Os dominados não podem nem abrir mão de um aparato de dominação burocrático nem trocá-lo por outro, pois este se funda numa síntese bem planejada de instrução específica, especialização técnica, divisão do trabalho e sólido preparo para realizar certas atividades com a competência necessária. Se este aparato burocrático interrompe temporariamente o trabalho ou for obrigado a fazê-lo, o conjunto das atividades resulta em confusão e desordem, pois é quase impossível preparar às pressas pessoas competentes para desenvolver tal função. Isso ocorre tanto nas administrações privadas quanto nas administrações públicas: a ‘documentação’, por um lado, e, por outro, a disciplina do funcionário. Ou seja, a inclinação do funcionário a um comportamento ordeiro e submisso na realização de seu trabalho rotineiro, tanto nas instituições públicas quanto nas

instituições privadas, constitui o fundamento de toda ordem. A disciplina, exigida e crescente, cada vez mais, passa a ser a estabilidade da ordem burocrática mesmo à revelia da documentação oficial administrativa (1999, p. 222).

*A idéia ingênua do bakuninismo<sup>43</sup> de poder destruir, junto com a destruição da documentação, a base dos “direitos adquiridos” e da “dominação” esquece-se do fato de que, independentemente da documentação, sobrevive a disposição dos homens à observação das normas e dos regulamentos habituais. Toda organização de formações militares derrotadas e dissolvidas e também todo restabelecimento de uma ordem administrativa destruída por revoltas, pânico ou outras catástrofes realizam mediante um apelo àquela disposição, criada nos funcionários, por um lado, e, por outro, nos dominados, à subordinação obediente àquelas ordens, apelo que, quando tem êxito, faz com que o mecanismo perturbado volte, por assim dizer, a engrenar-se. Por outro lado, a indispensabilidade objetiva do aparato já existente, em conexão com sua “impessoalidade” específica, implica que ele, em oposição às ordens feudais, baseadas em piedade pessoal, está facilmente disposto a trabalhar para qualquer um que tenha sabido apoderar-se do domínio sobre ele [...] Um sistema de funcionários racionalmente organizado, quando o inimigo ocupa o território, continua funcionando perfeitamente nas mãos deste, com troca apenas nos postos supremos, pois está no interesse vital de todos os participantes, inclusive e sobretudo do próprio inimigo, que isto aconteça. Depois de Bismarck ter submetido seus colegas ministros a uma incondicional dependência burocrática dele, mediante a eliminação de todos os políticos independentes, ele teve que ver, com grande surpresa, ao retirar-se, que estes, sem escrúpulos e preocupações, continuavam tocando seus cargos (WEBER, 1999, p. 223).*

No contexto burocrático, isto significa eficiência. Semelhante ao conceito de Taylor, um processo é racional se os meios escolhidos são os mais eficientes para sua implementação. A eficiência presume determinados fins para que se possa tentar descobrir quais dentre os meios disponíveis são mais apropriados para alcançá-los. Para Weber, são as metas coletivas da organização e não as dos seus membros individuais que são levadas em consideração. Deste modo, o fato de uma organização ser racional não implica, necessariamente, que seus membros ajam racionalmente no que concerne às suas próprias metas e aspirações. Muito ao contrário, quanto mais racional e burocrática se torna uma organização, tanto mais os membros individuais se tornam simples engrenagens de uma

---

<sup>43</sup> Doutrina política, também conhecida como Anarquia, propugnada por Bakunini, defendendo a partilha dos meios de produção pelos trabalhadores e a supressão de todas as ficções sociais como a família, o Estado, e a hierarquia social.

máquina, ignorando o propósito e o significado de seu comportamento. Para Weber, a racionalidade funcional é atingida pela elaboração, baseada no conhecimento científico, de regras que servem para dirigir, partindo de cima, todo comportamento de encontro à eficiência (1999, p. 223).

De qualquer modo, os efeitos da burocracia dependem do rumo que os poderes derem a esse aparato. Na época Moderna, a burocratização e o nivelamento social no interior de grandes organizações políticas e estatais, aliados ao crescente desprestígio da nobreza, favoreceram os interesses capitalistas. Em geral, a burocratização se realiza baseada numa aliança histórica entre o poder principesco absoluto com os interesses capitalistas, pois regularmente, um nivelamento jurídico e um rompimento de sólidas estruturas locais, representadas pelos *honoratios*, costuma colaborar para estender o campo de ação do capitalismo. Todavia, por outro lado, a burocratização teve também, uma conseqüência que beneficiou o interesse da pequena burguesia no 'sustento' tradicional garantido ou mesmo o inverso, isto é, as conseqüências de um socialismo estatal que reduz as oportunidades de lucro privadas (WEBER, 1999, p. 224).

A burocracia é uma organização objetiva que pode colocar-se à disposição para uma diversidade de interesses, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Por isso, não se pode atribuir à burocracia importância exagerada quando relacionada com a democracia, inclusive, o próprio senhor feudal usou a burocracia em benefício próprio.

*A democratização, de fato ou talvez apenas formal, da sociedade em conjunto, no sentido moderno da palavra, apesar de ser um fundamento particularmente favorável, não é, de modo algum, o único possível para fenômenos de burocratização em geral, já que estes aspiram, apenas, ao nivelamento dos poderes que a eles se opõem na área que pretendem ocupar no caso concreto. E sempre cabe ter presente o fato, que várias vezes já encontramos e ainda voltaremos a examinar, de que a "democracia", como tal, apesar de fomentar inevitavelmente, mas sem querer, a burocratização, e também por causa disso, é inimiga do domínio da burocracia, podendo criar, neste papel, rupturas e obstáculos muito sensíveis para a organização burocrática. Cabe, portanto, examinar o caso histórico individual quanto ao rumo especial que nele tomou a burocratização (WEBER, 1999, p. 224).*

Segundo Weber, não se pode afirmar, portanto, que na Modernidade, onde o poder da burocracia prospera por toda parte, ocorre sem exceção, também um aumento universal do poder da burocracia na organização política do Estado. O fato de que a organização burocrática é o instrumento tecnicamente melhor desenvolvido em poder do grupo que a domina, em nada mostra o grau em que ela consegue impor suas idéias num determinado contexto social. Em geral, é enorme o poder da burocracia quando inteiramente desenvolvido e o dominador ao qual serve, qualquer que seja ele, encontra-se sempre na posição de um ´diletante` diante dos funcionários especializados e ativos na administração. A burocracia procura sempre ampliar e aperfeiçoar a vantagem do funcionário profissionalmente treinado ao preservar escondido seu conhecimento e intenções. A burocracia encobre, sempre que possível, seu conhecimento e sua ação da crítica (1999, p. 224-5).

*As autoridades eclesiásticas prussianas ameaçaram párocos com medidas disciplinares, caso chegassem ao conhecimento de terceiros, repreensões a eles dirigidas ou outras punições, por terem estes, então, a “culpa” de uma possível crítica a elas. Os funcionários contábeis do Xá persa fizeram da arte orçamental uma doutrina esotérica e serviam-se de um código secreto. A estatística oficial prussiana publicava, em geral, somente aquilo que não podia prejudicar os propósitos da burocracia governante. A tendência ao segredo resulta, em determinadas áreas administrativas, de sua natureza objetiva: existe sempre onde se trata de interesses de poder externos da formação de dominação em questão: seja diante de concorrentes econômicos de uma empresa privada, seja, no caso de formações políticas estranhas, potencialmente inimigas (WEBER, 1999, p. 225).*

É assim que, segundo Weber, para terem sucesso, as atividades diplomáticas não devem ser submetidas ao controle público, a não ser em grau e sentido bastante reduzidos. A administração militar, na medida em que amplia a importância do puramente técnico, precisa guardar segredo, cada vez mais, sobre seus saberes e práticas mais importantes. No campo dos Partidos políticos, a gerência do segredo também funciona dessa forma e quanto mais se amplia a burocratização mais esse segredo tende a preponderar. O ´segredo oficial` é um conceito criado exclusivamente pela burocracia e pode ser entendido como uma postura que não pode ser revelada e defendida, como no caso dos Partidos políticos, dos militares e de questões governamentais referentes às questões econômicas. Por exemplo, quando a burocracia se confronta com o Congresso Nacional, ela busca impedir que ele

obtenha o conhecimento através de seus próprios peritos ou grupos de interesse. Tal conhecimento é geralmente obtido com base numa investigação parlamentar, mas a burocracia prefere um parlamento que ignore o conhecimento ou que se mostre incompetente para alcançá-lo, caso isto seja de seu interesse (1999, p. 225).

*O monarca absoluto é impotente diante da superioridade dos conhecimentos especiais burocráticos. Todas as disposições veementes de Frederico, o Grande, referentes à “abolição da servidão”, descarrilaram, por assim dizer, a caminho da realização, porque o mecanismo burocrático simplesmente as ignorou como idéias casuais de um dileitante. O rei constitucional, sempre que há unanimidade entre ele e uma parte socialmente importante dos dominados, exerce, com freqüência, influência muito maior sobre a realização da administração, que também ele pode controlar em consequência da liberdade, pelo menos relativa, de criticar esta em público, do que o monarca absoluto, que depende exclusivamente das informações fornecidas pela própria burocracia (WEBER, 1999, p. 226).*

Conforme Weber, o poder da burocracia só se submete ao conhecimento específico dos empresários de empresas privadas, pois a obtenção do conhecimento preciso sobre a situação das empresas é fundamental para a progressão e preservação dos bens econômicos. O segredo como forma de poder é encoberto com mais segurança na contabilidade dos empresários do que nos arquivos das organizações públicas. Por esse motivo, as autoridades são impedidas de ultrapassar certos limites quando se trata de influenciar as questões econômicas do mundo capitalista (1999, p. 226).

Para Weber, o conhecimento especializado do perito é fundamental para o cargo em que ele é investido. Por isso, o governante se preocupa, inicialmente, em descobrir o conhecimento especializado dos peritos, sem deixar de ser a autoridade dominante. Com a diversificação das atividades administrativas e conseqüentes necessidade de conhecimento especializado, o governante não se contenta mais em buscar o saber de pessoas de sua confiança. Passa a rodear-se de órgãos colegiados que examinam e decidem as questões pendentes sempre que necessário (1999, p. 226).

Segundo Weber, os órgãos colegiados podem funcionar como a maior autoridade administrativa ou como autoridade principal monocrática ou ainda, em posição de paridade com as demais autoridades. Esses órgãos colegiados são organizados e reunidos,

juntamente com o governante, com o fim de analisar os problemas que se impõem a partir das várias especialidades dos peritos. Em seqüência, o governante aprova ou desaprova as questões por meio de decreto. Esse colegiado é o meio pelo qual o governante investiga o conhecimento dos peritos procurando amenizar sua importância em prol da preservação de sua função de autoridade dominante. O colegiado é um instrumento pelo qual o governante também emprega meios para obter um círculo de especialistas, convertendo-os numa unidade coletiva. Esse princípio colegiado revelou-se poderoso meio educativo para a 'objetividade' na administração. Também possibilitou a intervenção de autoridades privadas importantes e, desse modo, propiciou a união da autoridade das pessoas influentes, mais o conhecimento prático dos empresários privados com o conhecimento especializado dos peritos (1999, p. 228).

Os órgãos colegiados foram uma das primeiras instituições que ocasionaram o desenvolvimento do conceito moderno de 'autoridades públicas', significando estruturas duráveis, livres de qualquer dependência ou sujeição pessoal. Inicialmente, o conselho dos *anciões*, geralmente composto por sacerdotes, notáveis e 'estadistas mais velhos', foi o modelo mais apropriado de colegiado, pois seus membros se preocupavam, essencialmente, em fazer sugestões ao governante. Entretanto, quando o colegiado passou a manter-se em suas funções especializadas, mesmo ante a mudança de governantes, passou com freqüência a exercer indevidamente o poder real. São exemplos dessa atitude o Senado Romano, o Conselho Veneziano e o Aerópago ateniense (WEBER, 1999, p. 228-9).

Mas, segundo Weber, apesar de suas variações históricas, os órgãos colegiados nascem a partir da especialização racional de funções e posse do conhecimento especializado e devem ser diferenciados dos órgãos consultivos, escolhidos nos meios privados e interessados, encontrados freqüentemente no Estado moderno. Devem ser distintos também sociologicamente das juntas de controle encontradas no aparato burocrático das empresas privadas. Isto porque esses órgãos colegiados se complementam com a escolha de notáveis oriundos de meios desinteressados, escolhidos pelo seu conhecimento especializado ou com a finalidade de serem utilizados em termos de representação e publicidade. Geralmente, esses órgãos não selecionam seus membros com base em saberes especializados, mas como principais representantes dos grupos de interesses econômicos mais relevantes, especialmente os credores bancários da empresa,

que não participam meramente como membros consultivos, mas como instituição controladora e com poder para interferir nas decisões (1999, p. 229).

No campo do Estado burocrático, o órgão colegiado é descartado quando o desenvolvimento dos meios de comunicação e a demanda de exigências técnicas da administração impõem decisões rápidas e precisas. Ele desaparece também, quando o governante entende, na perspectiva de seus interesses, que um líder é mais interessante naquele momento do que o detalhamento no preparo das decisões colegiadas. Um exemplo bem presente ocorre quando as instituições parlamentares se desenvolvem ao mesmo tempo em que crescem as críticas provindas da sociedade e da imprensa (WEBER, 1999, p. 229).

A burocratização do Estado e do Direito viabilizou a separação conceitual do Direito Público e do Direito Privado. O Direito Público diz respeito às relações entre governantes e subordinados e o Direito Privado estabelece normas para as relações dos indivíduos governados entre si. Essa separação implica uma disjunção conceitual de Estado que, por um lado, atende como uma instituição que aglutina prerrogativas soberanas e atende também, como fundador de normas jurídicas, das 'autorizações' pessoais dos indivíduos. Essa separação conceitual entre Direito Público e Direito Privado foi pensada e efetivada, inicialmente, nas comunidades urbanas, na medida em que o indivíduo era eleito para exercer determinado cargo e, mesmo que exercesse cargo de maior nível, buscava não se comparar a um indivíduo autônomo, que possuía 'autoridade' por sua própria conta. Entretanto, a burocracia somente conseguiu estabelecer a separação entre o público e o privado, uma vez por todas, a partir da completa impessoalidade da direção administrativa e sistematização racional do Direito (WEBER, 1999, p. 229).

Para Weber, a burocratização não é exclusiva do setor público. Ela é extensiva a todas as instituições sociais importantes enquanto racionalização do trabalho e forma de domínio que se aplica também a diversos âmbitos da vida privada, a exemplo da Igreja, exército, hospitais, escolas. Apontou, não apenas o perigo de uma excessiva burocratização, mas o seu caráter inevitável na estrutura das instituições sociais. Embora considerasse a burocracia a mais eficiente forma de organização criada pelo homem, Weber temia ser esta eficiência, cujos resultados, decorrentes da crescente burocratização do mundo moderno, seria uma ameaça à liberdade individual e às instituições democráticas das sociedades

ocidentais. Nesse sentido, ele critica a burocracia entendida como uma forma de racionalidade instrumental, formal ou econômica, que visa a maximização da satisfação e minimização de custos e não como uma racionalidade substancial que atenda a valores últimos. Por isso, ele questiona: a quem caberá, no futuro, viver nessa prisão?

*Ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascimento de velhos pensamentos e idéias, ou ainda se nenhuma dessas duas, a eventualidade de uma petrificação mecanizada caracterizada por esta convulsiva espécie de autojustificação. Nesse caso, os “últimos homens” desse desenvolvimento cultural poderiam ser designados como “especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado” (WEBER, 1989, p. 131).*

Weber afirma que a burocracia é uma máquina de difícil destruição e não acredita que a supressão do capitalismo privado faria desaparecer o problema da burocratização. Ocorreria o contrário, isto é, aumentaria o nível de burocratização e acrescenta que a situação dos funcionários subjugados ao Estado em quase nada se transformaria. Segundo ele, a extinção do capitalismo privado significaria simplesmente que também a alta administração das empresas nacionalizadas se tornaria burocrática. A burocracia estatal reinaria absoluta se o capitalismo privado fosse eliminado. As burocracias privada e pública, que agora funcionam lado a lado e potencialmente uma contra a outra, fundir-se-iam numa única hierarquia.

Weber, então, pergunta novamente: ante o avanço insuperável da burocratização, como conservar qualquer vestígio de liberdade individual em qualquer sentido? Para ele, é impossível viver dignamente sem os Direitos do Homem, sem liberdade política, de pensamento e expressão. Isso coloca o problema do controle político-social da burocracia. Ante o poder nivelador da burocracia, Weber acredita na escolha eleitoral como a única arma daqueles que são portadores de mínimos direitos, o povo, aliada ao direito de inquérito do Parlamento.

*O elemento decisivo, em nosso caso, consiste exclusivamente na nivelção dos grupos dominados com respeito aos grupos dominadores burocraticamente articulados, os quais podem possuir por seu lado, de*

*fato e com freqüência também formalmente, uma estrutura inteiramente autocrática (WEBER, 1994, p. 341).*

## **2 A relação entre burocracia e educação**

A relação entre burocracia e educação é analisada por Weber em sua “Sociologia da Dominação”, exposta no capítulo IX, Seção 2 do segundo volume de *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (1999, p. 230-33); também exposta na Parte II, capítulo XVIII, de *Ensaio de Sociologia* (1979, p. 277-82).

Nessa análise, Weber retoma e confirma a idéia de que a burocracia racional moderna é irrefreável e, por conseguinte, prossegue indefinidamente o seu desenvolvimento em sua estrutura de dominação. Todavia, não acredita ser possível analisar suas conseqüências culturais gerais e de longo alcance, sem identificar a área específica de dominação.

Segundo Weber, é evidente que a burocracia estimula um modo de vida ‘racionalista’, mas o conceito de ‘racionalismo’ dá liberdade a diferentes conteúdos. Em geral, só podemos afirmar que a burocratização de toda dominação provoca, de modo intenso, o avanço rumo à ‘objetividade’ racional, ao homem ‘profissional’ e ‘especializado’ com seus inúmeros efeitos. Aqui, Weber aponta apenas um aspecto essencial deste processo, a saber, a influência da burocracia sobre a forma da *educação e formação* humana.

*Nossos estabelecimentos de ensino ocidentais continentais, especialmente os superiores—universidades, escolas superiores técnicas e comerciais e escolas secundárias—, encontram-se sob a influência dominante da necessidade daquela espécie de “educação” que é criada pelo sistema de exames especiais, cada vez mais indispensáveis para o burocratismo moderno: o ensino especializado. O “exame especial”, no sentido atual, existia e existe também fora de complexos propriamente burocráticos; assim, para as profissões “liberais” de médico e de advogado e nos*

*ofícios corporativamente organizados como guildas*<sup>44</sup> (WEBER, 1999, p. 230).

Os exames especiais não são imprescindíveis ao processo de burocratização. Nos Estados Unidos, França e Inglaterra esses exames foram trocados pelo treinamento nas organizações partidárias.

A 'democratização', segundo Weber, diante do exame especial, ocupa um espaço indeterminado, impreciso, pois de um lado, o exame especial pode denotar, ou pelo menos parece simbolizar, a 'seleção' dos qualificados de todas as classes sociais, em lugar da dominação de *honoratiões*. Por outro lado, a 'democratização' contesta o exame e o certificado por recear que eles estimulem o nascimento de uma 'casta' privilegiada. Mas os exames especiais existiram também nas épocas pré-burocráticas ou semiburocráticas. Os centros mais antigos dos exames especiais foram organizados em prebendas. Os indivíduos estudavam muito e se submetiam aos exames no afã de conseguir prebendas, a princípio, prebendas da Igreja, tanto no Oriente islâmico quanto na Idade Média ocidental. Posteriormente, lutavam para conquistar prebendas seculares como por exemplo, aconteceu especialmente na China. Mas esses exames eram especializados apenas parcialmente.

Somente o desenvolvimento da burocratização moderna adota e inaugura o sistema de exames racionais, especializados. A reforma do serviço público impõe, gradativamente, o treinamento especializado para os Estados Unidos. Em todos os demais países, esse sistema cresce, inicialmente em seu berço principal, a Alemanha. A progressiva burocratização da administração fomenta e reafirma a importância do exame especializado na Inglaterra. Nessa perspectiva, a China, pretendendo trocar o antigo burocratismo semipatrimonial pelo moderno, também adotou o sistema de exames especiais, ao invés do antigo sistema de exames. Posteriormente, a burocratização do capitalismo propaga no mundo inteiro este sistema moderno de exames em virtude de sua crescente necessidade de especialistas técnicos e administrativos.

*Este desenvolvimento é, sobretudo fortemente fomentado pelo prestígio social dos atestados de formação adquiridos pelo exame especial, e isto*

---

<sup>44</sup> Associação de auxílio mútuo constituída na Idade Média entre as corporações de operários, artesãos, negociantes ou artistas.

*tanto mais quanto estes, por sua vez, se transformam em vantagens econômicas. O que no passado era prova de linhagem, como pressuposto de paridade, da admissão a um cabido<sup>45</sup> e, onde a nobreza se mantivera socialmente poderosa, também da qualificação para cargos estatais, passa a ser hoje atestado de formação. O aperfeiçoamento dos diplomas das universidades, das escolas superiores técnicas e comerciais, o clamor pela criação de atestados de formação em todas as áreas, em geral, servem à constituição de uma camada privilegiada nos escritórios públicos e privados (WEBER, 1999:231).*

A posse destes certificados pode favorecer uma aliança com os *honoratiore*s, inclusive como pretense candidato ao matrimônio com a filha do chefe, pode auxiliar nas admissões em círculos que seguem 'código de honra', assim como na aquisição de uma formidável remuneração econômica ao invés da remuneração equivalente ao trabalho realizado, favorecer progressão e aposentadoria na velhice e, principalmente, favorecer a monopolização de cargos proveitosos, úteis, lucrativos, em termos sociais e econômicos.

Portanto, a manifestação das diversas áreas de formação pela admissão de currículos e exames especiais não ocorre simplesmente por uma súbita vontade de adquirir mais conhecimentos, mas vontade de restringir a oferta dessas posições e sua monopolização pelos donos dos títulos educacionais. O exame, na verdade, é o meio universal, que atualmente serve para garantir este monopólio, por conseguinte, o seu avanço consecutivo.

No continente europeu, as instituições educacionais, sobretudo as instituições de nível superior, são caracterizadas por uma educação que estabelece etapas sistemáticas de exames, avaliações e especializações absolutamente necessárias à burocracia moderna. Esses diplomas e especializações favorecem a entrada dos estudantes em círculos sociais destacados, em termos de prestígio social e financeiro e, nessa condição, possibilitam poder de usufruto de direitos que garantam uma vida estável e confortável no futuro.

A burocracia, em geral, empenha-se por um 'direito ao cargo', pelo estabelecimento de um processo disciplinar constante, pela extinção de uma chefia despótica sobre os funcionários, além de garantir a elevação social destes e sua sustentação na velhice.

---

<sup>45</sup> Conjunto ou corporação dos cônegos de uma catedral.

A burocracia encontra sustentação na disposição 'democrática' dos dominados, que requer a minimização da dominação e acredita que esta minimização da dominação do senhor sobre o funcionário demanda uma debilitação do poder senhorial.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a burocracia, tanto no serviço público quanto no serviço privado, traz consigo um desenvolvimento especificamente estamental, outrora existente em cargos, completamente distintos. Tais qualidades estamentais são freqüentemente aproveitadas para ampliar a utilidade técnica da burocracia no desenvolvimento de suas atividades específicas.

A tendência da 'democracia' contesta este caráter inevitável estamental da burocracia ao substituir os funcionários nomeados pela eleição de funcionários de modo temporário. Assim como também procura trocar o caráter disciplinar ordenado pela demissão dos funcionários através de plebiscito, isto é, ela procura substituir o poder arbitrário do 'senhor' superior pela hierarquia, pelo poder também arbitrário dos dominados, especificamente dos chefes dos partidos que os comandam.

*O prestígio social, em virtude do desfrute de determinada educação e formação não é, por si mesmo, específico ao burocratismo. Ao contrário. Mas, sob outras estruturas de dominação, baseia-se em fundamentos essencialmente diferentes: na estrutura de dominação feudal, teocrática, patrimonial, na administração de honorários inglesa, na antiga burocracia patrimonial chinesa, na dominação dos demagogos da chamada democracia helênica. O objetivo da educação e a base da estima social, por mais que difiram estes casos entre si, não eram o 'homem especializado', mas sim –para recorrer a tópico – o 'homem culto' (WEBER, 1999:232).*

O 'homem culto' era a formação visada pela educação tradicional, que se preocupava em qualificar o ser humano com conhecimentos gerais humanísticos, voltados para a participação na vida social dominante, e não o especialista. A personalidade "cultura" era o ideal educacional da camada dominante. Essa educação tinha por objeto formar um homem com qualidades de um mandarim, um escritor refinado nos moldes da velha burocracia patrimonial chinesa, ou um ginasta-humanista, como na Hélade ou ainda, formar um moderno cavalheiro convencional, um gentleman como na Inglaterra.

Essa qualificação do homem culto, que visava formar a classe dominante exigia uma formação humana integral, humanística e não uma educação especializada para exercer tarefas especializadas. Não se pode ignorar também a existência de uma educação para formar especialistas militares, teólogos e jurídicos, mas a educação prioritária coincidia, em geral, com a educação erudita e não dirigida para fins em cada especialidade.

A educação que formava os homens cultos mostra-se imprópria para o sistema econômico e político; pois os homens cultos estão sendo trocados por homens burocratas especialistas e profissionais. Atualmente, está subentendida em todas as discussões sobre os fundamentos do sistema educacional a luta dos `especialistas` contra a educação do `homem culto`. Tal luta é definida pelo crescimento irreprimível da burocratização em todas as instituições e relações sociais religiosas, econômicas, jurídicas, educacionais, públicas e privadas e pelo progressivo interesse do conhecimento especializado e dos profissionais formados com base nele.

Weber identifica, assim, a burocracia com a racionalidade, com a impessoalidade e rotina opressiva. A racionalidade, nesse contexto, é vista como contrária à liberdade pessoal.

*A estrutura burocrática é por toda a parte um produto tardio do desenvolvimento. Quanto mais retrocedemos no processo de desenvolvimento, tanto mais típico é para as formas de dominação a ausência da burocracia e do funcionalismo, em geral. A burocracia é de caráter “racional”: regra, finalidade, meios, impessoalidade “objetiva” dominam suas atitudes. Por isso, seu surgimento e divulgação tiveram por toda parte efeito “revolucionário” naquele mesmo sentido especial, ainda a ser exposto, que caracteriza o avanço do racionalismo, em geral, em todas as áreas (WEBER, 1999:233).*

Weber mostra-se resistente ao capitalismo e à burocracia. Mostra-se avesso ao liberalismo econômico e adepto do liberalismo humanista e cultural. O autor revela-se preocupado com a decadência do homem culto formado de modo integral em troca da formação do especialista técnico, que segundo ele, do ponto de vista humano, é um aleijado. Para ele, na Modernidade, as formações culturais e educacionais são subjugadas ao sistema econômico e político.

*Assim, Weber é um liberal nostálgico, sentindo-se na defensiva. Deplora o tipo de homem que a mecanização e a rotina da burocracia selecionam e formam. O profissional limitado, diplomado e examinado publicamente, e pronto para um posto ou carreira. Seu anseio de segurança é equilibrado pelas suas ambições moderadas e ele é recompensado pela honra do status oficial. Esse tipo de homem é deplorado por Weber como uma criatura de rotina limitada, carente de heroísmo, espontaneidade humana e inventividade (GERTH e MILLS, 1982:68).*

Pelo exposto acima, observa-se forte vinculação entre a burocracia racional moderna e a educação na medida em que:

A organização racional burocrática domina o conhecimento e o funcionamento de todas as instituições sociais, sejam elas instituições culturais, instituições jurídicas, religiosas ou de lazer. Com a educação não é diferente. A educação escolar, principalmente as instituições de ensino superior, mostram-se bem vinculadas à dominação e formação exigida pelo burocratismo moderno.

Anteriormente, era priorizado o ensino tradicional que determina a formação humana versada no estudo de humanidades, respeitante a qualquer espécie de cultura adquirida pelo estudo ou pela leitura e direcionada para a participação política dominante. Essa educação tradicional, sustentada nos séculos anteriores, mostrou-se inadequada para a Modernidade, que coincide com o nascimento da ciência moderna e com o advento, desenvolvimento e consolidação do capitalismo. A burocracia racional moderna requer e impulsiona as instituições escolares a qualificar de forma científica e técnica o indivíduo para ele executar as mais distintas funções exigidas pelo mercado de trabalho, seja nas indústrias, grandes e médias empresas privadas quanto no Estado e nas empresas públicas e semipúblicas. Ou seja, as instituições escolares, principalmente as universidades e escolas técnicas e comerciais, participam dessa relação formando e abastecendo o mercado de profissionais, conforme as necessidades funcionais da instituição organizada burocraticamente.

O desenvolvimento da burocratização capitalista requer profissionais técnicos especializados, qualificados para as diversas atividades exigidas pelas organizações. Por isso, a generalização mundial, sobretudo, na Europa, na China e, posteriormente, na América do Norte, de exames especiais, que se desenvolvem por meio de etapas rigorosas de avaliação. A qualificação profissional, portanto, é condição essencial para o indivíduo

entrar no mercado de trabalho. Tais exames especiais revelam e simbolizam o grau de especialização de cada indivíduo. Quanto maior a qualificação, mais chances terá o indivíduo de ser selecionado e admitido nas funções criadas pelo mercado.

Os exames especiais, exigidos pela burocracia, propiciam, não apenas qualificação dos indivíduos para o exercício das tarefas e/ou atividades burocráticas, mas também, a entrada desses trabalhadores em círculos sociais já estabilizados em termos de prestígio econômico e social e, nesse sentido, possibilitam o prazer e a segurança de uma vida confortável no futuro.

O processo de racionalização burocrática é irreversível, desconhece limites e permeia a organização de todas as instituições e relações sociais. Nesse sentido, sua relação com a educação é notória, na medida em que também cresce o interesse pela educação especializada nos campos de conhecimento, constantemente exigidos pelo trabalho moderno. E, apesar de Weber manifestar-se pessimista em relação à formação do especialista técnico, que considera deformada, do ponto de vista humano, deixa transparecer, pelo menos na leitura que fiz, que por outro lado, esse tipo de formação acaba proporcionando benefícios às pessoas, uma vez que o trabalho profissionalizado oferece ao indivíduo a oportunidade de fazer carreira na organização em virtude de seu mérito e competência técnica e não por favoritismo do chefe ou proprietário da instituição. Nessas condições, o nepotismo é evitado e as regras racionais de trabalho favorecem a ética no campo econômico, dificultando a corrupção, a conquista de emprego por meio da simpatia e interesse pessoal.

A burocracia, portanto, enquanto consequência do desencantamento, fortalece e legaliza o capitalismo e, nesse sentido, manifesta-se relacionada com a educação moderna, já que demanda e requer às instituições escolares a formação e capacitação dos indivíduos em profissionais especialistas prontos e/ou competentes para atuar nas organizações modernas.

Essa análise acerca da relação entre burocracia e educação será aprofundada no capítulo seguinte, quando analiso: 1) a relação entre desencantamento do mundo, numa fase mais secular, e a educação no Século das Luzes e 2). a relação entre burocracia e educação na Revolução Industrial.

## **CAPÍTULO III**

### **Desencantamento do mundo, burocracia e a educação no Século das Luzes e na Revolução Industrial**

Neste capítulo, pretendo examinar a relação entre desencantamento do mundo, burocracia e a educação ocidental moderna que se estruturou no continente europeu, no Século das Luzes e na Revolução Industrial.

Acredito que o desencantamento do mundo (numa posição mais secular), e a burocracia, enquanto processos de racionalização política e legal, fornecem uma boa explicação sobre a consolidação e legitimação do capitalismo na Europa iluminista e industrial e, portanto, fornecem também uma boa explicação sobre as transformações educacionais que se efetivaram nesses períodos.

O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte, pretendo fazer uma rápida incursão sobre o Século das Luzes e, logo depois, examino a relação entre o desencantamento do mundo e a educação iluminista. Na segunda parte, pretendo fazer também uma rápida incursão sobre a Revolução Industrial e, em seguida, analiso a relação entre a burocracia e a educação instituída nesse período.

#### **1 O Século das Luzes: características principais**

O Século das Luzes ou século da razão é uma expressão que se aplica a um conjunto sistemático de idéias filosóficas e políticas que se estende por países da Europa, principalmente França, Inglaterra e Alemanha, desde a metade do século XVII até o século XVIII, considerado como um dos períodos intelectualmente mais revolucionários da

história. Caracteriza-se, fundamentalmente, por uma confiança plena no potencial da razão, da ciência e da educação para melhorar a vida humana, e por uma visão otimista da vida, da natureza e da história contempladas dentro de uma perspectiva de progresso da humanidade, junto com a difusão de posturas de tolerância ética e religiosa e defensora da liberdade e dos direitos do homem como cidadão (ABRÃO, 1999, p. 249).

A importância da razão crítica, que é pensar com liberdade, deixa-se ver na mesma raiz das palavras com que os distintos idiomas concebem este período: *'Siglo de las luces'*, ou *'siglo de la razón'*, *'Illuminismo'* (na Itália), *'Enlightenment'* (na Inglaterra), ou *'Aufklärung'* (na Alemanha), *'Siècle des lumières'* (na França). A luz da razão se opõe às trevas e ao obscurantismo (seja ele filosófico, religioso, moral ou político), às superstições, às religiões reveladas e à intolerância, consideradas como irracionais e indignas do homem ilustrado. Immanuel Kant (1724-1804), com a frase *'Sapere aude!'*, (Ouse conhecer!) expressa claramente o trabalho que cada ser humano tem de ser capaz de conquistar, por sua própria iniciativa, a maioria. A ilustração<sup>46</sup> é a liberação do homem de sua culposa ignorância. Esta ignorância significa a incapacidade do homem de servir-se de sua própria inteligência de forma autônoma, ou seja, sem a direção de outrem. Esta incapacidade é culposa porque sua causa não reside na falta de inteligência, mas na falta de decisão para servir-se dela, sem a tutela de outro. As idéias ilustradas constituem o substrato conceitual sobre o qual se fundamenta a maneira moderna de pensar (ABRÃO, 1999, p. 251-2).

O conjunto de idéias ilustradas comuns se diversifica em cada país segundo a circunstância filosófica e política em que se encontra. A ilustração começa na Inglaterra com o empirismo de John Locke (1632-1704) e de David Hume (1711-1776) e o deísmo<sup>47</sup> de muitos moralistas ingleses, idéias que, junto com o espírito científico de Isaac Newton (1642-1727) e da revolução científica, são divulgadas na mesma época na França graças ao trabalho de ilustração que desenvolvem os *philosophes e enciclopedistas*<sup>48</sup>. Na Alemanha, a *Aufklärung* chega com certo atraso e se converte num processo de difusão das idéias inglesas e francesas, cujo efeito imediato é a crítica aos valores difundidos pelo feudalismo,

---

<sup>46</sup> I. Kant. *Qué es la ilustración?*, en *Filosofía de la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

<sup>47</sup> Sistema ou atitude dos que, rejeitando toda espécie de revelação divina e, portanto, a autoridade de qualquer Igreja, aceitam, todavia, a existência de um Deus, destituído de atributos morais e intelectuais, e que poderá ou não haver influído na criação do Universo; uma religião natural ou racional que se apóia somente na razão.

<sup>48</sup>. Filósofos e escritores franceses que elaboraram a Enciclopédia no séc. XVIII.

convertendo-se em despotismo ilustrado no aspecto político e na crítica da razão, no domínio da filosofia. Defende-se um novo modelo de racionalidade que não se fundamenta nem na revelação nem nas idéias inatas, mas na experiência e nos resultados das ciências. Os representantes principais na Alemanha são Christian Wolff (1679-1754) e Kant. Na França os nomes de maior destaque são, sobretudo, os redatores da *Enciclopédia das ciências, das artes e dos ofícios*<sup>49</sup> (1751-1765): Denis Diderot (1713-1784), Jean Le Rond d'Alembert (1717-1783), François-Marie Arouet Voltaire (1694-1778), Paul Heinrich Thiry, barão d'Holbach (1723-1789), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e outros como Chevalier de Jaucourt (1704-1779), François Quesnay (1694-1774), Robert Jacques Turgot (1727-1781), Jacob Grimm (1785-1863), Claude-Adrien Helvétius (1715-1771) e Toussaint (1743-1803) (ABRÃO, 1999, p. 253).

Após muitos séculos de submissão feudal, a burguesia consolidava os direitos do indivíduo como condição necessária para a satisfação de seus interesses. “Liberdade absoluta para contratar, comerciar, crer, viajar e pensar. Nunca, como então, se falou tanto em ‘humanidade’, ‘cultura’, ‘razão’ e ‘luzes’”. Com efeito, a burguesia contestou o mundo feudal e a monarquia de forma tão ardorosa e apaixonada, que, na ocasião, ela assumiu diante da nobreza o papel de defensora dos direitos de todos os cidadãos (PONCE, 1996, p. 130).

As elevadas realizações da razão humana durante os séculos XVI e XVII, nas ciências matemáticas e físicas, pareciam justificar a grande confiança que os filósofos tinham em seus poderes. As obras de Nicolau Copérnico (1473-1543), Wilhelm Leibniz (1646-1716) e Newton, representavam admirável e extraordinária vitória sobre a ignorância, nunca antes conquistada pelo homem. A incontestável certeza dos seus resultados estava em extremos contrastes com a incerteza e a obra de adivinhação dos pensadores éticos, políticos e religiosos. A segurança da ciência ocasionou uma impressão completamente diferente da do dogmatismo e obscurantismo nos outros campos do pensamento (EBY, 1976, p. 265).

---

<sup>49</sup> Obra de referência que expõe metodicamente os fatos, as doutrinas, resultados do saber humano universal ou específico de um ramo de conhecimento, biografias de grandes vultos, etc., e na qual se adota em geral a ordem alfabética.

O primeiro protesto do século XVIII contra a opressão foi o movimento chamado 'Filosofia das Luzes', para o qual a razão é rainha: tudo pode, tudo julga, só tem direito de subsistir o que se pode justificar mediante a luz da razão, da inteligência humana. O Estado, Sociedade, Direito, Economia, Religião têm que se submeter ao exame crítico da razão. Ou seja, o Século das Luzes, tendo como princípio fundamental a total confiança no entendimento e na razão mostrou-se contrário a toda e qualquer violação dos direitos humanos (ROSA, 1993, p. 192).

Segundo Monroe, a 'Época das Luzes', em sua origem, foi uma reação contra o formalismo existente no pensamento e na crença, e contra o absolutismo da Igreja. Esse primeiro movimento revoltou-se contra a hierarquia e o despotismo tanto na Igreja, quanto no Estado e na sociedade. Contra a superstição e a ignorância no pensamento. Contra a hipocrisia na moral. Estabelecendo como princípio fundamental a completa confiança no entendimento e na razão humana, o primeiro movimento opôs-se a todos os abusos antigos, incluindo nisso todas as formas de tirania, quer no pensamento, na política e na moral. Por fim, combateu os fundamentos de todas as instituições, especialmente os fundamentos do Estado e da Igreja, posto que serviam de apoio às suas autoridades. Agora só a razão humana inspiraria os verdadeiros méritos da nova vida e nortearia a conquista da felicidade humana. O autor complementa sua análise sobre esse primeiro movimento do Século das Luzes da seguinte forma:

*O objetivo do Iluminismo era libertar o pensamento do domínio do terrorismo sobrenatural; estabelecer a personalidade moral do indivíduo, independente das formas eclesiásticas e sociais; demonstrar a liberdade intelectual e a independência do homem; destruir o terror que pairava sobre os sentimentos; aniquilar o absolutismo no pensamento, a tirania na ação, exercida especialmente pela Igreja, e, como complemento da Igreja, pela monarquia. O Iluminismo fundava-se numa fé suprema na razão do indivíduo, na justiça do Estado, na tolerância das crenças religiosas, na liberdade da ação política, e nos direitos do homem. O período inteiro foi dominado por uma crença profunda nas prerrogativas do indivíduo, no seu direito individual de julgar e determinar suas questões sem sofrer a influência nem das crenças e superstições da Igreja, nem das tradições da sociedade. Liberdade de pensamento, liberdade de consciência, suficiência da razão para a conduta na vida, são as senhas e as chaves para a interpretação deste movimento do século XVIII (MONROE, 1979, p. 249-50).*

Este movimento teve início nos Países Baixos, na Inglaterra, e se estendeu na França e na Alemanha. Dentre os Enciclopedistas, Voltaire foi seu maior representante.

Até a metade do século XVIII, a filosofia e a 'razão' estavam concentradas no combate à Igreja. Na segunda metade do século XVIII, a tendência revolucionária ficou conhecida como *Naturalismo* e era mais emocional do que intelectual, mais democrática que aristocrática. A crítica se dirigiu para os males da organização da vida social e política, para a construção de uma sociedade ideal e não para o engrandecimento de uma determinada classe ou indivíduo. Em oposição à crença racionalista anterior, alega-se, agora, que não se pode confiar sempre nos sentidos e que a razão nem sempre é infalível. Por outro lado, as emoções, como verdadeiras expressões de nossa natureza e opostas aos cálculos egoístas da razão deviam, de preferência, dirigir e orientar a conduta correta. Do mesmo modo que o movimento da primeira metade do século XVIII inclinava-se para a formação de uma aristocracia intelectual, o movimento da segunda metade do referido século tendia para a reforma social visando o benefício das massas (MONROE, 1979, p. 253).

Ainda conforme Monroe, Rousseau (1712-1778) rebelou-se de forma impetuosa contra as profundas desigualdades sociais da sua época. Propôs, ao invés da lei da razão, o novo evangelho da lei da natureza, no homem do povo, e na capacidade do homem de realizar o seu próprio bem na vida. A tarefa do movimento da segunda parte do século XVIII, sob a liderança de Rousseau, foi a de desenvolver uma nova fé no homem, projetar um novo ideal na vida, inspirar um novo espírito na sociedade e recuperar, na natureza do homem, uma base para a religião. Para Monroe, quando consideramos o período antigo de ortodoxia religiosa e o novo naturalismo, cada um em seu apogeu, verificamos uma profunda diferença entre eles, a saber:

*Fé no poder divino, obediência devota à sua suposta vontade, esperança de êxtase, recompensa indescritível, foram as fontes do antigo movimento. Amor sem reserva aos semelhantes, fé constante na natureza humana, busca resoluta da justiça, aspiração firme de melhoramento e generosa satisfação na esperança de que os outros possam alcançar qualquer recompensa, essas são as fontes do novo movimento [...] Outra diferença entre os movimentos racionalista e naturalista, personificados por Voltaire e Rousseau, está na atitude desses dois homens ante a religião. Voltaire sustentava que toda a religião era uma ilusão para o crente e um*

*engano por parte do clero. Os naturalistas rejeitavam tanto o ceticismo dos **iluminati** quanto o velho formalismo eclesiástico que consideravam como a superstição da ortodoxia. Os naturalistas acreditavam ser a religião parte essencial da sociedade humana, porque era uma parte essencial da experiência humana (1979, p. 254).*

Para Rousseau, o homem natural não é o pré-histórico, o primitivo. O que caracteriza no homem o estado natural é a sua natureza inerente, peculiar, são suas características inatas. Por natureza deve-se entender a vida originária, pura, não corrompida por convenções sociais nem preconceitos. Na base da natureza humana encontram-se dois *sentimentos*: o amor próprio e a compaixão. A razão, apesar de desempenhar função muito importante, porque 'é o freio da força', é apenas um aspecto da consciência e é menos profunda que a vida emocional. Seus discípulos mais importantes foram Basedow (1723-1790), Henrique Pestalozzi (1746-1827), e Froebel (1782-1852) (ROSA, 1993, p. 192).

Procurando aniquilar a Tradição, a Igreja e o Estado, os iluministas e naturalistas não perceberam que se iam escravizando à Razão ou ao Sentimento. O relativismo religioso, o pragmatismo moral, o individualismo político, o liberalismo econômico e o subjetivismo filosófico foram resultados dessa nova concepção do universo e da vida que desagregou a civilização cristã, facilitando as tendências do seu aniquilamento. E as idéias de Voltaire, de Rousseau e seus discípulos, encontrando um terreno propício à sua germinação e disseminação, ganharam as massas populares, infiltraram-se em todas as instituições políticas e sociais e criaram o clima espiritual, dentro do qual se formou e explodiu a Revolução Francesa com todas as suas inquietantes conseqüências para o mundo moderno (HUBERT, 1967, p. 58).

De acordo com Rosa, a Revolução Francesa foi o terceiro movimento importante do século XVIII. As idéias individualistas e liberais do Renascimento que haviam sido, gradativamente, fortalecidas e estimuladas pela Reforma protestante e pelos sistemas filosóficos racionalistas dos séculos XVII e XVIII resultaram inevitavelmente na Revolução Francesa. Este movimento revolucionário constituiu o acontecimento político e social mais importante e significativo do século XVIII e marcou um novo período na história pelas profundas repercussões que teve na evolução do mundo moderno. Preparada pelas doutrinas dos filósofos e economistas da Época das Luzes, da Enciclopédia e do

Naturalismo, bem como pelo exemplo dos Estados Unidos que haviam proclamado sua independência e pelos progressos intelectuais, a Revolução Francesa eclodiu em 1789 de maneira poderosa e avassaladora, favorecida pela crise social, econômica, financeira e política em que se debatia a monarquia na França (1993, p. 192-3).

A Revolução Francesa afetou a vida religiosa, econômica e, especialmente, influenciou a vida educacional da França. Rosa afirma que se costuma analisar a Revolução Francesa como a revolução burguesa por excelência. O movimento teria levado a burguesia ao poder político, a fim de se libertar da monarquia absolutista e do Antigo Regime que, após ter favorecido a consolidação da posição econômica burguesa, transformaram-se em obstáculos a seu livre desenvolvimento. Para tanto, a burguesia teria contado com o apoio de outras camadas do 'terceiro estado' (camponeses e setores pobres das cidades) além de parcelas do clero e da nobreza. A burguesia também possuiria um programa político, que tinha como lema os ideais das Luzes: 'Liberdade, Igualdade, Fraternidade'. 'Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos', afirma o Artigo 1º. da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que estabeleceu um conjunto amplo dos direitos individuais em face aos abusos do poder político. Também decretou nos seus dezessete artigos, dentre outras coisas:

*Os homens nascem livres e iguais em direitos (art. 1º.); os direitos do homem são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência contra a opressão (art. 2º.); todos os cidadãos têm o direito de concorrer a todas as dignidades, cargos ou empregos, conforme sua capacidade, sem outra distinção que não seja a virtude ou talento (art. 7º.); ninguém deve ser incomodado pelas suas opiniões, embora sejam religiosas (art. 10º.) (ROSA, 1993, p. 193).*

Mas a maioria dos iluministas não reconheceria os revolucionários como herdeiros. A quase totalidade deles temia as agitações políticas, que segundo eles, tendem a tornar-se incontroláveis, e preferia que a propagação das Luzes fosse feita de cima para baixo, por um 'déspota esclarecido'. Nessa direção, a influência das Luzes sobre a Revolução Francesa é menos uma herança do que uma apropriação: são os revolucionários que se reivindicam herdeiros das Luzes para justificar e legitimar suas práticas. Uma dessas práticas pode ser considerada burguesa, pois diz que: 'Sendo a propriedade um direito inviolável, dela ninguém pode ser privado' (ABRÃO, 1999, p. 290).

Conforme Abrão, o 'despotismo da liberdade' é uma expressão contraditória que resume um dos grandes dilemas da Revolução Francesa:

*Liberdade é do povo, pois este, sendo soberano, detém a autonomia e a autodeterminação, e não pode sofrer restrições. Interpretado à maneira de Rousseau, isso significa que o povo, que encarna a vontade geral, deve governar diretamente, sem intermediários. Como então justificar o governo da Convenção Nacional, formada por representantes eleitos, se o próprio Rousseau afirmava que 'a soberania não pode ser representada'? Os jacobinos, facção considerada seguidora de Rousseau e que domina o Comitê de Salvação Pública, afirmam a identidade entre o povo e a Convenção. Esta é soberana porque o povo a elegeu por sufrágio universal; o povo é soberano porque governa por intermédio de seus representantes. O que deve ser evitado a todo o custo é, então, o rompimento dessa identidade, ou seja, o surgimento de um poder independente do povo e que passe a agir por conta própria. Tal poder pode ter a melhor das intenções, mas, separado do povo, tende a realizar seus interesses particulares (1999, p. 291).*

A análise de Abrão conclui que o desenlace da Revolução Francesa foi consolidar a sociedade burguesa e o desenvolvimento da economia capitalista. Durante o desenvolvimento desse movimento, as noções de liberdade e de igualdade não tinham somente um significado burguês (livre concorrência em igualdade de condições), pois receberam distintas leituras, a que corresponderam as mais diversas práticas políticas. “Tanto quanto a experiência de liberdade, a revolução é também a constatação da defasagem entre os propósitos, elaborados com maior ou menor grau de racionalidade, e seus resultados” (1999, p. 292).

### **1.1 A relação entre desencantamento do mundo e a educação no Século das Luzes**

Vimos que a Época das Luzes foi um movimento filosófico, literário e pedagógico que se opôs ao obscurantismo da Idade Média, ao mundo da tradição, do costume, do dogma e das religiões reveladas.

Segundo Manacorda, sob o ponto de vista pedagógico, os movimentos iluminista e naturalista combateram a educação escolástica<sup>50</sup>, espiritualista e cristã, como a educação renascentista, livresca formalística e artificial, muito embora, no fundo, fossem íntimas as suas ligações com o naturalismo pagão do Renascimento.

*O Iluminismo põe definitivamente em crise o humanismo [...] Do humanismo, nem o antigo patrimônio cultural aparece mais como exclusivo e suficiente, a partir do momento em que nasce e se define a ciência moderna, nem o latim como língua universal aparece mais adequado aos usos e às exigências do mundo moderno. O humanismo livresco, gramatical e 'escolástico' da cultura é criticado com as mesmas armas que ele usara contra a escolástica. Educar humanamente todos os homens torna-se o grande objetivo da educação moderna: de várias maneiras, com diferentes iniciativas e não sem graves recaídas no paternalismo e no assistencialismo, os iluministas, os novos utopistas, os reformadores e os revolucionários tentam concretizar este ideal (2004, p. 236).*

A redação da *Enciclopédia das ciências, das artes e dos ofícios* marca uma virada na história da cultura. Esta obra sintetiza as Luzes: trata de filosofia, ciências, artes, política, economia, geografia e técnicas, entre outros temas, perfazendo um total de dezessete volumes de texto e onze de ilustrações. Mas, o que mais se destaca no conjunto dessas idéias, é a aceitação das artes junto às ciências e à cultura intelectual. “Não se trata mais das artes ‘liberais’, desde a gramática até a filosofia, mas propriamente das artes e ofícios que vimos reivindicar seu lugar e sua dignidade na formação e na atividade do homem” (MANACORDA, 2004, p. 240).

De acordo com Eby, a França, no decorrer do século XVIII, foi palco montado para acontecimentos de suma importância na vida política, social e educacional. Em certos aspectos, os franceses tinham sido mais progressistas que os ingleses e alemães; em outros, não conquistaram tantos avanços quanto eles. A verdade é que esta condição irregular transformou a França no campo de batalha de revolução. Lá aconteceu a revolta contra as tradições e instituições até então aceitas: contra a prolongada dominação dos antigos na Literatura, Arte e Filosofia; contra a Igreja Católica Romana e sua expressão formal do

---

<sup>50</sup> Doutrinas teológico-filosóficas dominantes na Idade Média, dos séculos IX ao XVII, caracterizadas sobretudo pelo problema da relação entre a fé e a razão, problema que se resolve pela dependência do pensamento filosófico, representado pela filosofia greco-romana, da teologia cristã.

Cristianismo; contra o absolutismo no governo; contra a vida social sumamente artificial, contra as condições econômicas e as formas de educação. Deste caos de movimentos em conflito, iria surgir um conhecimento mais profundo do homem e, como resultado, uma nova filosofia da vida humana e das instituições sociais. Eby lembra que:

*Descartes tinha afirmado três axiomas que eram universalmente aceitos pelos pensadores enciclopedistas. Tais eram: 1). a supremacia da razão; 2). a invariabilidade das leis da natureza; e 3). um método exato para provar ou verificar a verdade. Estas idéias destruíram o trono do qual a tradição tiranizara os espíritos dos homens. Os enciclopedistas vieram a ter uma suprema fé na habilidade da razão e compreensão humanas, em descobrir as leis da natureza, em conhecer toda a verdade, e, por esses meios, em produzir uma era de felicidade humana [...] Os enciclopedistas sentiram o frêmito da emancipação de um negro e cruel passado, **dominado pela superstição, erro, ignorância e tradição** (grifo meu). O homem tinha sido enganado, desorientado e oprimido porque não pudera pensar por si mesmo. Vivera uma existência nebulosa. Afinal, o conhecimento científico pusera fim a esta era tenebrosa e trouxera a Ilustração e sua irmã gêmea, a liberdade. O conhecimento científico tornou-se a mania popular entre os intelectuais (1976, p. 264).*

No tocante à cultura e à educação, os representantes mais radicais do movimento iluminista, tendo à frente Voltaire, combateram violentamente a Religião e a Igreja. Criticavam a filosofia escolástica e a cultura medieval. Manifestavam-se com ironia a respeito do estudo das línguas e das literaturas clássicas, considerando-as inúteis para as exigências da vida prática e desprezavam também a aprendizagem das línguas estrangeiras. Para os iluministas, a educação devia ser, sobretudo *intelectual*, em que predominassem os 'conhecimentos reais'. As disciplinas preferidas eram a filosofia, as ciências naturais e as belas artes. Daí, a influência da *Enciclopédia* nos meios educacionais da época, a qual foi traduzida em quase todas as línguas do Ocidente (HUBERT, 1967, p. 62).

Voltaire e seus colaboradores da primeira metade do século XVIII, diz Monroe, não foram menos aristocratas do que os aristocratas privilegiados que eles combatiam. Sustentavam que as classes humildes não se achavam em condições de se conduzirem pela razão, de serem educadas, pois estavam pouco acima dos selvagens. O próprio Voltaire considerava o povo da rua como a canalha que precisa de um Deus e de um rei para ser controlada. Em síntese, o que os iluministas desejavam era a instauração de uma aristocracia filosófica, de uma ditadura enciclopedista que subordinasse tudo ao arbítrio do

seu egoísmo e de sua vaidade. Em consequência, observa Monroe, este movimento intelectual degenerou numa indiferença interesseira, no ceticismo e no formalismo de uma sociedade polida, mas artificial (MONROE, 1979, p. 251).

Da metade do século XVI à metade do século XVIII, a educação na França foi quase totalmente dirigida pelos jesuítas e várias outras ordens religiosas, que eles dominavam em grande parte. Em 1763, os pensadores da revolução suprimiram os numerosos colégios jesuítas, deixando o povo francês completamente destituído de escolas. Imediatamente La Charlotais (1701-1785), Diderot, Mirabeau (1749-1791), Talleyrand (1754-1838), Condorcet (1743-1784), dentre outros, começaram a apresentar planos para um sistema completo de escolas nacionais, que podem ser resumidos nos seguintes aspectos:

*A educação deve ser arrebatada das mãos da Igreja e totalmente controlada pelo Estado. Todos os sábios franceses concordavam em que instrutores leigos deveriam substituir os professores e ordens religiosas; a educação deve ser universal, pública e gratuita, mas a extensão da gratuidade escolar acarretou uma variedade de opiniões; os objetivos principais da educação foram o esclarecimento, o desenvolvimento de um espírito nacional, a fraternidade e capacidade de defender seus próprios direitos; a secularização da instrução deve substituir a doutrinação religiosa; foram reconhecidos cinco graus de instrução: primário, secundário, superior (Direito, Medicina, Teologia e outras profissões eruditas) e a Sociedade Nacional de Ciências e Artes (HUBERT, 1967, 62).*

Ou seja, essa educação buscava harmonizar o ensino superior com a evolução científica geral, conceber um ensino médio adaptado a todas as necessidades sociais, culturais e também técnicas; estender a todas as crianças instrução elementar, igualmente alargada pelo conhecimento científico das coisas, pelo conhecimento geográfico do mundo, pelo conhecimento histórico do passado humano, e preparar-se para acompanhar a evolução das técnicas que começava a entremostrarse. Cumpria, enfim, consoante o espírito de sistema, conceber todas essas inovações segundo planos gerais que abrangessem o conjunto da educação.

Entretanto, tais planos para a educação não tiveram sucesso por diversas razões: falta de recursos e flutuação constante das opiniões e projetos, conforme as variações da

situação política; apesar do desejo de inovação, os pensadores da Revolução ainda estavam profundamente impregnados das tradições pedagógicas para que se desprendessem dela completamente. O debate se travou, sobretudo, entre os partidários de uma educação destinada principalmente a uma classe mais elevada, e os teóricos de uma educação verdadeiramente popular. Não causou estranheza que os primeiros vencessem, quando a Revolução confirmou a situação da classe burguesa para a qual fora construído o sistema anterior (HUBERT, 1967, p. 72).

A análise acima leva-me a concluir que, para um melhor entendimento dessa relação entre desencantamento do mundo, numa posição mais secular e a educação no Século das Luzes, seja necessário e oportuno retomar, de forma bem sucinta, a distinção que Weber faz entre os processos de desencantamento do mundo e secularização<sup>51</sup>.

Vimos que o desencantamento do mundo, iniciado pelos profetas do judaísmo antigo, é um processo extremamente longo de racionalização religiosa, em que as religiões éticas puritanas eliminaram a magia como meio de salvação e inauguraram a moderna civilização do trabalho. Posteriormente, esta ética separa-se da teologia e traz como consequência o processo de secularização, que se manifesta no Século das Luzes em forma de uma luta implacável contra a religião. Secularização, portanto, pressupõe o abandono, o desprestígio da religião e/ou a libertação de sua influência. Ou seja, enquanto o desencantamento do mundo exprime a luta da religião contra a magia, contra a feitiçaria e a bruxaria, a secularização representa a luta da modernidade cultural contra a religião, tendo como resultado no mundo moderno a diminuição gradativa de seu domínio, a decadência de seu valor cultural e sua exoneração da função de integração social<sup>52</sup>.

O processo de racionalização para Weber é bem mais extenso que o desencantamento do mundo e, nessa perspectiva, o abrange. Por outro lado, o processo de desencantamento do mundo é bem mais prolongado que a secularização e, nessa medida, a inclui. O desencantamento do mundo, portanto, abrange a secularização, a qual por sua vez, abarca o período do Século das Luzes, na medida em que nesse período: os intelectuais

---

<sup>51</sup> Para maiores esclarecimentos, consultar Weber, em sua Sociologia do Direito, capítulo VII da 2ª. Parte do volume 2 de Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.

<sup>52</sup> Embora em Portugal, em 1759, expulsos os jesuítas, o Estado assume a educação, laicizando-a, mas não a secularizando, visto que seu conteúdo religioso permanece.

acreditam poder dominar a natureza e a sociedade pela progressiva intelectualização de seus conhecimentos; os intelectuais experimentam um anticlericalismo extremamente impetuoso; as religiões na Europa, principalmente, o cristianismo perdeu sua credibilidade, deixando de ser o aspecto cultural aglutinador e moralizador da sociedade; a instância religiosa foi localizada fora da esfera pública e limitada ao domínio privado; os intelectuais submeteram a Europa a um processo de laicização pelo qual as diversas instituições sociais, sobretudo, as instituições educacionais, foram emancipadas progressivamente da autoridade da Igreja.

Nesta perspectiva, observa-se que o desencantamento do mundo, numa fase mais secular, mostra-se bem relacionado com a educação realizada nesse período, nos seguintes aspectos:

1). O Iluminismo enquanto movimento filosófico, literário e pedagógico, visava tudo esclarecer e interpretar à luz da razão. A maioria dos filósofos (enciclopedistas) e educadores iluministas acredita que a história é a história do progresso, que avança na medida em que os homens vão se esclarecendo por meio da razão (diferente da visão de mundo metafísica e teológica, que até então, determinava o pensar e o agir humano). Ou seja, somente por meio da razão, o homem pode conhecer o mundo, conhecer as leis da natureza, dominá-la e, a partir disso, dominar a sociedade pela progressiva intelectualização de seus conhecimentos e construir uma era de progresso e felicidade humana.

2). A educação pensada pelos iluministas, em nome da racionalidade que determina o pensamento e a ação do homem moderno, mostra-se avessa ao conhecimento que transcende os limites da experiência. Por isso, os iluministas promoviam a liberdade integral do homem de todos os vínculos que o prendiam ao domínio do sobrenatural, da influência das religiões reveladas (católica e protestante), do costume, das superstições, da magia e bruxaria, do dogma e da autoridade da Igreja, da opressão das trevas da ignorância, tradições da sociedade e de todos os valores espirituais e eternos, referentes ao obscurantismo medieval. Também censuravam o Estado autocrático (cujo governante tem poderes ilimitados e absolutos), que se mostra aliado da Igreja.

3). A educação proposta no Século das Luzes buscou romper com o sistema tradicional e humanista (que se propunha a formar o ser humano numa perspectiva global

de educação em todos os domínios de conhecimento e da vida humana), com a filosofia e a educação escolástica, espiritualista e cristã, como a educação renascentista, livresca formalista e artificial. No Século das Luzes foram criadas, além de escolas para instrução geral mais elevada, escolas profissionais para Direito e Medicina; a educação passou a ser organizada valorizando, não o ensino literário, religioso (valorizado pela tradição), mas o ensino em que predominasse os conhecimentos reais, baseados nas disciplinas: filosofia, ciências naturais e sociais e as belas-artes, de preferência à cultura humanista. Enfim, o caráter da educação do Século das Luzes, do ponto de vista do conteúdo, é marcada pelo realismo, porque reage contra o espírito humanista tradicional, dando relevo predominante, nos planos educativos, às ciências naturais, às línguas modernas e aos trabalhos manuais.

4). Predomina a educação marcada pelo laicismo e controlada pelo Estado, com substituição de professores religiosos (pertencentes à hierarquia eclesiástica) por professores leigos (pertencentes ao povo cristão como tal). Isto porque os pioneiros da Revolução Francesa sofreram a influência das idéias materialistas e anticlericais do Racionalismo e do Naturalismo e, desse modo, reclamavam a secularização integral do ensino visando proteger o povo das ciladas do clero. Mas apesar da laicização, a história demonstra que a educação também continuou por longo tempo a cargo dos religiosos.

5). Vale acentuar que a educação moderna, no Século das Luzes, teve um caráter marcadamente popular, mas no caso da Revolução Francesa, o povo visado pelos planos e projetos educacionais não era a totalidade da população, mas tão-somente a classe burguesa que, na época, governava o país. De fato, a burguesia propaga a liberdade de acesso à educação, mas não de igualdade social para obter a mesma educação. Ou seja, a igualdade de acesso à educação não é garantida de forma concreta. Ela é garantida apenas como direito à concorrência. Esta relação de desigualdade social e educacional será retomada e aprofundada a seguir, quando procuro relacionar a burocracia com a educação no período da Revolução Industrial.

## **2 A Revolução Industrial: características principais**

Na segunda metade do século XVIII, o sistema econômico passa por transformações profundas que, por analogia à Revolução Francesa, ficariam conhecidas como “Revolução Industrial”. Na realidade é uma nova fase do capitalismo em que se constata a diminuição gradativa da produção artesanal, em manufatura e o crescimento da produção fabril.

Segundo Souza, a indústria nasce somente quando os processos de produção da riqueza, através do trabalho fabril, tornam-se dominantes. A Inglaterra, sociedade pioneira da industrialização, na segunda metade do século XIX, aponta a produção industrial como maior gerador do produto interno bruto. Esse período mostra a mudança de poder aristocrático para a burguesia que, como classe dominante, passa a responder pela organização e comercialização da riqueza. Nesse período também, passa a predominar a organização da vida social nos meios urbanos em detrimento da organização social nos meios rurais; quando as novas formas industriais e o trabalho necessário à sua alimentação e manutenção passam a fornecer maiores oportunidades de emprego, transformando os ‘serviços’ na variável estratégica para a valorização do trabalho produtivo. Enfim, “podemos sentir a gênese da ‘indústria’, entendida como forma revolucionária, inteiramente nova, de organização socioeconômica no mundo ocidental moderno” (SOUZA, 1999, p. 133).

Na Indústria, ocorre a divisão do trabalho e, ao mesmo tempo em que institui a dependência recíproca e complexa entre os trabalhadores, impõe limites de ação ampliados. Na visão de Souza, trata-se de uma grande quantidade de indivíduos atomizados que desenvolvem suas tarefas específicas (fragmentarizadas) nas grandes burocracias industriais. Não mais existe a visão de nexos para o trabalhador, de significação do trabalho, pois ela foi perdida no parcelamento do esforço produtivo. O indivíduo não detém mais conhecimento sobre o objetivo de seu trabalho que é desenvolvido como ordem formal e no anonimato alienante do ‘sistema’. Todos os trabalhadores funcionam como partes constitutivas de um mecanismo, subjugados a um jogo de interesses impessoais imposto pelo mercado (1999, p. 161).

Conforme Souza, a segmentação obsessiva do desenvolvimento do trabalho, norteado por objetivos específicos é a característica dominante no trabalho coletivo da cultura moderna. Na visão de Weber, tal característica significa supremacia da 'racionalidade de meios'. Deliberações pessoais são progressivamente submetidas pela imposição das esferas autônomas do saber técnico. Esse novo modelo econômico avança e inspira rápidas transformações sociais, transformações de hábitos, costumes, de profissões e transformações no trabalho, que se realiza agora pelos profissionais, técnicos e cientistas (1999, p. 165).

*A lógica do sistema da Indústria nutre-se na necessidade de inovação constante, de especialização crescente, de organização hierárquica do trabalho, de divisão e fragmentação das tarefas. Trata-se de processo impessoal, movido pela dinâmica competitiva, responsável pela alienação, qualquer que venha a ser a fórmula adotada para distribuir o excedente econômico. Pode ser destinado ao Estado, à própria empresa em seus esforços para capitalizar-se ou ao proprietário anônimo das ações. Em nenhum desses casos, altera-se o esquema funcional básico, responsável por uma forma cultural que faz da especialização crescente exigência de auto-sustentação (SOUZA, 1999, p. 220-1).*

Souza constata que no sistema da indústria tende a se destacar a ação racional norteada pela habilidade no desenvolvimento competente de meios cada vez mais eficazes para a consecução dos objetivos visados. A 'Indústria' não apenas estimula essa ação, mas nela se apóia. A racionalidade de meios se concretiza na prática através do alheamento do indivíduo com relação aos fins a serem alcançados com seu trabalho. Ou seja, a racionalidade de meios resulta da 'especialização' crescente em razão do aspecto fragmentário do trabalho. O especialista, realizando somente fração do trabalho, não consegue conhecer seu fim. A dinâmica do processo é a competitividade. A especialização é tornada indispensável. Por isso, só conseguimos ser acolhidos como profissionais no mercado se formos especialistas competentes, pois cada um na sua especialidade terá que se responsabilizar pela sua atividade de forma eficaz. Isto serve tanto para as atividades no campo econômico, quanto no campo político e/ou no campo intelectual. Trata-se da mesma racionalidade que originou o comportamento do cientista e do tecnocrata dos campos de concentração nazista. Sobre isso, o autor diz que os cientistas de Adolf Hitler (1889-1945)

*Preocuparam-se em matar seus pobres prisioneiros mais rápido, a menor custo e em maior número. Com isso ganharam prestígio. Foram promovidos. Conquistaram o reconhecimento e a admiração de seus pares e superiores. Para o logro desse objetivo concentraram-se no aperfeiçoamento dos meios; jamais lhes ocorreu questionar os fins. Era seu 'trabalho'. Realizaram-no com ordem, método e competência. Todos foram submetidos à mesma lógica. E todos somos julgados por 'tribunais anônimos' montados pelo processo competitivo (1999, p. 237).*

Esse novo modelo socioeconômico também impõe novos valores e comportamentos generalizados, a exemplo do fenômeno competitivo que se encontra presente não apenas no universo econômico, mas também no universo político, no universo social, cultural e artístico. Nesse sentido, a competição resulta do tipo de sistema econômico que caracteriza a 'Indústria'. Uma vez que nos encontramos envoltos numa complexa rede de relações econômicas voltadas para o mercado, nele atuamos como produtores especializados e consumidores ecléticos. O vínculo que nos une em interdependência gera também a contradição de nos separar uns dos outros na competição em prol da conquista de melhores condições econômicas, espaço e status social. Por isso, são hoje festejados os valores ligados à ética da esperteza e ao hedonismo imediatista, pois são decorrentes da generalização do espírito competitivo (SOUZA, 1999, p. 227).

## **2.1 A relação entre burocracia e a educação na Revolução Industrial**

Nesse contexto exposto acima, a educação passa a ter um papel primordial na alimentação do sistema. Por isso, o sistema escolar passa a assumir, principalmente, a formação do trabalhador que o mercado vigente está necessitando. Manacorda dá seu testemunho afirmando que filantropos, utopistas e, inclusive, os próprios industriais, são forçados a se colocarem o problema da instrução das massas operárias. Ou seja, o desenvolvimento da 'moderníssima ciência e da tecnologia' (maior força produtiva da fábrica) impõe novos instrumentos e processos produtivos e, desse modo, impõe-se a questão da instrução técnico-profissional para atender às novas necessidades da moderna produção de fábrica. O problema das relações instrução-trabalho será a temática

predominante da pedagogia moderna. “Tentam-se, duas vias diferentes: reproduzir na fábrica os métodos ‘platônicos’ da aprendizagem artesanal por meio da observação e da imitação ou derramar no velho odre da escola desinteressada o vinho novo dos conhecimentos profissionais, criando várias escolas não só *sermocinales*<sup>53</sup>, mas *reales*, isto é, de coisas, de ciências naturais: em suma, escolas científicas, técnicas e profissionais” (2004, p. 271-2).

Seguindo a análise de Manacorda, foram criadas escolas infantis, escolas elementares, escolas secundárias humanísticas, científico-técnicas e as universidades. Assim, em 1816, Robert Owen (1771-1858), longe de qualquer inspiração religiosa, fundou o ‘Instituto para a Formação do Caráter Juvenil’, colado à sua fábrica têxtil de New Lanark, na Escócia. Esse Instituto, criado para educar os filhos de seus operários, é considerado o marco da escola moderna infantil, a *Infant`s school*. Sua inovação era a mudança do habitual assistencialismo para uma real educação básica. Essa escola foi reproduzida em toda a Europa, especialmente na Inglaterra, por seu colaborador James Buchanan (1791-1868), sob o patrocínio da Igreja anglicana, intitulada *Infant`s school*. Também são instituídas e proliferam as escolas elementares de agricultura, escolas de comércio, escolas de artes e ofícios. Na Itália, em 1834, a instituição escolástica do Marquês Ridolfi apresenta uma novidade para a época: crianças, filhas de nobres e de camponeses, estudam juntas todas as disciplinas (química, física, história natural, moral, lógica, economia pública, agricultura, desenho, música) e juntas também desenvolvem trabalhos agrícola no campo. Dessa maneira, a evolução econômica modifica a escola em todos os níveis e aumenta a relação das ciências na pesquisa da universidade (2004, p. 280-6).

De acordo com Manacorda, as escolas técnicas começaram a ser criadas em 1823 na Inglaterra. Também foram criados Institutos de mecânica para instruir os operários nos princípios da matemática e das manufaturas. A legislação fabril acrescentava itens sobre a necessidade da instrução das crianças antes de sua entrada na fábrica ou pelo menos durante o trabalho. E, realmente, iniciaram a moderna instrução elementar e profissional de

---

<sup>53</sup> Faculdades de Artes oriundas das Universidades medievais que formavam o estudante com base no estudo das sete artes liberais: o *trivium*, composto pelas três artes *sermocinales* ou discursivas, isto é, gramática, dialética e retórica e o *quadrivium*, composto pelas quatro artes *reales* ou reais: aritmética, geometria, astronomia e música.

crianças, que eram escravizadas, seja pelo prolongado horário de trabalho, seja pela extensão de horas para a escola (2004, p. 287).

Em toda a Europa havia um trabalho favorável à criação de escolas. Ao mesmo tempo em que desaparece o aprendizado tradicional da oficina artesanal, controlado pelas corporações de artes e ofícios, a instituição escola vai atingindo todas as classes produtoras, recebendo novos conteúdos científicos e técnicos. Com base nesses conhecimentos, a universidade também se renova. Na época, as ciências matemáticas e naturais separam-se da *philosophia naturalis* ou *phisica* e formam um corpo autônomo, destinado a tornar-se cada vez mais complexo. Exemplo dessa renovação foi proporcionado por Humboldt (1767-1835) na Universidade Humboldt de Berlim (*Humboldt-Universität zu Berlin*) em Berlim, que abandona a sua característica abstrata e universalística e assume todo um conjunto diferenciado de especializações (MANACORDA, 2004, p. 288).

A análise da relação entre burocracia e a educação na Revolução Industrial permite-me algumas conclusões:

Vimos que o processo de racionalização faz avançar o desencantamento do mundo culminando na burocracia moderna, que, baseada na razão e no direito emerge com o capitalismo avançado e com o surgimento do Estado moderno. Isto quer dizer, portanto, que a burocracia nasce no interior da Revolução Industrial, quando se dá uma nova organização do trabalho com base na substituição do sistema artesanal (em que cada trabalhador executava um trabalho inteiro), pelo sistema industrial (em que os trabalhadores executam o trabalho de forma parcelada, fragmentada).

Esta nova organização do trabalho, além de proporcionar o aumento da produtividade, possibilita um maior controle do empregador sobre o empregado, tanto no seu ritmo de trabalho quanto em todos os aspectos de seu comportamento. Com a introdução das máquinas, o empregado sofre duas formas de dominação que se manifestam simultaneamente: por um lado, o trabalhador é submetido à autoridade da organização burocrática e, por outro, é subjugado aos movimentos da própria máquina, que retira o controle de seu ritmo e o conhecimento que tinha sobre seu trabalho. O filme *Tempos*

*Modernos*<sup>54</sup>, de Chaplin, simboliza com muita propriedade essa forma de organização do trabalho moderno.

É com a indústria moderna, portanto, que surge a hierarquia burocrática capitalista, que surge a divisão entre os que dirigem e os que são dirigidos, entre os que projetam e os que realizam o trabalho. Esse tipo de organização burocrática implica uma multiplicidade de funções administrativas, inexistentes em tempos passados. Em decorrência, implica uma multiplicidade de saberes e competências exigidas pelo mercado.

Nesse sentido, avalio que a burocracia revela estreita ligação com a educação, uma vez que o sistema escolar passa a ter um papel fundamental na formação de técnicos e profissionais em várias e diferentes especialidades para suprir a demanda exigida pelo mercado de trabalho, pelo trabalho fabril.

A relação entre burocracia e educação também se revela, na medida em que a Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra, transformou não somente o modo e as relações de produção, mas também as exigências da formação humana que, para atender as novas necessidades do mercado, tinha como fim precípua formar o trabalhador profissional técnico, o burocrata. Por essa razão, foram criadas e multiplicadas escolas de diferentes especialidades para formar e habilitar o trabalhador em distintos campos de conhecimento, a exemplo das escolas práticas de comércio e de indústria, escolas profissionais, de ensino técnico. Tais escolas visavam capacitar todas as classes produtoras (oferecendo, além de conteúdos tradicionais que ensinam a ler, escrever e contar, os novos conteúdos, oriundos das várias ciências com suas respectivas aplicações práticas), transformando, inclusive, a população tradicionalmente não trabalhadora, composta principalmente de mulheres e crianças, em mão-de-obra disponível.

A relação entre a burocracia e a educação ainda se faz notar, na medida em que o Estado e as grandes e médias empresas privadas ou públicas (visando não apenas a reprodução do capital, mas também a reprodução da força de trabalho) atribuem à instituição escolar a responsabilidade de qualificar os indivíduos, em conformidade com a divisão social e técnica do trabalho. Isto significa que, dependendo da condição social,

---

<sup>54</sup> É uma das críticas sociais mais profundas de Charles Chaplin (1889-1977) que, mesclando ironia e sensibilidade, denuncia as injustiças do progresso desumano e mecânico dos tempos modernos.

surge uma formação e uma escola diferente para os que serão dominantes e para os que serão dominados. Os primeiros, geralmente encarregados de pensar, planejar e administrar a organização burocrática, são contemplados com uma formação geral, integral, humanística. Os segundos, quase sempre destinados a obedecer e a executar o trabalho, são qualificados profissionalmente a partir de bases científicas e técnicas visando garantir a manutenção e reprodução das relações sociais de produção capitalistas.



## CONCLUSÃO

Este trabalho teve por finalidade examinar a relação entre o pensamento de Max Weber a respeito do desencantamento do mundo, burocracia e a educação ocidental moderna da Europa, no período da Reforma protestante, Século das Luzes e da Revolução Industrial.

A análise dos conceitos de Weber e da relação entre esses conceitos e a educação européia, na Reforma protestante, Século das Luzes e na Revolução Industrial, permitiu as seguintes considerações finais:

No que se refere ao *desencantamento do mundo e sua relação com a educação na Reforma protestante*, constatou-se que o ponto de partida do desencantamento do mundo, enquanto processo de racionalização essencialmente religioso, que eliminou a magia como meio de salvação e inaugurou o capitalismo, mostra-se, em boa medida, relacionado com a educação orientada pela Reforma protestante, uma vez que:

A educação norteada pela Reforma, sobretudo no século XVII, opõe-se à concepção de mundo propagado pela Igreja Católica, que fundamenta o conhecimento humano na idéia de *revelação*, e para a qual só é possível demonstrar a verdade divina intermediada pela leitura das autoridades da Igreja. Os protestantes, em geral, embora concordem com a idéia da *revelação*, entendem que o homem é um ser racional e como tal, deve fazer sua própria interpretação acerca dos princípios divinos, sem a ingerência do clero.

Além de priorizar a razão humana, a educação implementada pela Reforma contesta qualquer conhecimento ou atitude que se apóie, ou mesmo recorde, a magia, a feitiçaria, a bruxaria, as superstições, as crenças, o dogmatismo e as tradições da Igreja Católica.

Lutero, que liderou o movimento educacional na Alemanha, lutou para tornar a educação independente do controle exclusivo da Igreja Católica e para que cada indivíduo

(independente de sexo ou classe) tivesse a oportunidade de ler a Bíblia racionalmente, livre da interferência de outra explicação fornecida pelas autoridades da Igreja.

Melanchton foi o principal mestre da Reforma alemã e, graças a ele, grande parte dos protestantes da Alemanha, conseguiu superar o catolicismo no campo da cultura e da educação.

João Calvino elaborou uma teoria para a educação com o fim de realizar uma reforma moral dos indivíduos, no sentido de levar as pessoas a agir com racionalidade, prudência, perseverança e circunspeção. Como podemos ver, essa idéia de educação proposta por Calvino guarda estreita relação com algumas de suas idéias religiosas, a exemplo da racionalidade imposta ao trabalho, em que o indivíduo, para alcançar a graça divina (*status gratiae*) precisa subjugar o seu estado de natureza (*status naturae*) a uma contínua e rigorosa reflexão.

O Pietismo, uma espécie de Cristianismo prático, dava uma explicação racional aos dogmas, renegava o consumo desnecessário e toda espécie de prazeres, inclusive brinquedos infantis e leitura de jornais. Hermann Francke, principal educador prático cristão, criou várias escolas com a preocupação de ensinar, não apenas conteúdos humanistas, mas também o ensino das ciências.

A Reforma deu atenção também para a instrução popular, fundando diversas escolas, sobretudo na Alemanha. O desencantamento se relaciona com essas iniciativas educacionais, na medida em que, o moderno sistema de ensino estatal volta-se para o estudo de conteúdos científicos e técnicos, em razão das atividades vinculadas às transformações nos modos de produção.

No que diz respeito à *burocracia racional moderna e sua relação com a educação*, observou-se forte vinculação entre a burocracia e a educação, na medida em que:

A organização racional burocrática domina o conhecimento e o funcionamento de todas as instituições sociais, sejam elas instituições culturais, instituições jurídicas, religiosas ou de lazer. Com a educação não é diferente. A burocracia moderna mostra-se, em boa medida, relacionada com a educação que se caracteriza pelo sistema de exames

especiais. O ensino especializado mostra-se, cada vez mais, imprescindível às necessidades do mundo moderno.

A educação tradicional, baseada no estudo de humanidades, estudo ou leitura direcionada para a participação política dominante, mostrou-se imprópria para a Modernidade, que coincide com o nascimento da ciência moderna e com o aparecimento, desenvolvimento e consolidação do capitalismo.

A burocratização do capitalismo propaga-se no mundo inteiro e, nesse sentido, mostra-se bem relacionada com a educação, uma vez que necessita da formação de profissionais especialistas e técnicos administrativos. O desenvolvimento burocrático é fortemente estimulado pelo valor social dos atestados de formação obtidos pelo exame especial, sobretudo quando se transformam em proveito financeiro. O aperfeiçoamento dos diplomas, principalmente nas universidades e escolas técnicas e comerciais compartilha da necessidade capitalista no sentido de formar e abastecer o mercado de profissionais, conforme as necessidades funcionais da instituição organizada burocraticamente.

Por isso, a generalização mundial, sobretudo na Europa, do sistema de exames especiais. As instituições de ensino superior são marcadas por uma educação que determina etapas metódicas de exames, avaliações e especializações indispensáveis à burocracia moderna. Tais exames e especializações, ministrados de forma rigorosa, beneficiam os estudantes no sentido de favorecer a sua ascensão social. A qualificação profissional é condição essencial para o indivíduo entrar no mercado de trabalho. Tais exames especiais denotam o grau de especialização de cada indivíduo. Quanto maior a qualificação, mais chances terá o indivíduo de ser selecionado e admitido nas funções concorridas.

Os exames especiais propiciam, não apenas qualificação dos indivíduos para a execução das tarefas e/ou atividades burocráticas, mas também a entrada desses trabalhadores em círculos sociais já estabilizados em termos de prestígio econômico e social e, nesse sentido, possibilitam maior garantia e segurança na vida presente e futura.

O processo de racionalização burocrática é progressivo, desmedido e traspasa a organização de todas as instituições e relações sociais. Sua relação com a educação é considerável, na medida em que é igualmente progressivo o interesse pela educação

especializada nos campos de conhecimento, constantemente exigidos pelo trabalho moderno. Weber revela-se pessimista com relação à formação do especialista técnico que, segundo ele, do ponto de vista humano, é deformada. Contudo, deixa transparecer, a meu ver, que esse tipo de formação, tem o seu reverso no processo, uma vez que o trabalho profissionalizado possibilita ao ser humano realizar carreira na organização com base em mérito e competência técnica. Nessas condições, o nepotismo é rejeitado e as condições e regras racionais de trabalho favorecem a ética no campo econômico, obstando a corrupção e a conquista do emprego por meio de simpatia e interesse pessoal.

No que concerne à relação entre *Desencantamento, burocracia e a educação no Século das Luzes e na Revolução Industrial*:

Constatou-se que o desencantamento do mundo, agora, numa fase mais secular, mostra-se, bem relacionado com a educação européia no Século das Luzes, nos seguintes aspectos:

Primeiro, o Iluminismo foi a época em que a civilização do Ocidente, sobretudo a civilização européia, alcançou a maioria, preocupando-se em estender o movimento científico dos séculos XVI e XVII a uma nova concepção de mundo, e de converter a idéia de autonomia da razão em única fonte de todo e qualquer conhecimento e comportamento humano. Em decorrência, a maioria dos filósofos (enciclopedistas) e educadores iluministas acredita que a história revela o progresso do conhecimento, que avança na medida em que os homens vão se esclarecendo por meio da razão. Somente por meio da razão, o homem pode conhecer o mundo, conhecer as leis da natureza, dominá-la e, a partir disso, construir uma era de incessante progresso de liberdade, dignidade e felicidade humana.

Segundo, a educação pensada pelos iluministas, em nome da racionalidade que determina o pensamento e a ação do homem moderno, promove a ruptura com a Idade Média e a emancipação de toda escravidão tradicional para poder assumir com autonomia a direção de seu próprio destino. Nessa perspectiva, os iluministas defendiam a libertação humana de todo conhecimento alicerçado na metafísica, nas religiões reveladas, nas superstições, magia, bruxaria, dogmatismo e autoridade da Igreja, da opressão das trevas da ignorância, tradições da sociedade e de todos os valores espirituais e eternos, referentes ao

obscurantismo medieval. Também censuravam o Estado autocrático (cujo governante tem poderes ilimitados e absolutos), que se mostra aliado à Igreja.

Terceiro, a educação do Século das Luzes, além de opor-se ao sistema tradicional e humanista, resistiu à filosofia e à educação escolástica, espiritualista e cristã, como a educação renascentista, livresca, formalista e artificial.

Quarto, fundaram escolas voltadas para a instrução geral mais elevada e escolas profissionais para Direito e Medicina. A educação passou a priorizar, não o ensino literário, religioso (valorizado pela tradição), mas o ensino fundamentado pela filosofia, ciências naturais e sociais e as belas-artes. Enfim, do ponto de vista do conteúdo, a educação iluminista é marcada pelo realismo, pois rejeita o espírito humanista tradicional e realça nos projetos educativos o ensino das ciências naturais, das línguas modernas e trabalhos manuais.

Quinto, a educação é caracterizada pelo laicismo e totalmente controlada pelo Estado. Nessa direção, os professores leigos são preferidos em detrimento dos professores religiosos, pertencentes à hierarquia eclesiástica. Isto porque os representantes da Revolução Francesa, sob a influência das idéias materialistas e anti-religiosas do Racionalismo e do Naturalismo, estimulavam a secularização integral do ensino visando defender o povo das tramas do clero.

Por fim, vale acentuar que a educação moderna européia teve um caráter marcadamente popular, mas no caso da Revolução Francesa, o povo visado pelos planos e projetos educacionais não era a totalidade da população do país, mas principalmente a classe burguesa que, na época, encontrava-se no poder. A burguesia entrou em contradição, uma vez que defende a liberdade de acesso à educação, mas considera a igualdade de acesso e de oportunidades apenas como direito à concorrência. Ou seja, todos os indivíduos são livres para educar-se, mas não têm condições sociais iguais para obter a mesma educação.

Constatou-se também, estreita ligação entre a burocracia e a educação no período da Revolução Industrial na medida em que:

É com a indústria moderna que surge a hierarquia burocrática capitalista, que surge a divisão social do trabalho, dicotomizada entre os que planejam e dirigem a instituição burocrática e os que obedecem e executam o trabalho. Esse tipo de organização burocrática requer uma série de funções administrativas, não existentes em tempos passados. Nesse sentido, a burocracia se relaciona, até com certa intimidade, com a educação, na medida em que o sistema escolar passa a desempenhar uma função indispensável no tocante à formação de técnicos e profissionais em várias e diferentes especialidades visando suprir a demanda exigida pelo mercado de trabalho.

A Revolução Industrial, particularmente na Inglaterra, não modificou apenas o modo e as relações de produção, mas igualmente as exigências da formação, agora, com o objetivo principal de formar o profissional especialista, o técnico, o burocrata. Por esse motivo, foram construídas numerosas escolas, como por exemplo, as escolas práticas, escolas de comércio e de indústria, escolas profissionais, escolas de ensino técnico com o fim de qualificar o trabalhador (de todas as classes produtoras) em distintos campos de conhecimento. Tal qualificação fornecia, além de conteúdos tradicionais que ensinam a ler, escrever e contar, os novos conteúdos, oriundos das várias ciências com suas respectivas aplicações práticas transformando, inclusive, a população tradicionalmente não trabalhadora, formada essencialmente por mulheres e crianças, em mão-de-obra disponível.

A burocracia racional moderna mostra-se bem relacionada com a educação no período da Revolução Industrial, na medida em que o Estado, as grandes e médias empresas (privadas ou públicas), visando não apenas a reprodução do capital, mas também a reprodução da força de trabalho, atribuiu à instituição escolar, a responsabilidade de qualificar os indivíduos, conforme a divisão social e técnica do trabalho. Em decorrência da condição de classe social, surge uma formação e uma escola diferente para os que serão dominantes e para os que serão dominados. Os primeiros, geralmente destinados a pensar, planejar e a dirigir a organização burocrática, são contemplados com uma formação geral, integral, humanista. Os segundos, quase sempre destinados a obedecer e a executar o trabalho, são qualificados profissionalmente a partir de bases científicas e técnicas visando garantir a manutenção e reprodução das relações sociais de produção capitalistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Bernadette Siqueira (Org.). *História da Filosofia*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores).

AVRITZER, Leonardo. Habermas e Weber: da instrumentalização da moral aos fundamentos morais da democracia. In: SOUZA, Jessé (Org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

BENDIX, Reinhard. *Max Weber, um perfil intelectual*. Tradução de Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

BIRNBAUM, Norman. Interpretações conflitantes sobre a gênese do capitalismo: Marx e Weber. In: GERTZ, René E. (Org.). *Max Weber & Karl Marx*. Tradução René E. Gertz. São Paulo: Hucitec, 1994.

BLAU, Peter.; SCOTT, R. W. *Organizações Formais*. São Paulo: Atlas, 1970.

COHN, Gabriel. (Org.). *Weber: sociología. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989.

EBY, Frederick. *História da educação moderna: teoria, organização e práticas educacionais*. Tradução de Maria Ângela Vinagre de Almeida, Nelly Aleotti Maia, Malvina Cohen Zaide. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

FRANKEL, H. *Sociedad Capitalista y Sociologia Moderna*. Madrid: Ed. Ática, 1972.

GERTH, H. H. e MILLS, C. W. (Orgs.). *Ensaio de sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

GERTZ, René E. (Org.). *Max Weber & Karl Marx*. Tradução René E. Gertz. São Paulo: Hucitec, 1994.

GIDDENS, Anthony. Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo. In: GERTZ, René E. (Org.). *Max Weber & Karl Marx*. Tradução René E. Gertz. São Paulo: Hucitec, 1994.

HUBERT, René. *História da Pedagogia*. Tradução de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967.

LARROYO, Francisco. *História geral da Pedagogia*. São Paulo: Metre Jou, 1969.

LITTERER, J. A. *A Análise das Organizações*. São Paulo: Atlas, 1968.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Mônaco, 11. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MERTON, R. K. *Teoria y Estructuras Sociales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

MONROE, Paul. *História da educação*. 14. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

MOTTA, Fernando C P. *O que é burocracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000 (Col. Primeiros Passos, 21).

NUNES, Rui Afonso da C. *História da Educação no Século XVII*. São Paulo: EPU: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

PIERUCCI, Antônio Flávio. “Interesses religiosos dos sociólogos da religião”. In: ORO, Ari Pedro e STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PIERUCCI, Antônio Flávio. “Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em Sociologia da Religião”. In: *Novos Estudos CEBRAP* n. 49, nov., 1997.

\_\_\_\_\_. “Secularização segundo Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar um velho sentido”. In: SOUZA, Jessé (Org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Ed. 34, 2003.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 15. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ROSA, Maria da Glória de. *A História da Educação através dos textos*. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

SAUGHNESSY, J. O. *Organização de Empresas*. São Paulo: Atlas, 1968.

SOUZA, Jessé (Org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Nelson Mello e. *Modernidade: a estratégia do abismo*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1974.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. (orgs.). H. H. Gerth e Ch. W. Mills. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

\_\_\_\_\_. “O caráter geral das religiões asiáticas”. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 1979.

WEBER, Max. “Confucionismo e puritanismo”. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 1979.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

\_\_\_\_\_. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

\_\_\_\_\_. *Metodologia das Ciências Sociais*. Tradução de Augustin Wernet, São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3. ed. Brasília, DF: UnB Editora da Universidade de Brasília, vol. I, 1994 e vol. II, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução de Ana Maria Falcão e Luis Leitão. Lisboa: Presença, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ciência e política: duas vocações*. 18. ed., São Paulo: Cultrix, 2004.